



Ciências Contábeis
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



Deivson Vinicius Barroso

FCCC58

Teoria da Contabilidade

TEORIA DA CONTABILIDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TEORIA DA CONTABILIDADE

Deivson Vinicius Barroso

Salvador, 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor: João Carlos Salles Pires da Silva
Vice-Reitor: Paulo César Miguez de Oliveira
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Pró-Reitor: Penildon Silva Filho
Faculdade de Ciências Contábeis
Diretor: Prof. Josélton Silveira da Rocha

Superintendência de Educação a
Distância -SEAD
Superintendente
Márcia Tereza Rebouças Rangel

Coordenação de Tecnologias Educacionais
CTE-SEAD
Haenz Gutierrez Quintana

Coordenação de Design Educacional
Lanara Souza

Coordenadora Adjunta UAB
Andréa Leitão

Bacharelado em Ciências Contábeis

Coordenadora:
Profª Inês Teresa Lyra Gaspar da Costa

Produção de Material Didático

Coordenação de Tecnologias Educacionais
CTE-SEAD

Núcleo de Estudos de Linguagens &
Tecnologias - NELT/UFBA

Coordenação
Prof. Haenz Gutierrez Quintana

Projeto gráfico
Haenz Gutierrez Quintana
Foto de capa:

Equipe de Revisão:
Eivalda Araujo
Julio Neves Pereira
Márcio Matos
Simone Bueno Borges

Equipe Design
Supervisão: Alessandro Faria
Editoração / Ilustração:

Ana Morina; Marcos do Nascimento;
Moema dos Anjos; Sofia Casais; Ariana
Santana; Camila Leite; Marcone Pereira

Gerente de AVA: Jose Renato Oliveira
Design de Interfaces: Raissa Bomtempo

Equipe Audiovisual
Direção:
Haenz Gutierrez Quintana

Produção:
Letícia Oliveira; Ana Paula Ramos
Câmera: Valdinei Matos
Edição:

Deniere Silva; Flávia Braga; Irlan
Nascimento; Jeferson Ferreira; Jorge
Farias; Michaela Janson; Raquel Campos;
Victor dos Santos

Animação e videografismos:
Bianca Silva; Eduarda Gomes; Marcela de
Almeida; Dominique Andrade; Roberval
Lacerda; Milena Ferreira

Edição de Áudio:
Cícero Batista Filho; Greice Silva; Pedro
Henrique Barreto; Mateus Aragão



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Esta obra está sob licença *Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0*: esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da UFBA

B277 Barroso, Deivson Vinicius.
Teoria da Contabilidade / Deivson Vinicius Barroso. - Salvador: UFBA,
Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a
Distância, 2018.
117 p. : il.

Esta obra é um Componente Curricular do Curso de Bacharelado em
Ciências Contábeis na modalidade EaD da UFBA/SEAD/UAB.

ISBN: 978-85-8292-189-0

1. Contabilidade. 2. Contabilidade – Estudo e ensino. I. Universidade
Federal da Bahia. Faculdade de Ciências Contábeis. II. Universidade Federal
da Bahia. Superintendência de Educação a Distância. III. Título

CDU 657

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA	09
MINICURRÍCULO DO PROFESSOR	10
UNIDADE I - A CONTABILIDADE COMO ÁREA DO CONHECIMENTO	11
1.1 - Teoria: definições, classificações e funções	11
1.2 - Origem e Desenvolvimento da Teoria da Contabilidade	15
1.3 - Abordagens metodológicas para a formulação de uma teoria em Contabilidade	21
1.4 - A regulamentação da Contabilidade e Evidenciação	29
UNIDADE II - NÚCLEO DA TEORIA CONTÁBIL	39
2.1 - Ativo: definições e mensuração	41
2.2 - Passivo: definições, reconhecimento e mensuração	48
2.3 - Despesas, Receitas, Perdas e Ganhos: definições, reconhecimento e mensuração	50
2.4 - Patrimônio Líquido	53
2.5 - Dimensões do Lucro	54
UNIDADE III - TÓPICOS ESPECIAIS EM TEORIA DA CONTABILIDADE	65
3.1 - Mensuração e evidenciação: o problema dos intangíveis e a mensuração do resultado em face das flutuações de preço	65
3.2 - As consequências econômicas da Informação Contábil	74
3.3 - Teoria Contratual da Firma e Teoria do Agente	84
3.4 - Novos delineamentos teóricos em Contabilidade	84

3.4.1 - Teorias Semióticas	86
3.4.2 - Teoria Institucional	91
REFERÊNCIAS	99

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Revoluções Científicas	12
Figura 02 - Características da Teoria Positiva	24
Figura 03 - Perspectiva Oportunística segundo Watts e Zimmerman (1986)	27
Figura 04 - Efeitos da Lei Sarbanes-Oxley para empresas brasileiras	36
Figura 05 - Balanço Patrimonial	40
Figura 06 - Elementos que compõem a identificação de uma Receita	50
Figura 07 - Demonstração do Resultado do Exercício	51
Figura 08 - Dimensões do Lucro	56
Figura 09 - Ativos Intangíveis	66
Figura 10 - Modelo teórico da Hipótese do Mercado Eficiente	77
Figura 11 - Modelo Matemático CAPM	81
Figura 12 - Problemas no processo de Comunicação	88
Figura 13 - Enfoque da Teoria Institucional	94
Figura 14 - Mecanismos de Isomorfismo	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Escolas do Pensamento Contábil	17
Quadro 02 - Principais Expoentes: Teoria Normativa da Contabilidade	22
Quadro 03 - Principais Expoentes: Teoria Positiva da Contabilidade	26
Quadro 04 - Destaques Lei nº 10.303	34
Quadro 05 - Definições de Ativo	42
Quadro 06 - Mensuração de Ativos por Valores de Entrada	46
Quadro 07 - Mensuração de Ativos por Valores de Saída	47
Quadro 08 - Teorias associadas ao Patrimônio Líquido	53



APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Queridos estudantes,

É com muito prazer e alegria que inicio com vocês a disciplina de Teoria da Contabilidade. O nosso objetivo é explanar e construir uma base teórica fundamental para o entendimento da Contabilidade enquanto ciência. Sendo assim, iremos estudar temas que vão desde os primeiros momentos de desenvolvimento do conhecimento contábil, passando por suas fases normativas e positivistas, e finalmente chegaremos em conceitos e temas estabelecidos no cenário atual, norteadores de todas as práticas contábeis aceitas.

Verão que nossa disciplina possui uma base teórica extensa, e diversos autores pioneiros das Teorias que envolvem o estudo da Contabilidade são percorridos, essa característica da nossa disciplina, e do próprio E-book, busca inserir e ampliar o acesso da literatura teórica de vocês no universo contábil. Os conteúdos estudados fortalecerão toda a prática e conhecimento contábil adquiridos por vocês até aqui, e além disso, servirão como norteadores para os próximos conteúdos estudados no curso. Para tanto, precisamos de total imersão na disciplina, e engajamento com as discussões e propostas lançadas durante nossa cursada!

Espero que aproveitem de maneira bastante construtiva todos os tópicos abordados na disciplina, e, mais uma vez, será um prazer construir conhecimento junto com cada um de vocês.

Um forte abraço.

Prof. Msc. Deivson Vinicius Barroso

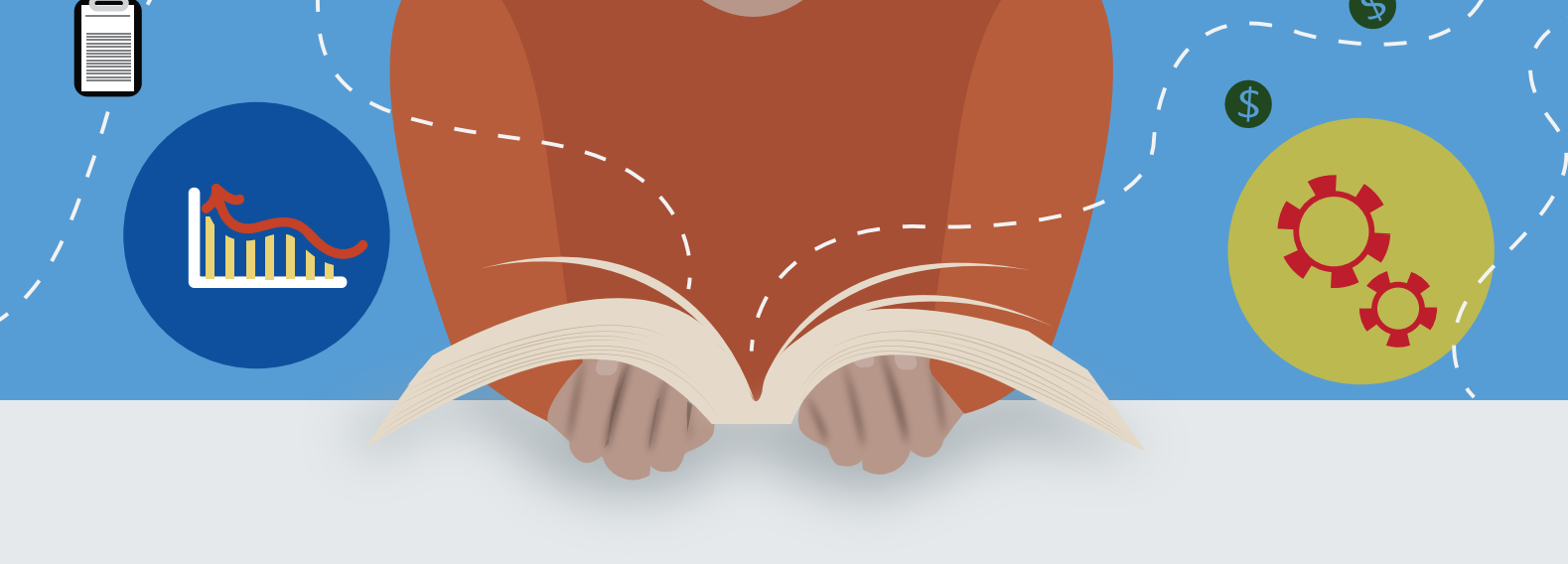


MINI CURRÍCULO DO PROFESSOR

Deivson Vinicius Barroso

Professor-Autor

Mestre em Contabilidade pela UFBA. Bacharel em Ciências Contábeis pela UFVJM em Teófilo Otoni/MG. Bacharel em Teologia pela Faculdade Unida em Vitória/ES. Especialista em Docência do Ensino Superior. Atuou como Professor Substituto no IFNMG e Professor Regente de Aulas dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis nas Faculdades Doctum em Teófilo Otoni. Possui experiência na modalidade EAD como professor mediador e tutor à distância. Em 2014 atuou como Professor do Curso Técnico de Contabilidade no Centro Educacional Paulo Viana. Possui experiência profissional em carteira de financiamento pelos Bancos Itaú e De Lage Landen. Em 2012 realizou intercâmbio universitário na Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco na Argentina. Apresentou trabalho de conclusão de curso em Conferência Internacional na França em 2014. Possui experiência de pesquisa nas áreas de Teoria Contábil, Contabilidade Ambiental, Agricultura Familiar e Avaliação Educacional.



Unidade I - A Contabilidade como área do conhecimento

Nesta primeira unidade, iniciaremos discussões acerca do avanço dos estudos na área da contabilidade, estabelecendo alguns conceitos e finalidades para tal. Além disso, vamos entender o avanço da Teoria da Contabilidade e a evolução histórica da contabilidade enquanto ciência e prática ao longo dos anos. Para tanto, serão vistos temas como o tratamento e abordagens dadas à contabilidade e o processo da regulação contábil, visando entender como esta cumpre seu papel por meio da evidenciação da situação patrimonial e financeira das organizações.

Num momento inicial, vamos discutir como uma área do conhecimento se estabelece teoricamente, e a partir disso estabelecer o desenvolvimento da Teoria contábil propriamente. Vocês verão como todo processo evolutivo da contabilidade foi influenciado pelo contexto em que se inseria/insere.

1.1 Teoria: definições, classificações e funções.

Toda ciência possui uma base que a fundamenta, ou que dá suporte para suas afirmações. Quando tratamos do conhecimento científico, nos deparamos com um conceito amplamente discutido dentro e fora do meio acadêmico, que é o conceito de Teoria. Por ser um elemento construído e debatido a partir de diversos ângulos, existem diferentes visões para entender o que é uma teoria, e isso segue em constante mudança. Vamos ver o que alguns estudiosos afirmam sobre o tema.

Kuhn (1962), autor base para a discussão de fundamentações científicas, define como teoria um conjunto de convicções que estabelece uma ciência. O autor narra que toda ciência vivencia diferentes fases. A fase da ciência normal é o momento em que é encontrado um padrão em determinada área do conhecimento. Nessa fase, as teorias

são estudadas para fortalecer o conhecimento padrão estabelecido e os pesquisadores desenvolvem estudos para fortalecer e aprimorar os conceitos teóricos que dão base a esse paradigma, ou seja, a verdade adotada e válida naquele momento.

Entretanto, com as mudanças no ambiente e sociedade, nem sempre os paradigmas firmados conseguem encontrar soluções para os problemas expostos e demandas científicas, surgindo o que Kuhn chama de anomalias. Quando as anomalias se multiplicam, temos uma “Crise do paradigma”. Nessa fase, novas teorias são propostas pelos cientistas e ocorre, então, uma concorrência entre os pesquisadores para a aceitação de seus conceitos. Uma vez que a comunidade científica adere a alguma das teorias lançadas que se sobressaiu, estabelece-se um novo paradigma, voltando ao âmbito da Ciência normal. Desse processo de transformações de paradigmas, nasce o conceito de “revoluções científicas”, amplamente debatido pelo autor.

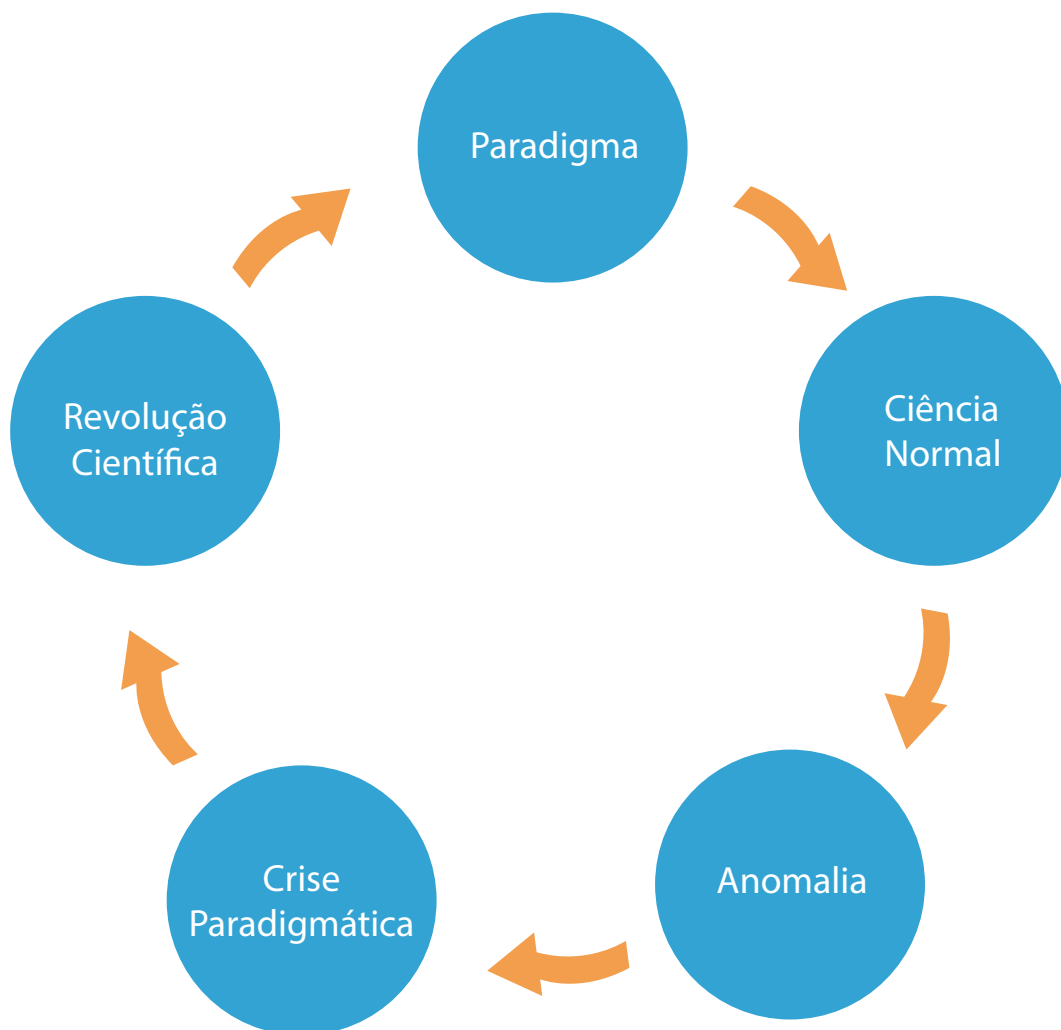


Figura 01 – Revoluções Científicas
Fonte: Adaptado de Kuhn (1962).

Discutindo o conceito de Teoria, Popper (1980) afirma que uma ciência evolui a partir do confronto entre teorias. O autor propõe um teste de “falseacionismo”, em que se procura a teoria mais apta para uma realidade ou explicação necessária. A partir do “falseacionismo”, uma teoria sobrepõe a outra quando essa é falseada. Essa ideia de Popper contempla a necessidade de mudança e adequação dos conceitos à realidade em que se insere. O autor afirma que, quando uma teoria não corresponde mais à realidade humana, ocorre um “falseamento” e, quando uma teoria até então sustentada é falseada, surge a necessidade do estabelecimento de uma nova teoria.

Zimmerman (2001), por sua vez, afirma ser o objetivo da teoria explicar algo que foi observado, testar empiricamente a hipótese derivada da teoria e então prever o que ainda será observado. Neste contexto, uma hipótese seria qualquer proposição ou possibilidade admitida, que pode retornar como válida ou não. O autor considera que todo conhecimento científico está fundamentado na construção de teorias e tal conhecimento é acumulado através de testes sistemáticos das hipóteses sugeridas por estas teorias, que permitem, desta maneira, uma ordenação sistemática dos fatos.

Na área da Contabilidade, Hendriksen e Breda (1999), afirmam ser a teoria um conjunto coerente de princípios lógicos que oferece uma compreensão melhor das práticas existentes, por gerar um referencial conceitual para avaliação de práticas em vigor e orientar o desenvolvimento de novas práticas e novos procedimentos.

Vemos, portanto, que conceituar teoria não é uma tarefa simples. Afinal, as ciências e vários conhecimentos e práticas são sustentados por essas teorias. A teoria é a base, o alicerce para o desenvolvimento e aplicação do conhecimento humano, em seus diferentes âmbitos. É possível perceber, também que as teorias, e conseqüentemente o conhecimento científico, mudam ao longo dos anos.

Mas... e a Contabilidade? Tem teoria?

A Contabilidade é uma ciência social aplicada que possui como objeto próprio de estudo o Patrimônio das entidades, tendo como um dos seus macros objetivos a divulgação financeira compreensível aos usuários para tomada de decisões.

Apesar de técnicas de registro estarem presentes nas sociedades mais primitivas, o desenvolvimento formal da prática contábil se dá no fim do século XV, com a publicação do método das partidas dobradas na Itália pelo Frei Luca Pacioli. Os acontecimentos que se seguiram, como a Era dos Descobrimentos e o surgimento de novas cidades e rotas de comércio, provocaram a expansão do método das partidas dobradas e a necessidade da contabilidade (IUDÍCIBUS, 2010).

Most (1982) traça uma evolução da Contabilidade entre os anos de 1775 a 1975 e destaca os diversos eventos históricos e seus impactos no desenvolvimento da mesma. O autor revela que, a partir do século XVIII, a Revolução Industrial formaliza a prática contábil por conta da demanda por serviços que surgiam com a expansão das atividades comerciais e de produção principalmente na Europa, o que culminou no surgimento dos contadores públicos. Nesse momento histórico a expansão das atividades contábeis é gigantesca, abrangendo desde as áreas de contabilidade de custos à auditoria.

A partir da expansão das empresas e indústrias e aumento da complexidade delas, surgem demandas como a diferenciação entre capital e rendimento, a importância da declaração de lucro, a sistematização do cálculo da depreciação e outras informações de cunho financeiro e contábil. Em 1894, o Federal Interstate Commerce Commission (organismo regulador americano) emitiu uma uniformização da classificação das contas contábeis. Após isso, o governo implanta taxas sobre o lucro sobre pessoas jurídicas e físicas, abrindo um novo campo de atuação das Ciências Contábeis. Era necessário o aperfeiçoamento e modificações das práticas e, portanto, o desenvolvimento e estudo de uma teoria contábil (MOST, 1982).

A Contabilidade, enquanto prática e ciência, vem sendo aprimorada desde então. Inicialmente, a teoria contábil se desenvolveu por meio de uma base normativa. Os Estados Unidos são figura fundamental nesse momento pilar da contabilidade, pois é nesse país que, ao longo dos anos, diversos órgãos e instituições da contabilidade são criados para normatização e formalização das normas e profissão contábil. Esses organismos, também formados por pesquisadores, em muito contribuem para a sustentação dos objetivos da contabilidade e de sua teoria, através da formulação de fundamentos, postulados, princípios e características da ciência contábil.

A base teórica da Contabilidade é definida, portanto, como um conjunto coerente de princípios conceituais e pragmáticos que formam uma base de referência para a investigação da natureza da contabilidade. Hendriksen e Breda (1999) sustentam que a teoria da Contabilidade pode ser vista por diversos enfoques como o fiscal, legal, econômico, etc., e, assim como as diversas outras áreas científicas, possui diferentes abordagens ao longo dos anos. Este desenvolvimento básico da teoria contábil oferece referencial conceitual para a avaliação das práticas contábeis e desenvolvimento de novos procedimentos.

Durante seu desenvolvimento, a Teoria da Contabilidade passa por um período normativo (que determinava quais dados deveriam ser comunicados e como deveriam ser apresentados) e, posteriormente, por uma fase positiva (momento que visa estudar

quais e como as informações estão sendo apresentadas e comunicadas aos usuários). Os teóricos da contabilidade interessam-se tanto em responder as perguntas de caráter normativo quanto em atender as demandas de caráter positivo, ou seja, buscam entender não só quais as melhores maneiras de registrar contabilmente uma transação, mas também descobrir as percepções dos usuários acerca de quais informações são mais úteis para eles.

O período normativo da Teoria Contábil se desenvolve após as crises financeiras americanas, em especial a de 1929, e presencia a ascensão de organismos reguladores contábeis nos EUA, como a SEC (Securities and Exchange Commission), FASB (Financial Accounting Standards Board) e IASB (International Accounting Standards Board). O caráter normativo da Teoria da Contabilidade objetivava verificar quais dados devem ser comunicados e como devem ser apresentados aos diversos usuários da Contabilidade, neste momento com ênfase nos investidores. A teoria com abordagem normativa é construída a partir de um raciocínio dedutivo, a partir do momento que generalizações (postulados e princípios da contabilidade) servem de base para as práticas profissionais.

Por sua vez, o momento positivo da Teoria da Contabilidade, sustentado por Watts e Zimmerman (1986), apoiava a ideia de que o objetivo da teoria contábil é explicar e prever a prática contábil, buscando inserir essa abordagem positiva na pesquisa em contabilidade. Para os autores, a teoria contábil deveria evidenciar as razões para as práticas utilizadas e antecipar os fenômenos não observados, através do teste de hipóteses, indicando caráter indutivo da abordagem. Atualmente, a visão positiva é a mais aceita dentro da comunidade científica da contabilidade, inclusive nas pesquisas brasileiras que nos últimos anos têm se mostrado cada vez mais positivistas. (CARDOSO et al., 2007)

Tendo em mente que a Contabilidade está inserida em um contexto social, a Teoria da Contabilidade se desenvolve atenta às mudanças significativas nas relações sociais e suas associações com a contabilidade. Atualmente, a teoria contábil constrói uma base que consegue ir além da própria contabilidade, mas interage com outras áreas do conhecimento, como a psicologia, sociologia e estatística, para poder explicar e prescrever melhores práticas profissionais e desenvolver o conhecimento científico contábil (MILLER; HOPPER; LAUGHLIN, 1991).

1.2 Origem e Desenvolvimento da Teoria da Contabilidade

Registrar, controlar, gerenciar o patrimônio sempre foi uma necessidade humana. Até mesmo enquanto pessoas físicas, precisamos estar cientes de quais são nossos bens, nossos direitos a serem recebidos e, claro, nossas obrigações e dívidas a serem quitadas!

Portanto, podemos afirmar que a contabilidade, enquanto ferramenta de organização e controle do patrimônio, está presente no cotidiano da humanidade desde os seus primórdios. Nas civilizações mais rudimentares, o homem já tinha a necessidade de registrar e controlar elementos derivados da colheita, da criação de animais, etc. E as sociedades primitivas se utilizavam de estratégias que vão desde as escritas em cavernas até a utilização de pergaminhos e demais artifícios para escriturar as mudanças, sejam elas positivas ou negativas, em seu patrimônio.

Entretanto, a contabilidade viveu seu momento de “formalização” a partir das revoluções que ocorreram na Europa nos séculos XIV e XV. De acordo com Iudícibus e Marion (1999), a Itália é a grande pioneira da Contabilidade como pensamento científico. Isso se dá pela disseminação do Método das Partidas dobradas, após a publicação da obra do Frei Luca Pacioli. Obra de suma importância para o início dos estudos sobre as diversas noções básicas da Contabilidade, que, inclusive, perduram até hoje.



Sabendo um pouco mais

“O método das partidas dobradas, divulgado por Luca Pacioli em seu tratado, ajudou a popularizar a contabilidade na Europa e em todo o mundo. Esse método é hoje o método de escrituração contábil mais adotado. Portanto, deve-se destacar a importância que esse pensador teve para o desenvolvimento e a popularização da contabilidade. Pacioli escreveu ainda outra obra importante publicada em 1509 e que tratava sobre proporções artísticas: *De Divina Proportioni*. Tamanho o seu reconhecimento na época, foi convidado para ensinar matemática na corte do Rei Ludovico em Milão. Também foi professor e amigo pessoal de Leonardo da Vinci, um dos maiores gênios da história da humanidade. O Frei franciscano Luca Pacioli morreu em um mosteiro de Sansepolcro, em 1517 e hoje deve ser visto não apenas como pai da contabilidade, mas também como um dos responsáveis pelas transformações de paradigmas que contribuíram para a passagem da idade média para a idade moderna”. (COSTA, 2016, p. 01)

Link: <http://www.escoladecontas.tcm.sp.gov.br/artigos/286-frei-luca-pacioli-o-pai-da-contabilidade-2>

Pacioli estabelece em seu livro alguns conceitos, como a definição de inventário e explicação da realização dos registros, estruturação de lançamentos contábeis, registro de despesas e receitas, confronto entre os lançamentos do livro diário e razão, entre outros (SCHMIDT, 2000).

Schmidt (2000) afirma que a popularização do método das partidas dobradas acompanhou o momento histórico vivido pela Europa na época do Renascimento, inserindo a Contabilidade do mundo moderno e impulsionando um estudo mais aprofundado na área e a impressão de diversas outras obras. Angelo Pietra, em 1586, por exemplo, inicia pesquisas de conceitos contábeis e a explanação de fatos patrimoniais, focando-se ainda no registro dessas informações (SÁ, 2006).

Buesa (2010) explica que a Itália ainda exerceu importante papel no desenvolvimento da contabilidade na Europa e posteriormente no mundo, pelo desenvolvimento das primeiras escolas da Contabilidade, elevando esta à categoria de ciência.

Século	Escola	Pensadores	Ideia Principal
XV	Contista	Benedetto Cotrugli e Luca Pacioli	As contas, em qualquer situação, representam uma pessoa.
XIX	Lombarda	Francesco Villa e Antonio Tonzig	A relação entre a Administração Economia e a Contabilidade.
XIX	Personalista	Francesco Marchi, Giuseppe Cerboni e Giovanni Rossi	As contas deveriam ser abertas para pessoas verdadeiras, sendo que o crédito e débito dessas pessoas seriam o dever e o haver das pessoas para as quais se abriram as contas.
XIX	Reditualista	Eugen Schmalenbach	Enunciava ser o resultado o objeto de estudo da contabilidade.
XIX	Veneziana	Fabio Besta, Vittorio Alferi e Pietro Rigobon	A administração patrimonial de uma Organização, com o fim de produzir novas riquezas.

Quadro 01 - Escolas do Pensamento Contábil
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

O desenvolvimento da Contabilidade na Itália se dá por este país ser a potência econômica e política do século XV e possuir uma localização geográfica privilegiada, que ligava a Europa ao Oriente, o que possibilitou eventos de importância política, como As Cruzadas, e, claro, eventos de cunho econômico, já que o comércio e transporte entre continentes eram feitos através do território italiano.

Entretanto, no fim do século XV, as cidades italianas começaram a perder influência política e comercial, já que impediam a participação dos outros países europeus no comércio realizado através do Mar Mediterrâneo. Assim, na busca por rotas comerciais alternativas, os países ibéricos iniciam a chamada Era do Descobrimento, se tornando os pioneiros na exploração do Oceano Atlântico (HENDRIKSEN; BREDA, 1999).

Com o descobrimento das Américas e de novas rotas de comércio, Espanha e Portugal se tornam os centros comerciais da Europa e, conseqüentemente, as potências do século XVI, esses dois países herdaram o sistema italiano de partidas dobradas, assim como, futuramente, ocorreria nos outros países europeus. Neste momento, a Inglaterra é um dos países que mais se desenvolve economicamente e politicamente, destinando suas riquezas e investimentos para a exploração de novas colônias, principalmente na Ásia e África. No século XVII, a Inglaterra desenvolvia satisfatoriamente seu arsenal marítimo para exploração e para objetivos bélicos. A influência inglesa é expandida pela Europa e restante do mundo, se tornando a nova potência europeia e popularizando o método das partidas dobradas como maneira de escriturar os negócios desenvolvidos (GASPARETTO, 2010).



Sabendo um pouco mais

Principais Características do Mercantilismo

“Controle estatal da economia – os reis, com o apoio da burguesia mercantil, foram assumindo o controle da economia nacional, visando fortalecer ainda mais o poder central e obter os recursos necessários para expandir o comércio. Dessa forma, o controle estatal da economia tornou-se a base do mercantilismo;

Balança comercial favorável – consistia na ideia de que a riqueza de uma nação estava associada a sua capacidade de exportar mais do que importar. Para que as exportações superassem sempre as importações

(superávit), era necessário que o Estado se ocupasse com o aumento da produção e com a busca de mercados externos para a venda dos seus produtos;

Monopólio – controladores da economia, os governos interessados numa rápida acumulação de capital, estabeleceram monopólio sobre as atividades mercantis e manufatureiras, tanto na metrópole como nas colônias. Donos do monopólio, o Estado o transferia para a burguesia metropolitana por pagamento em dinheiro. A burguesia favorecida pela concessão exclusiva comprava pelo preço mais baixo o que os colonos produziam e vendiam pelo preço mais alto tudo o que os colonos necessitavam. Dessa forma, a economia colonial funcionava como um complemento da economia da metrópole;

Protecionismo – era realizado através de barreiras alfandegárias, com o aumento das tarifas, que elevava os preços dos produtos importados, e também através da proibição de se exportar matérias-primas que favorecessem o crescimento industrial do país concorrente;

Ideal metalista – os mercantilistas defendiam a ideia de que a riqueza de um país era medida pela quantidade de ouro e prata que possuísem. Na prática, essa ideia provou não ser verdadeira” (TODA MATÉRIA, 2018).

Link: <https://www.todamateria.com.br/mercantilismo/>

Para garantir sua hegemonia, a coroa britânica instituiu, em 1651, o chamado “Ato de Navegação”, que estabelecia que as mercadorias importadas por qualquer país europeu deveriam ser transportadas pela frota inglesa. Os países europeus não possuíam recurso bélico suficiente para confrontar o Ato, que durou até o século XIX, possibilitando que a Inglaterra acumulasse capital suficiente para impulsionar o capitalismo e sediar a Revolução Industrial (GASPARETTO, 2010).

A Revolução Industrial teve influência direta na Contabilidade, visto que, juntamente com o advento fabril e da produção em cadeia, conceitos contábeis, como custos fixos e a depreciação, se tornaram importantes. À medida que aumentava a necessidade de informação gerencial sobre os custos de produção e os custos a serem atribuídos à avaliação de estoques, o mesmo acontecia com a necessidade de sistemas de contabilidade de custos (HENDRIKSEN; BREDA, 1999, p. 47).

ATENÇÃO!

A Contabilidade de Custos é um dos ramos das Ciências Contábeis, que atua diretamente em organizações que possuem, dentre suas atividades, a atividade de produção e lidam com a transformação de matéria-prima em produtos ou serviços, por exemplo. As informações geradas pela Contabilidade de Custos auxiliam na tomada de decisão dos gestores no que tange ao planejamento e os custos de produção, entre outros. Os elementos básicos do estudo da Contabilidade de Custos são:

-Materiais Diretos: todo material que pode ser atribuído diretamente ao produto acabado. Esses materiais são de fácil visualização e de associação dos custos a cada produto. Exemplos: matéria prima, embalagem.

-Mão de Obra Direta (MOD) – é o custo com os recursos humanos que agem diretamente sobre o produto acabado. O exemplo mais comum são os salários dos operários da fábrica.

-Custo Indireto de Fabricação (CIF) – são gastos existentes e necessários para a fabricação dos produtos, mas que interagem de forma indireta com o processo de produção e, portanto, são mais difíceis de calcular. Exemplo: mão de obra indireta (salário do administrador da fábrica), aluguel da fábrica, entre outros.

O crescimento dessas indústrias evidenciou a importância da auditoria contábil que surge em meados do século XVIII como uma ferramenta obrigatória para avaliar a veracidade das informações que chegavam aos sócios das grandes companhias que despontaram no capitalismo (HENDRIKSEN; BREDA, 1999).

Os mesmos autores ainda destacam um efeito muito importante causado pela Revolução Industrial na contabilidade: a exigência de grandes volumes de capital, demandando a separação entre investidor e administrador, significou que um dos principais objetivos da contabilidade passou a ser a elaboração de relatórios a proprietários ausentes. As informações financeiras, que tinham sido geradas principalmente para fins de gestão,

passaram a ser demandadas cada vez mais por acionistas, investidores, credores e pelo governo. Portanto, o lucro como retorno aos investidores precisava ser distinguido de um retorno de capital aos proprietários. As grandes exigências de capital também conduziram à criação da sociedade por ações e, com o tempo, a auditorias obrigatórias (HENDRIKSEN; BREDA, 1999, p. 46).

Percebe-se que a Revolução Industrial abre caminhos para a Contabilidade como a temos atualmente. Após a Revolução Industrial, a industrialização e novas tecnologias deixaram ainda mais complexas as entidades, assim como as transações que ocorriam entre elas. E é nos Estados Unidos que a Contabilidade se solidifica após a 1ª Guerra Mundial, momento em que os EUA se despontam como potência econômica mundial.

1.3 Abordagens metodológicas para a formulação de uma teoria em Contabilidade

Conforme já mencionado no início da nossa Unidade, a Teoria da Contabilidade possui dois momentos-chaves em seu desenvolvimento. Uma fase normativa e outra positiva. É importante reforçar esses momentos, pois os mesmos apresentaram visões diferentes para a formulação e estabelecimento de uma teoria para a ciência contábil.

A abordagem normativa da contabilidade, também conhecida como abordagem clássica, surge formalmente na Alemanha sob uma ótica ético-normativa, conforme explica Mattessich (1995). Porém a abordagem normativa ganha mais força a partir do século XX, quando surge uma preocupação de estabelecer princípios contábeis.

Sothe et al. (2011) explicam que a teoria normativa objetivou recomendar políticas aos praticantes da contabilidade; com foco nos usuários tomadores de decisão, ao apresentar como tais usuários devem tomar suas decisões. Dentre suas principais vantagens, a teoria normativa da contabilidade serve de guia para as práticas contábeis, propicia a uniformização dos relatórios contábeis (possibilitando a comparabilidade) e gera maior confiança para os envolvidos nas transações e negócios empresariais (NIYAMA, 2014).

O grande impulso para o desenvolvimento normativo da contabilidade se dá nos Estados Unidos, após a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929. A crise demandava por soluções financeiras e segurança nas práticas contábeis, o resultado foi a criação de órgãos fiscalizadores e reguladores. A SEC (Securities and Exchange Commission) foi criada em 1934 para supervisionar o cumprimento de leis associadas ao mercado de capitais americano. A comissão detém poderes para determinar procedimentos contábeis e a forma das demonstrações financeiras que são entregues. Em 1938, outra tentativa

de conter os efeitos da crise foi a criação do Comitê de Procedimentos Contábeis para a fixação de padrões de Contabilidade. (HENDRIKSEN; BREDA, 1999). A partir desse contexto, diversos foram os órgãos criados no sentido de regulamentar e criar postulados contábeis a serem aplicados na prática profissional, revelando o caráter dedutivo da fase normativa contábil.

Ijiri (1975) é um dos grandes representantes da fase dedutiva da teoria normativa. O autor afirma que as teorias normativas partem do pressuposto de assumir objetivos e deduzir procedimentos contábeis. Watts e Zimmerman (1986) são mais diretos quanto à caracterização da teoria normativa: a postura normativa baseia-se na prescrição “o que deve ser” ou de quais os procedimentos devem orientar a prática contábil. Sendo este o grande contraste com a teoria positiva, que se baseia no “como é”.

No quadro a seguir, foram destacados alguns dos principais expoentes da Teoria Normativa durante seu desenvolvimento.

Autores	Principais contribuições
Paton (1922)	Um dos pioneiros na abordagem normativa da Teoria da Contabilidade questiona o custo histórico como base de valor ideal, dando ênfase nas limitações deste critério.
Canning (1929)	Apresenta um quadro conceitual para avaliação de ativos e mensuração de expectativas futuras.
MacNeal (1939)	Os estoques deveriam ser avaliados a preço de saída, as máquinas e equipamentos a custo de reposição; e outros ativos a custo original. A ideia central sustentada era que as demonstrações revelassem a realidade econômica e financeira das organizações.
Edwards e Bell (1961)	Defendem o uso do custo corrente como base de avaliação para ativos. Os autores, de maneira seminal, apresentam o problema da contabilidade em face das flutuações de preços em geral.
Chambers (1966)	Propõe o termo “equivalente corrente a caixa”. Atribui à Contabilidade um papel fundamentalmente gerencial, com ênfase na qualidade e relevância das informações financeiras divulgadas. Defende a mensuração dos ativos por seu valor de venda.
Ijiri (1975)	Defende o princípio do custo histórico para mensuração dos componentes patrimoniais, ressalta o objetivo da Contabilidade em facilitar relações de prestação contas e reforça a importância dos órgãos normativos.

Quadro 02 - Principais Expoentes: Teoria Normativa da Contabilidade

Fonte: Elaboração do autor (2018)

O Brasil possui ainda uma presença muito forte da teoria clássica (normativa), principalmente para a visão prática da profissão. Isso é possível perceber pelo acatamento das decisões do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela presença das autoridades reguladoras governamentais que são as grandes norteadoras da contabilidade no Brasil. Alguns dos principais autores nacionais que contribuem para a teoria normativa são Iudícibus, pioneiro no país no que tange à Teoria dos Ajustamentos Contábeis sob a inflação; Toledo, que estuda a depreciação e sua ligação com a teoria do Custo Histórico Corrigido e Custo Corrente Puro; e Eliseu Martins, que introduz a inflação nos estudos de alavancagem financeira. Todos os três autores são influenciados principalmente por Edwards e Bell (TINOCO, 1996).

A Teoria Positiva, por sua vez, começa a despontar-se no campo contábil a partir dos anos 60, através dos estudos de Ball e Brown (1968), Beaver (1968) e outros estudiosos da área que buscavam introduzir métodos empíricos para a contabilidade financeira. Até então, conforme explicam Watts e Zimmerman (1990), o desenvolvimento contábil baseado numa abordagem normativa, apesar de sua importância incontestável, era extremamente prescritivo e não levava em consideração testes empíricos das hipóteses que davam suporte às prescrições.

Contextualizando o momento de transição entre teoria normativa e teoria positiva, é possível associar essa passagem de abordagem com o que foi explanado por Kuhn (1962) acerca das revoluções científicas. Lembra que vimos esse teórico no início da nossa unidade?

Acerca do desenvolvimento da pesquisa e ciência contábil, tinha-se uma teoria forte, normativa, e até determinado momento representava um paradigma sustentado por estudos de diversos autores que o mantinham como paradigma principal. Mas, com o surgimento de novas demandas e aumento das críticas à teoria normativa, surgem as chamadas anomalias, identificadas e respondidas pela abordagem positiva.

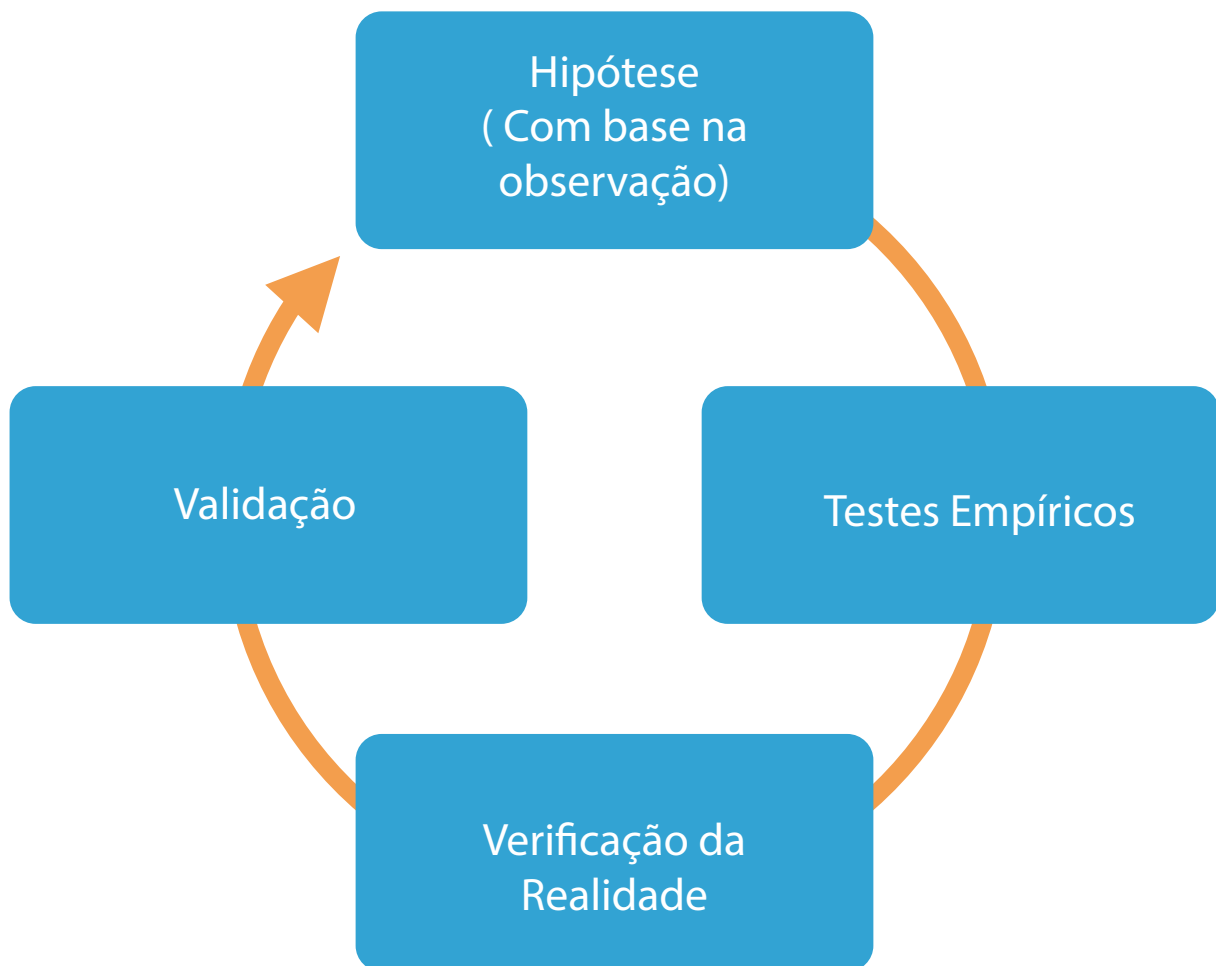


Figura 02 – Características da Teoria Positiva
Fonte: Elaboração do autor (2018)

A Teoria Positiva tinha como objetivo principal explicar e prever práticas contábeis, “onde explicar significa apresentar razões para práticas observadas e prever uma prática contábil, significa que a teoria prevê fenômenos contábeis não observados”. (WATTS, ZIMMERMAN, 1986, p. 02).

Dentre suas principais características, a investigação da teoria positiva baseia-se em observações empíricas, partindo de um método predominantemente indutivo de análise e tendo como premissa a formulação de hipóteses para as teorias desenvolvidas. Riahi-Belkaoui (2000) discorre que a ideia central da abordagem positiva é o desenvolvimento de hipóteses, com o intuito de identificar os fatores que influenciam a prática profissional da contabilidade e validar essas hipóteses através do empirismo.

Esse novo “paradigma” na evolução do conhecimento contábil, conforme citado brevemente anteriormente, foi fruto de estudos iniciais dos autores Ball e Brown (1968) e Beaver (1968). Os primeiros utilizaram dados contábeis de empresas nos Estados Unidos e, através de estudos acerca das datas da divulgação dos resultados e preço das ações; comprovaram que a informação contábil pode influenciar no preço das ações. Beaver (1968), por sua vez, analisou o comportamento dos preços e quantidade de títulos negociados semanas antes das divulgações financeiras, revelando que ambas as variáveis sofreram impacto destas informações.

Apoiando-se em princípios da teoria econômica, a teoria positiva começa a ganhar espaço entre os pesquisadores da contabilidade. Watts e Zimmerman (1986) destacaram quatro avanços ocorridos na teoria econômica, que guiaram a literatura contábil positiva: o modelo de precificação dos ativos, a hipótese do mercado eficiente, a teoria da firma e a teoria da regulação. Temas que veremos com maiores detalhes nas próximas unidades.

A contribuição da Economia é grande por afirmar que a sua utilidade está na construção de uma linguagem que gerasse a maior quantidade possível de proposições empíricas (FRIEDMAN, 1953), convergindo com a necessidade da teoria positiva da contabilidade, que visa constituir um corpo de conhecimento sistematizado, tendo como objeto de estudo “o que é”, ao invés do “como deveria ser”, até então proposto pela teoria normativa.

Watts e Zimmerman (1978) se utilizam das teorias da firma e da regulação, desenvolvidas na economia, sustentando que, quando aplicadas à contabilidade, geram proposições que são empiricamente testáveis, caracterizando uma abordagem positiva da teoria. Os autores defendem que a abordagem positiva da Contabilidade “irá nos ajudar a entender melhor a origem das pressões que impulsionam o processo de normatização da contabilidade, os efeitos de várias normas de contabilidade em diferentes grupos de indivíduos e a alocação de recursos...” (WATTS; ZIMMERMAN, 1978, p. 112).

A partir desses estudos, e apoiando-se em princípios da teoria econômica, a teoria positiva começa a ganhar espaço entre os pesquisadores da contabilidade.

Autores	Principais contribuições
Joel Dean (1951)	Trabalha a Hipótese para eficiência dos mercados.
Modigliani e Miller (1958)	Defende que as organizações agem de maneira racional, com objetivos de maximização dos lucros e do valor de mercado.
Ball e Brown (1968)	Pesquisaram a influência da divulgação das informações contábeis nos preços das ações de empresas que utilizavam o Wall Street Journal como meio de divulgação entre os anos de 1946 e 1966. Concluíram que o comportamento dos títulos possuíam influência das informações contábeis.
Beaver (1968)	Também analisa o impacto das informações contábeis nos preços e volume de negociação de títulos no mercado americano.
Watts e Zimmerman (1986)	Os objetivos da teoria contábil são explicar e prever a prática contábil, por meio da observação de fenômenos e posteriormente do teste empírico das hipóteses pré-estabelecidas, no sentido de antecipar fenômenos contábeis não observados, sendo essas previsões passíveis de testes empíricos.
Ijiri (1975)	Defende o princípio do custo histórico para mensuração dos componentes patrimoniais, ressalta o objetivo da Contabilidade em facilitar relações de prestação contas e reforça a importância dos órgãos normativos.

Quadro 03 - Principais Exponentes: Teoria Positiva da Contabilidade

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Os teóricos citados, e outros que deram suporte à abordagem positiva da teoria da contabilidade, podem ser alocados em duas correntes principais quando se consideram os resultados e tratamento das demonstrações financeiras. São elas a perspectiva oportunística e a perspectiva da eficiência.

Segundo Watts e Zimmerman (1986), na perspectiva oportunística, o indivíduo é visto como ente interessado na maximização do seu bem-estar e satisfação de interesses pessoais. Nessa perspectiva a motivação é posterior à escolha do método contábil. Existem três elementos que compõem a perspectiva oportunística, a saber: Plano de Incentivo, Grau de Financiamento e Tamanho ou custos políticos.

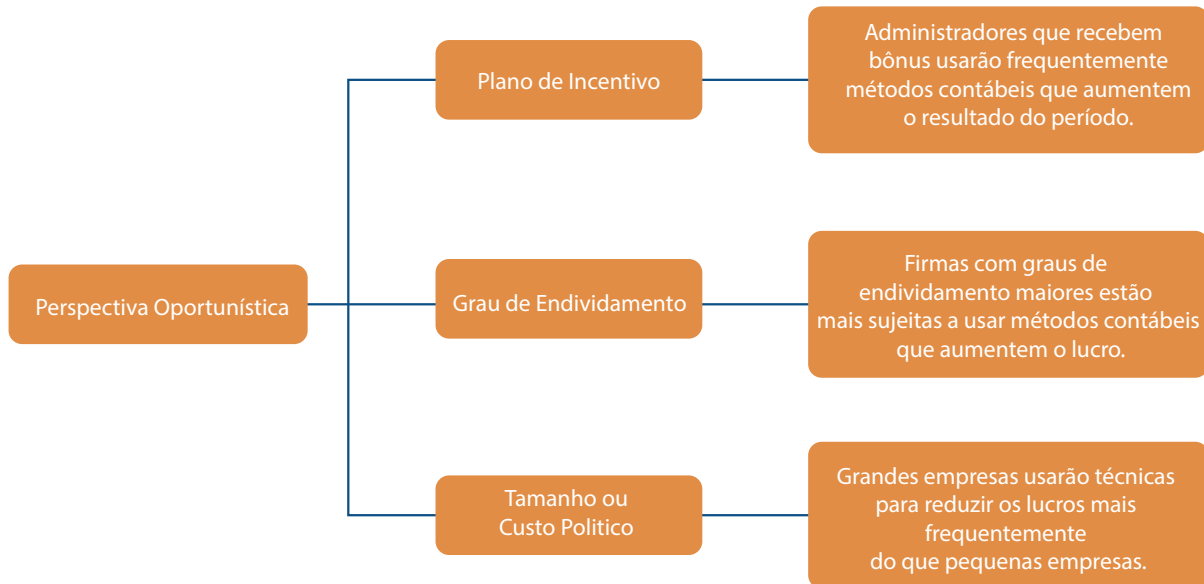


Figura 03 – Perspectiva Oportunística segundo Watts e Zimmerman (1986)

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A hipótese do Plano de Incentivo afirma que administradores que recebem bônus estão mais dispostos a utilizar métodos contábeis que aumentem o resultado. Healy (1985), Lewellen, Loderer e Martin (1987) e Holthausen e Sloan (1995) são estudiosos que sustentavam essa hipótese, prevendo que administradores de empresas que recebem bônus (remuneração variável) tendem a usar métodos que aumentem o resultado do período, isto é, caso essa forma de remuneração seja implementada e os demais fatores se mantenham constantes, a hipótese em questão prevê que os administradores serão provavelmente mais inclinados a adotar procedimentos contábeis que desloquem o lucro de períodos futuros para o período atual a fim de atingir seus próprios interesses.

A hipótese do grau de endividamento, por sua vez, prevê que as firmas que possuam maiores graus de endividamento (quociente entre capital de terceiros e capital próprio) tendem a utilizar métodos contábeis que aumentem o lucro, ou seja, prevendo que, as demais variáveis permanecendo inalteradas, quanto mais próxima a empresa estiver da inadimplência, mais propensos estarão os administradores a escolher métodos contábeis que transfiram o lucro de períodos futuros para o presente. Os autores que corroboram com essa visão são Smith, Lipin e Maj (1994), Sweeney (1994) e Defond e Jiambalvo (1994).

Por fim, a hipótese dos custos políticos prevê que grandes empresas estão mais sujeitas a usar técnicas para reduzir os lucros mais frequentemente do que pequenas empresas, isto é, admitindo-se que os demais fatores permaneçam inalterados, a hipótese sugere que, se os administradores considerarem que a empresa está sob observação de cunho político

e que isso pode vir a incorrer em custos elevados, maior seria o incentivo para adotar procedimentos contábeis que desloquem lucros do presente para períodos futuros. Seus principais teóricos são Wong, Sutton e Jones, todos com trabalhos sobre o tema publicados em 1988 (WATTS; ZIMMERMAN, 1990).

Vejam que as três linhas explanadas acima eram verificadas por meio da formulação de hipóteses durante as pesquisas positivas em Contabilidade. Ou seja, ao estudar as demonstrações e informações fornecidas pela contabilidade, os pesquisadores identificaram que tais características poderiam influenciar as demonstrações financeiras e seus componentes patrimoniais; logo, os resultados contábeis apresentados ao mercado.

A segunda perspectiva da abordagem positiva na teoria da contabilidade é a Perspectiva da Eficiência. Nela, Dias Filho e Machado (2008, p. 29) preveem que “as empresas definem suas políticas contábeis em função de critérios de eficiência, [...] Dispondo de informações que melhor reflitam os padrões de eficiência da organização, investidores”.

A Perspectiva da Eficiência parte do pressuposto de que as organizações dispõem de controles que permitam limitar o oportunismo das atitudes e induzir os gestores a escolher métodos contábeis que mais auxiliem a atingir a eficiência, reduzindo, para isso, os custos contratuais. Sob essa perspectiva, há a previsão de que as empresas definem suas políticas contábeis em função do alcance da eficiência e fornecem instrumentos que busquem minimizar custos decorrentes de conflitos como os previstos pela Teoria da Agência, teoria a ser discutida mais à frente na nossa disciplina. Uma das suposições da Perspectiva da Eficiência é de que empresas procuram antecipar-se aos fatos, publicando informações não exigidas pela legislação, para reduzir custos futuros de contratos.

A teoria positiva da Contabilidade trouxe diversas contribuições para a evolução da comunidade científica. Dentre elas, Watts e Zimmerman (1990) destacam a ligação da teoria com a prática, o descobrimento de padrões sistemáticos nas escolhas dos procedimentos contábeis e suas explicações, além de prover um modelo plausível para o entendimento da contabilidade. Essas contribuições preencheram lacunas até então presentes na teoria normativa, fazendo com que o número de publicações de caráter positivo ganhasse notoriedade e atualmente representa a maior parte das pesquisas em contabilidade a nível nacional e internacional. (IUDÍCIBUS, LOPES, 2004).

Apesar de ser atualmente a abordagem mais utilizada, a teoria positiva também recebe algumas críticas. Kabir (2010) afirma haver três grandes pontos alvos da maioria das críticas. O primeiro deles está no fato de que a teoria positiva não segue a prescrição metodológica proposta por Popper (falseamento). Isso porque os positivistas só admitiam como científicos os conceitos que eram derivados da experiência sensorial, o

que era visto como falho por Popper, por não poder, por exemplo, aplicar às questões metafísicas.

A segunda crítica é a não-observação dos aspectos normativos da contabilidade. E, finalmente, Kabir (2010) coloca como crítica a questão de que a metodologia aplicada nas ciências naturais nem sempre pode ser aplicada a estudos nas ciências sociais, como pode ser alguns casos em Contabilidade.

Entende-se que, para o avanço da teoria da contabilidade, é necessário encontrar um equilíbrio entre as diversas contribuições que as abordagens normativa e positiva trazem. Ambas as fases da teoria contábil são de importante valor, pois atenderam demandas diferentes em contextos diferentes. E ambas fornecem proposições que podem auxiliar na construção de uma teoria sólida para o desenvolvimento da contabilidade (MARTINS, 2005).

1.4 A regulamentação da Contabilidade e Evidenciação

A regulação pode ser definida como um processo de emissão de normas coercitivas, emanadas do Estado relativas a alguma atividade ou área do conhecimento e tudo que o envolve, como a legitimidade do emissor das normas, a qualidade destas, a aceitação, efeitos, utilidade e até mesmo a necessidade dessas normas.

Regular significa impor regras, normatizar, para que o objeto em questão esteja organizado de maneira harmoniosa. Na contabilidade, a regulação e a visão crítica que os contadores têm dela estão ligadas ao próprio desenvolvimento da profissão ao longo do tempo (IUDÍCIBUS; LOPES, 2004).

A regulação se baseia em algumas teorias principais, dentre elas a Teoria do Interesse Público, Teoria da Captura, Teoria da Competição nos Grupos de Interesse e a Teoria Tridimensional.

Segundo Loss (2011), o objetivo da Teoria do Interesse Público é a maximização do bem-estar social, prevalecendo o interesse público sempre que este estiver em conflito com os interesses econômicos privados atuantes no mercado. Logo, ao pensar regulação, o objetivo aqui é que a maioria da população e usuários se beneficie daquelas regras ou normas estabelecidas. O processo de regulação de qualquer procedimento visava atender um bem-estar geral.

A Teoria da Captura também fundamenta a discussão da regulação. O que se sustenta é que em determinado momento ocorreria uma “captura” entre quem regula e é regulado. A discussão aqui é que os legisladores legislariam sobre si mesmos. Por um lado, a

regulação seria originária da própria demanda por parte da indústria (os legisladores capturados pela indústria), ou a regulação, com o passar do tempo, seria controlada pela indústria (os reguladores são capturados pela indústria) (LIMA; OLIVEIRA; COELHO, 2014).

A Teoria da Competição dos grupos de interesse, colocada por Cardoso et al. (2009), busca discutir que tanto legisladores quanto reguladores estariam preocupados em maximizar seus interesses particulares durante o processo de regulação, uma vez que ambos objetivam sua continuidade. Desta forma, a regulação iria atender às necessidades dos grupos de interesse que maior pressão exercesse sobre legislador e regulador.

Finalmente, na Teoria tridimensional, Cardoso et al. (2009) explicam que “os fatos econômico-financeiros que afetam as entidades são interpretados por um ente dotado de poder (que aplicado à contabilidade pode ser o Comitê de Pronunciamentos Contábeis), segundo os valores compartilhados pela sociedade (compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade, por exemplo) e, daí, surgem as normas (padrões contábeis)” (p. 07).

A regulação da Contabilidade se inicia nos Estados Unidos como resposta ao desenvolvimento das linhas ferroviárias no país a partir do século XIX. Hendriksen e Breda (1999) explicam que, a partir do desenvolvimento e urbanização ocorridos nos EUA, diversas disputas surgiam entre barões das ferrovias, em relação à desapropriação de terras produtivas e construção das linhas ferroviárias. Além disso, “os promotores dos empreendimentos pagavam enormes dividendos com o capital em seu início. Os investidores, crendo que esses dividendos eram indicativos dos lucros futuros da empresa, pagavam preços elevados pelas ações, para descobrir mais tarde que os dividendos não podiam ser mantidos sem colocar em risco as operações futuras da empresa. Quando isso era percebido, o preço de mercado das ações caía, causando grandes prejuízos para investidores a longo prazo, que eram os acionistas permanentes” (p.55).

A primeira resposta a esse problema foi a criação do Interstate Commerce Commission, organismo regulamentador federal, que estabeleceu um sistema contábil uniforme para uso da fixação de tarifas apropriadas, sendo esta a primeira autorização governamental para o estabelecimento de um sistema contábil uniforme, abrindo o caminho para o século de regulamentação da contabilidade (MCCRAW, 1980). Posteriormente, houve a criação da Associação Americana de Contadores Públicos, que exercia poder sobre os padrões da contabilidade desde o início de suas discussões. Exemplo disso foi a recomendação que exigia a apresentação dos itens do balanço por seu grau de liquidez,

indicando atender primordialmente os interesses dos credores. E percebam que até hoje utilizamos tal prática.

Apesar dos passos iniciais dados para a regulamentação contábil no fim do século XIX nos EUA, o que de fato impulsionou o desenvolvimento de normas para a classificação, mensuração e evidenciação contábil foi a Crise de 1929. Já citada anteriormente no nosso texto, a crise, conhecida como grande depressão, vivenciou quedas de 90% no investimento privado e de 56% na produção, os seus efeitos continuaram a ser sentidos por quase 60 anos depois, e ainda se discutem as causas da crise. Nesse momento, as empresas foram duramente criticadas, assim como os contadores. Economistas diziam que a culpa residia “no fato de que os próprios contadores não foram capazes de estabelecer algumas regras padronizadas” (BERLE; MEANS, 1932, apud HENDRIKSEN; BREDA, p. 58).

Essa crítica à falta de uniformidade na prática contábil foi do mesmo modo apontada pela Bolsa de Valores de Nova York (Nyse), uma das primeiras a reagir à crise. Em discurso, a Nyse criticou a falta de regras para práticas de depreciação, assinalou que muitas empresas não divulgavam os valores de suas receitas para não gerar informações aos concorrentes e acusou as companhias de serem extremamente conservadoras na avaliação dos seus estoques.

O Instituto Americano de Contadores (AIA) se posicionou rapidamente às críticas e, a partir de julho de 1933, exigiu que todas as empresas que solicitassem registro na bolsa de valores fornecessem informações financeiras acompanhadas de pareceres de auditores devidamente credenciados. Tais pareceres de auditoria deveriam obedecer a critérios como fidedignidade, coerência e conformidade com as “práticas contábeis aceitas” (CAREY, 1970).

Em 1934, foi criada a Securities and Exchange Commission (SEC) para supervisionar o cumprimento de leis relacionadas com o mercado de títulos americano. Uma dessas leis, a Lei de Negociações de Títulos de 1934, exigia que o registro de títulos fosse realizado na SEC antes de serem vendidos ao público, sendo que as informações disponíveis ao público deveriam ser atualizadas através de demonstrações financeiras periódicas e outras informações (HENDRIKSEN; BREDA, 1999).

A SEC surgia como responsável por determinar procedimentos contábeis e a forma das demonstrações que deveriam ser entregues pelas empresas que negociavam suas ações na bolsa de valores americana, o que influenciou no desenvolvimento dos princípios e práticas contábeis geralmente aceitos e desenvolvidos no setor privado por profissionais contábeis. Essa relação entre órgãos regulamentadores e profissionais da contabilidade se iniciou com a criação do Comitê de Procedimentos Contábeis constituído em 1938.

O Comitê representava uma tentativa dos profissionais da contabilidade em também possuir influência nos princípios contábeis adotados. Ao longo dos anos, foram emitidos diversos boletins, nem sempre coesos entre si, mas que livraram a contabilidade de alguns excessos que caracterizavam a divulgação financeira da época.

A Segunda Guerra Mundial foi um segundo evento que influenciou o mundo e, conseqüentemente, o desenvolvimento da contabilidade no século XX. Após seu fim, e com a Europa fragilizada, o mercado americano centralizava as maiores negociações internacionais, contando com cerca de 17 milhões de investidores em ações.

Um dos problemas que rondava a contabilidade no pós-guerra eram as alternativas de contabilização. Dentre elas, a avaliação de estoques (opção existente até hoje), os métodos e lançamentos da depreciação/exaustão, a alocação do imposto de renda, os custos de pesquisa e desenvolvimento, o goodwill, entre outros. Outras questões da época eram o período inflacionário elevado e o debate sobre a capacidade de geração de lucro, levando a SEC a buscar uma medida abrangente de lucro. Carey (1970) discorre que as discussões sobre a definição mais apropriada do lucro levaram às exigências de comparabilidade, que atribuíam às demonstrações financeiras a necessidade de serem comparadas entre períodos e entre empresas.

Hendriksen e Breda (1999) anunciam que, na busca por atender os apelos pela comparabilidade das informações contábil-financeiras e identificação dos melhores princípios de contabilidade para os profissionais, foi criado o Conselho de Princípios Contábeis (The Accounting Principles Board - APB). Os objetivos do APB eram promover a redação de princípios contábeis geralmente aceitos, limitar as áreas de divergência em termos de prática e conduzir a discussão de questões ainda não resolvidas.

Apesar de suas propostas, o APB não conseguiu reduzir as áreas de discordância e divergência da prática contábil ou progredir a divulgação financeira em novas áreas que apresentavam problemas. Diversos ataques foram feitos ao Conselho pelos próprios profissionais da área, conforme narra Spacek (1969).

Em 1973, o APB foi extinto e deu lugar ao FASB (Conselho de Padrões de Contabilidade Financeira). Essa mudança ocorreu por iniciativa do American Institute of Certified Public Accountants (AICPA) e The American Accounting Association (AAA), na busca de uma estrutura organizacional mais eficaz para o estabelecimento de princípios contábeis. O FASB foi constituído por sete membros e buscou, de acordo com Hendriksen e Breda (1999, p. 63), “estabelecer e aperfeiçoar padrões de contabilidade financeira e divulgação para orientação e educação do público, incluindo produtores de informação, auditores e usuários de informações financeiras”.

Vale ressaltar que, após a implementação do FASB, temos ainda como marco para o desenvolvimento da contabilidade a mudança de seu objetivo, passando da apresentação de informações a administradores e aos credores para o fornecimento de informações financeiras a investidores e acionistas. Hendriksen e Breda (1999) reconhecem que a chave do sucesso do FASB é sua capacidade de produzir consenso, o que fica claro na expressão “princípios contábeis geralmente aceitos” (p. 63).

Percebe-se que a regulação contábil tem um aspecto em comum desde suas primeiras normatizações, e isso é a noção de que os investidores, e o próprio mercado de capitais, necessitam de informações confiáveis, relevantes e que possam ser utilizadas de maneira eficaz na tomada de decisões; o que é o objetivo macro da Contabilidade como um todo.

Entretanto, é importante discutir que todo o processo de regulação contábil, de acordo com Iudícibus e Lopes (2004), depende de custos públicos e privados de contratação e produção de informações. Esses custos podem ser diretos (recursos consumidos na geração de normas e observância por parte das firmas) e indiretos, como as decisões de investimento, produção e financeiras das empresas. Exemplos dos custos diretos podem ser verificados na regulação de padrões contábeis de responsabilidade da SEC e do FASB, são custos associados ao próprio processo de regulação. Já os custos indiretos são aqueles que são causados pelas mudanças ocorridas após implantação de alguns padrões contábeis e geram mudanças nas decisões financeiras e de investimento dos gestores (WATTS; ZIMMERMAN, 1986).

No Brasil, apesar dos vestígios da contabilidade desde o início de sua colonização por Portugal, o desenvolvimento da profissão contábil e sua consequente regulação foram bastante tardios, apresentando marcos mais definitivos a partir da metade do século XX. No ano de 1976, foi aprovada a Lei nº 6.404, conhecida como Lei das Sociedades por Ações e que marcava o início de uma nova fase da história da contabilidade nacional. A Lei nº 6404 foi criada para atender demandas como o aprimoramento da qualidade das informações financeiras e sua ampla divulgação, com o objetivo de aprimorar a qualidade dos demonstrativos e facilitar a análise da saúde financeira das Organizações (TELES, 1989).

Bacci (2002, p.134) afirma que “a nova lei veio consagrar a adoção do sistema contábil americano com algumas contribuições brasileiras de relevância, sendo algumas práticas essencialmente nacionais como a correção monetária”. A nova lei trouxe contribuições como a introdução da reavaliação a valor de mercado; a criação da reserva de lucros a realizar; o aperfeiçoamento da classificação das contas do balanço; e criação das

demonstrações das mutações patrimoniais e das origens e aplicações de recursos. Em 2001, com a promulgação da Lei nº 10.303, houve acréscimos de dispositivos na Lei 6.404/76. Dentre as mudanças inseridas pela Lei nº 10.303, destacam-se:

- a) somente os valores mobiliários de emissão de companhia registrada na CVM podem ser negociados no mercado de valores mobiliários;
- b) nenhuma distribuição pública de valores mobiliários será efetivada no mercado sem prévio registro na CVM;
- c) o acionista controlador ou a sociedade controladora que adquirir ações da companhia aberta sob seu controle que elevem sua participação que impeça a liquidez de mercado das ações remanescentes será obrigado a fazer oferta pública para aquisição da totalidade das ações remanescentes no mercado;
- d) é vedado às companhias abertas emitir partes beneficiárias

Quadro 04 – Destaques Lei nº 10.303
 Fonte: Adaptado de Freire Filho (2008).

Outra lei que merece destaque no processo de regulação contábil brasileiro é a de nº 11.638/2007, que estabelece que as normas contábeis da CVM deveriam se adequar aos padrões internacionais, o que logo se depara com uma série de dificuldades conceituais e práticas no Brasil, uma vez que a contabilidade nacional possui um caráter primariamente fiscal. A Lei nº 11.638/2007 introduziu importantes alterações na Lei nº 6.404/1976, podendo ser citadas a escrituração das demonstrações contábeis; a nova estrutura do Balanço Patrimonial; demonstrações obrigatórias; demonstrações dos fluxos de caixa; demonstração do valor adicionado; critérios de avaliação dos ativos; primazia da essência sobre a forma; equivalência patrimonial; reavaliação de ativos; e Teste de Recuperabilidade (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2009).

Entidade contábil brasileira a se destacar é a Comissão dos Valores Mobiliários (CVM). Já citada no nosso texto, a CVM foi criada através de lei em 1976 e tem poderes para disciplinar, normatizar e fiscalizar a atuação dos componentes do mercado de capital no Brasil. A CVM possui como grande responsabilidade o zelo pela regularidade e confiabilidade das informações divulgadas pelas organizações e colocadas à disposição no mercado de valores mobiliários (GERON, 2008).

Conforme a própria entidade,

no que diz respeito à definição de políticas ou normas voltadas para o desenvolvimento dos negócios com valores mobiliários, a CVM procura junto a instituições de mercado, do governo ou entidade de classe, suscitar a discussão de problemas, promover o estudo de alternativas e adotar iniciativas, de forma que qualquer alteração das práticas vigentes seja feita com suficiente embasamento teórico e, institucionalmente, possa ser assimilada com facilidade, como expressão de um desejo comum. (CVM, 1976)

Ainda no cenário nacional, é importante ressaltar o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), criado em 2005 para centralizar a emissão de pronunciamentos na área contábil. Conforme a resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de número 1.055/05, o CPC

tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Algumas questões atuais acerca da regulação contábil têm sido amplamente debatidas ao redor do mundo. Como destaque, tem-se a Lei Sarbanes-Oxley, a implantação dos IFRS's (normas internacionais de Contabilidade) e a regulação de divulgações financeiras que demonstrem o caráter socioambiental das organizações.

A Lei Sarbanes-Oxley (SOX) foi uma resposta do governo americano em 2002 aos diversos escândalos no mercado de capitais dos Estados Unidos envolvendo empresas de diversos setores como a Enron, Worldcom e Arthur Anderson, gerando prejuízos financeiros para os investidores na época. Os escândalos envolviam a manipulações dos resultados divulgados pelas empresas em suas demonstrações financeiras, fazendo com que a sociedade questionasse se as informações divulgadas no mercado correspondiam realmente à realidade (SILVA, 2007).

A SOX, conforme explica Borgerth (2007, p. 21), foi publicada com o objetivo de “estabelecer sanções que coíbam procedimentos não éticos e em desacordo com as boas práticas de governança corporativa por parte das empresas atuantes do mercado norte-americano”. Marciano (2015) explica que os impactos da SOX na auditoria são extremamente visíveis em empresas propriamente americanas, por conta do caráter normativo e pressão legal que o contexto possui nos Estados Unidos, fazendo com que a auditoria seja muito mais severa, assim como as sanções para fraudes.

Dentre os principais impactos, tem-se a Criação do PCAOB (Public Company Oversight Board), conselho não-governamental e independente, encarregado de inspecionar as empresas de auditoria e proteger os interesses dos investidores; a exigência de implantação de controles internos eficazes para todos os processos dos negócios e realizar testes sobre

a efetividade destes controles para assegurar fidedignidade dos relatórios financeiros; a adoção de procedimentos de prevenção e detecção de fraudes por parte das companhias; e o estabelecimento de punições criminais e pecuniárias para os CEOs e CFOs.

Os efeitos citados no parágrafo anterior, apesar de gerarem maiores alterações nos procedimentos de contabilidade e auditoria das empresas americanas, trouxeram efeitos para todas as empresas que negociam suas ações no mercado estadunidense. No caso do Brasil, alguns desses impactos na auditoria e procedimentos contábeis são listados a seguir:

Quais são os efeitos práticos da SOX para as empresas brasileiras?

- Responsabilidade do presidente (CEO) e do diretor-financeiro (CFO) na "certificação" das demonstrações financeiras;
- Transferência para um comitê de auditoria, composto de membros não executivos do Conselho da Administração, de muitos poderes e responsabilidades que eram anteriormente dos diretores-executivos;
- Os serviços non-audit são proibidos;
- Maior transparência na divulgação das informações financeiras e dos atos da administração;

Figura 04 – Efeitos da Lei Sarbanes-Oxley para empresas brasileiras

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

No que se trata de Regulação, Demonstrações Financeiras que revelem as contribuições e impactos socioambientais causados pelas empresas, são assuntos amplamente discutidos no atual século. Na regulação contábil, o ponto chave da discussão é o Balanço Social. Nos

EUA, o Balanço Social surge a partir da década de 60 por uma demanda da sociedade da época, revoltada com a Guerra do Vietnã. No Brasil, nos anos 80, quando a questão ambiental já começava a se tornar assunto debatido internacionalmente, as primeiras empresas começaram a divulgar a demonstração de maneira voluntária.

O Balanço Social, de acordo com Kroetz (2000), representa uma ferramenta gerencial, que disponibiliza um conjunto de dados qualitativos e quantitativos acerca das políticas administrativas e relações que envolvem as organizações e o meio ambiente sob o qual atuam. Estes dados poderão ser comparados e analisados a partir das necessidades dos usuários internos, servindo como instrumento de controle, e auxílio para a tomada de decisões e na adoção de estratégias.

A ideia é que a demonstração de cunho social revele resultados e indicadores que apresentem os diversos benefícios e esforços realizados para a qualidade de vida dos colaboradores da organização, para a comunidade e para o meio ambiente em que se localiza a empresa. Com a divulgação de tais informações, espera-se que haja um aumento na produtividade dos funcionários, o fortalecimento da reputação da organização e ainda o aumento de sua participação no mercado.

Apesar das diversas pressões de leis e iniciativas governamentais, o Balanço Social ainda não é uma demonstração obrigatória. Empresas com visão estratégica, no entanto, buscam divulgar suas ações e condutas socioambientais juntamente com as outras demonstrações, criando um diferencial considerado componente de sucesso para os negócios, e criando condições favoráveis para sua continuidade. Varela, Costa e Dollabela (1999) afirmam que, de certo modo, a obrigatoriedade também não seria o melhor caminho, pois demonstrações de cunho social deveriam ser divulgadas por uma questão de consciência ética e cidadã.

Como último tema discutido atualmente no âmbito da regulação contábil, tem-se a harmonização e padronização internacional das normas de contabilidade, através do Pronunciamento IFRS (International Financial Reporting Standards). As normas internacionais de contabilidade são respostas da globalização da economia mundial e são emitidas pelo IASB (DELOITTE, 2006). Objetivo da regulação da contabilidade através de normas internacionais é o desenvolvimento de normas de alta qualidade, que sejam exigidas e aceitas globalmente, aperfeiçoando a divulgação financeira e o funcionamento dos mercados.

Silva (2013) explica que, nos últimos anos, o IASB tem realizado um grande esforço para difundir as normas internacionais de contabilidade, sendo que atualmente mais de 120 países já adotam as IFRS – destaque para a União Europeia que obrigou todos os países

membros a divulgarem a partir de 2005 todas as demonstrações contábeis de acordo com as IFRS; alguns países já substituem gradativamente os princípios geralmente aceitos (nacionais) pelas IFRS; e outros países estão fazendo um processo de revisão das IFRS para em seguida adotá-las na íntegra ou com algumas considerações.

No Brasil, as IFRS foram adotadas em duas fases: a primeira se deu com a adoção de alguns pronunciamentos técnicos nas demonstrações contábeis de 2008 e 2009; e a segunda fase, em 2010, adotou todos os pronunciamentos das IFRS. Por ser um caso único de processo de convergência, o cenário brasileiro é objeto de diversas pesquisas atuais no que tange à harmonização contábil no nível internacional. É importante entender que os pronunciamentos atualmente emitidos pelo CPC se encontram, portanto, alinhados às normas internacionais de Contabilidade.

RESUMO DA UNIDADE

A Contabilidade se classifica como Ciência Social Aplicada e tem como objeto de estudo o patrimônio das Organizações. Como toda ciência, a Contabilidade se embasa numa série de teorias que a sustentam, advindas da economia, psicologia, entre outras áreas do conhecimento. A Teoria Contábil pode ser vista por meio de duas abordagens principais: normativa e positiva. A fase normativa deu base às primeiras tentativas de regulação do processo contábil e é caracterizada como prescritiva ao buscar estabelecer o que deve ser feito. A fase positiva veio preenchendo as lacunas da fase normativa ao entender como estava sendo executada a contabilidade nas organizações, buscando explicar essas práticas, predizê-las e a partir disso atender os interesses dos usuários da Contabilidade. Vimos que atualmente a abordagem positiva é a mais acolhida pela comunidade de pesquisadores, que buscam comprovar hipóteses e relacionar as pesquisas contábeis com outros temas do conhecimento. Ambas as abordagens científicas, juntamente com órgãos reguladores, têm auxiliado no desenvolvimento dos padrões e normativas contábeis no nível nacional, e agora internacional, com o processo da harmonização internacional, por meio das IFRS. Entende-se que, para o avanço da disciplina contábil, é necessário que os pesquisadores consigam equilibrar os conhecimentos de ordem positiva e normativa para fortalecimento da ciência e da prática profissional. A partir dos norteamentos teóricos discutidos e firmados, a Contabilidade estabelece seus principais conceitos, com destaque para os Componentes Patrimoniais que serão discutidos na próxima Unidade.



Unidade II – Núcleo da Teoria Contábil

A partir do que foi discutido e trabalhado desde o início do curso, sabe-se que a Contabilidade tem como um dos seus grandes objetivos fornecer aos usuários informações econômico-financeiras que possam influenciar a tomada de decisões. Para tal, conforme explicam Almeida e El Hajj (1997, p. 01), o processo de Contabilidade busca “identificar, mensurar, registrar e informar as mutações que ocorrem no patrimônio das empresas, de forma a permitir julgamentos fundamentados e decisões respaldadas”.

Quando estudamos o patrimônio de uma organização, vem à mente aqueles componentes vistos no início dos estudos de contabilidade: bens, direitos e obrigações (exigíveis e não exigíveis). Entretanto, para além da classificação e organização dessas contas, nesta Unidade da disciplina, iremos conhecer como se deu a evolução dos conceitos aplicados atualmente.

A identificação é a primeira fase do processo da contabilidade, que irá classificar a que categoria o fenômeno que está sendo analisado pertence, ou seja, identificar o elemento é classificá-lo como bem, direito, obrigação, por exemplo... e a partir disso como ativo ou passivo, etc. A mensuração é a segunda fase do processo de contabilidade e se preocupa em atribuir aos fenômenos contábeis valores monetários, ou seja, atribuir valor aos componentes patrimoniais. Finalmente, a evidenciação consiste em divulgar para os diversos usuários o fenômeno contábil que já foi reconhecido e mensurado (LOPES; MARTINS, 2007).

Os itens patrimoniais irão se classificar em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. E além deles, temos os itens relacionados ao resultado (receitas e despesas). Essas definições são resultado do processo de evolução da contabilidade e sua teoria, e do avanço da

interpretação dos fenômenos patrimoniais em sua essência, que se desenvolveram ao longo das escolas de pensamento da Contabilidade, citadas anteriormente.

Ao estudarmos esses componentes patrimoniais, estamos indiretamente analisando as Demonstrações Financeiras, que são fruto do trabalho da Contabilidade, e a maneira como a divulgação da vida patrimonial e financeira das entidades é realizada. A qualidade de uma demonstração financeira depende da representação fidedigna dos elementos elencados na mesma. Abaixo, segue a estrutura do Balanço Patrimonial, vista na primeira disciplina do curso:

Balanço Patrimonial	
Ativo	Passivo
<p>Ativo Circulante</p> <p>Disponibilidades (Caixa e Banco)</p> <p>Clientes</p> <p>Estoques</p>	<p>Passivo Circulante</p> <p>Empréstimos e Financiamentos Bancários</p> <p>Fornecedores</p> <p>Obrigações Trabalhistas e Tributárias</p> <p>Outras Obrigações</p>
<p>Ativo Não Circulante</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ativo Realizável a Longo Prazo • Investimentos • Imobilizado • Intangível 	<p>Passivo Não Circulante</p> <p>Empréstimos</p> <p>Financiamentos</p>
	<p>Patrimônio Líquido</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capital Social • Reservas de Capital • Ajustes de Avaliação Patrimonial • Reservas de Lucros • Ações ou Quotas em Tesouraria • (Lucros ou) Prejuízos Acumulados

Figura 05 – Balanço Patrimonial
Fonte: Pinho e Rocha (2017).

2.1 Ativo: definições e mensuração

Conforme discutimos na Unidade anterior, o processo de regulação da Contabilidade no Brasil tem base primária nos Pronunciamentos Contábeis. Por meio dos pronunciamentos emitidos, os Componentes Patrimoniais (que configuram o Patrimônio das entidades) são normatizados, possibilitando seu reconhecimento e identificação.

O CPC 00 afirma que esse processo consiste na incorporação ao Balanço Patrimonial ou à Demonstração do Resultado do Exercício de algum item que se enquadre na definição de elemento contábil e que satisfaça dois critérios fundamentais: a probabilidade de geração futura de benefício econômico e que seja possível atribuir custo ou valor mensurado com confiabilidade ao Componente Patrimonial.

O Ativo é o primeiro grande Componente Patrimonial a ser discutido na teoria da Contabilidade. A definição de Ativo evoluiu ao longo dos anos. Em 1924, por exemplo, Paton define ativo como “qualquer contraprestação, material ou não, possuída por uma empresa específica e que tenha valor para aquela empresa”. Em sua definição atual, conforme a NBC T1, o Ativo se configura como um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que surjam futuros benefícios econômicos para a entidade. De acordo com Iudícibus (2010, p. 137), “a característica fundamental do ativo é sua capacidade de prestar serviços futuros à entidade que os controla, capazes de se transformar, direta ou indiretamente, em fluxo líquido de entradas de caixa”.

A seguir podemos perceber a evolução do conceito de Ativo:

Autores	Ideia Central sobre Ativo
Paton (1922)	“qualquer contraprestação, material ou não, possuída por uma empresa específica e que tenha valor para aquela empresa”.
Canning (1929)	“qualquer serviço futuro, em termos monetários, ou qualquer serviço futuro conversível em moeda (...) cujos direitos pertencem legal ou justamente a alguma pessoa ou algum conjunto de pessoas. Tal serviço é um ativo somente para essa pessoa ou esse grupo de pessoas que o usufrui”.
AICPA (1941) e (1953) [não está nas referências]	“algo representado por um saldo devedor que é mantido após o encerramento dos livros contábeis de acordo com as normas ou os princípios de Contabilidade, na premissa de que representa ou um direito de propriedade ou um valor adquirido, ou um gasto realizado que criou um direito”.

Francisco D' Auria (1958, apud. IUDÍCIBUS, 1997)	“o conjunto de meios ou a matéria posta à disposição do administrador para que este possa operar de modo a conseguir os fins que a entidade entregue à sua direção tem em vista”.
Meigs e Johnson (1962)	“recursos econômicos possuídos por uma empresa”.
Sprouse e Moonitz (1962)	“representam benefícios futuros esperados, direitos que foram adquiridos pela entidade como resultado de alguma transação corrente ou passada”.
Anthony (1970)	“recurso econômico possuído, adquirido a um custo monetário mensurável”.
Martins (1972)	“futuro resultado econômico que se espera obter de um agente”.
Iudícibus (2010)	“o ativo deve ser considerado modernamente, em primeiro lugar, quanto à sua controlabilidade por parte da entidade, subsidiariamente quanto à sua propriedade e posse”.

Quadro 05 - Definições de Ativo
Fonte: Adaptado de Iudícibus (2010).

O FASB, órgão central no processo de harmonização internacional das normas contábeis, elenca três características essenciais dos ativos: incorpora um benefício futuro provável que envolve a capacidade, isoladamente ou em combinação com outros ativos, de contribuir direta ou indiretamente à geração de entradas líquidas de caixa futuras; uma dada entidade pode conseguir o benefício e controlar o acesso de outras entidades a esse benefício; a transação ou o evento, originando o direito da entidade ao benefício, ou seu controle sobre o mesmo, já terá ocorrido.



Sabendo um pouco mais

A visão de técnica e pragmática dada pela Lei 6.404/1976 (a Lei das Sociedades por Ações) discorre os seguintes artigos acerca dos itens que compõem o ativo:

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

I - no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;

II - no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;

III - em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

IV - no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens; (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)

VI - no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007).

Parágrafo único. Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.

Fonte: Lei nº 6404 de 1976. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm

Uma vez discutido o conceito de Ativo e identificado um bem ou direito que pode ser classificado como tal, o segundo desafio para a contabilidade é a mensuração deste componente patrimonial.

Chambers (1966) explica que mensurar é atribuir valores a objetos ou eventos, observando algumas regras e buscando especificar a propriedade a ser mensurada, a escala a ser usada e a dimensão da unidade de medida. Neste sentido, Ijiri (1967) complementa que a mensuração diz respeito à atribuição de números a uma entidade do passado, presente ou a fenômenos econômicos futuros, com base no passado ou presente de observação e de acordo com as regras.

O CPC 00 define mensuração como o processo que “consiste em determinar os montantes monetários por meio dos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado”. Esse processo envolve a seleção da base específica de mensuração.

Os ativos podem ser mensurados sob duas abordagens básicas: valores de entrada e valores de saída. Conforme aponta Martins (2001), os valores de entrada são aqueles obtidos nos segmentos de mercado de compra da entidade e refletem a importância associada à obtenção dos recursos, enquanto os valores de saída representam o volume de caixa, ou o valor de algum outro instrumento de pagamento, recebido quando um ativo ou seu serviço deixa a empresa por meio de troca ou conversão. Vamos abordar com mais detalhes as duas abordagens.

A mensuração por valores de entrada prioriza a objetividade e a confiabilidade da informação, sacrificando parcialmente a utilidade ou relevância da informação. Os autores que defendem este critério assumem que o ativo vale o custo do recurso que sacrificou (custo histórico) ou sacrificaria (custo corrente) para adquiri-los. A mensuração pelos valores de saída, por sua vez, foca nas expectativas do dinheiro que se espera receber quando da saída do ativo da empresa, priorizando a utilidade ou relevância da informação, sendo, portanto, mais subjetivos (RIBEIRO FILHO et al., 2009).

Dentre os métodos a valores de entrada, citam-se, especialmente, os quatro mais conhecidos: custo histórico; custo histórico corrigido; custo corrente; e custo corrente corrigido.

O custo histórico representa o “preço agregado pela empresa para adquirir a propriedade e o uso de um ativo, incluindo todos os pagamentos necessários para

colocar o ativo no local e nas condições que permitam prestar serviços na produção ou em outras atividades da empresa” (HENDRIKSEN; BREDÁ, 1999, p. 306). Dentre as vantagens desse método de mensuração, está a facilidade em identificar o custo do ativo e de identificá-lo a partir da documentação, o que é importante para auditores e outros interessados. Apesar disso, a mensuração pelo custo histórico apresenta desvantagens por não possibilitar o reconhecimento das perdas e ganhos econômicos e não refletir a atualidade econômica da empresa.

O Custo Histórico Corrigido ocorre quando o custo histórico “é objeto de uma correção, quer por coeficiente da variação do Índice Geral de Preços, quer por um derivado da variação de um outro índice mais específico” (FERNANDES, 1998, p. 06).

Paton e Littleton (1940) são estudiosos que defendem a mensuração pelo Custo Histórico. Os autores afirmam que os registros contábeis não devem ser ajustados para mudanças no nível de preços. Ou seja, as alterações nos preços dos ativos que ocorressem após sua aquisição, não deveriam ser incorporadas nas contas. Ijiri (1975) também é outro defensor que volta parte de seus estudos para esse tema.

O custo corrente do ativo, segunda abordagem dentro dos valores de entrada, “seria o somatório dos custos correntes dos insumos contidos em um bem de serviços equivalentes aos do originariamente adquirido menos a sua depreciação” (IUDÍCIBUS, 2010, p. 134). Este critério apresenta algumas vantagens principais por permitir o aumento do poder preditivo das demonstrações financeiras elaboradas pelas organizações e possibilitar a aquisição de mercadorias por preços mais vantajosos e inferiores aos praticados pelo mercado.

Porém, o método também apresenta desvantagens, pois possui certa subjetividade para avaliar itens sazonais e obsoletos do ativo, além de que o acompanhamento da variação dos custos é bastante difícil. O custo corrente corrigido é o valor corrente no tempo inicial multiplicado pelo coeficiente de variação de Preços, ou seja, considera a inflação.

Edwards e Bell (1961) são os clássicos defensores da adoção do Custo corrente como base de mensuração ideal para a contabilidade. Em seus estudos, os autores apresentam detalhadamente a “Teoria de Custo Corrente”, procurando mostrar e justificar, teoricamente seu posicionamento.

Teoria	Visão Geral
Custo Histórico	De acordo com Tinoco (1992), o critério irá representar o valor “pelo qual um elemento do ativo foi adquirido, ou construído, sem que nenhuma atenção seja dada à variação da capacidade da moeda entre a data de aquisição e outra qualquer”.
Custo Histórico Corrigido	Utiliza-se do mesmo critério do Custo Histórico (valor de entrada do elemento na data da compra), porém com um indexador que reflita a variação monetária.
Custo Corrente	“preço de troca que seria exigido hoje para se obter o mesmo ativo ou seu equivalente” (HENDRIKSEN, 1999).
Custo corrente corrigido	É mensurado a partir de um ajustamento do custo corrente, por um coeficiente de variação do índice geral de preços (IGP), ou outro indexador de variação monetária.

Quadro 06 – Mensuração de Ativos por Valores de Entrada
 Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Na abordagem de valores de saída, tem-se o Valor realizável líquido, o Equivalente corrente de caixa, os Valores de liquidação e o Valor Presente Líquido. O Valor Realizável Líquido é o preço corrente de saída menos o valor corrente de todos os custos e despesas incrementais esperados. Tem como principal vantagem a aproximação para as entradas previstas de caixas para ativos, e como desvantagem a difícil estimativa dos valores desembolsáveis.

O Equivalente corrente de caixa representa o montante de caixa ou o poder geral de compra que poderia ser obtido com a venda de cada ativo em condições organizadas de liquidação. A grande vantagem desse método é que o preço registrado é o do mercado, a desvantagem ocorre quando se mensuram elementos que não possuem um preço de mercado. (HENDRIKSEN; BREDA, 1999)

Ainda sobre os métodos de mensuração com base nos valores de saída, o Valor de liquidação diz respeito ao preço obtido em uma venda forçada, seja a clientes regulares a preços substancialmente reduzidos ou a outras empresas bem abaixo do custo. Este método só é vantajoso em situações excepcionais, como quando existem mercadorias obsoletas ou no caso de descontinuidade da empresa.

O último método de saída, o Valor Presente líquido, é aquele determinado pelo processo de desconto. Nesse método existe uma dificuldade para identificar a taxa de desconto, mas apresenta a vantagem de que os ativos são mensurados pelo fluxo de caixa potencial a ser usufruído pela firma. (HENDRIKSEN; BREDA, 1999)

O normativista Chambers (1966) se desponta como principal expoente da Avaliação a Valores de Saída e vai de encontro ao princípio do custo histórico. Ele afirma que os ativos e passivos devem ser registrados pelo seu equivalente em dinheiro atual, corroborando com os estudos anteriores de Mac Neal (1939). No Brasil, o professor Sérgio de Iudícibus é um pioneiro no que se refere à Teoria dos Ajustamentos Contábeis sob inflação, apresentando o conceito inovador de “custo corrente puro”.

Teoria	Visão Geral
Valor Realizável Líquido	Seria o valor pelo qual a organização consegue vender aquele determinado ativo, deduzindo deste valor as despesas derivadas da transação.
Equivalente Corrente de Caixa	Diz respeito ao valor do ativo no momento de sua venda, ou seja, quanto receberia pela venda deste ativo no momento atual da transação.
Valores de Liquidação	Como o nome explicita, este é um critério que envolve a ideia de descontinuidade da empresa. Seriam os valores pelos quais os ativos conseguiriam ser vendidos, numa situação de falência ou encerramento da organização. Geralmente, são valores bem abaixo do custo destes.
Fluxo de caixa Descontado	Representa o valor presente de importâncias futuras, descontadas a uma taxa de juros apropriada para a operação, decrescendo desse valor o custo do investimento inicial.

Quadro 07 – Mensuração de Ativos por Valores de Saída
 Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

O Ativo Intangível representa um caso específico na mensuração de ativos. Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física. Conforme orientação do CPC 04, seu reconhecimento e mensuração somente é possível se for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, se o custo puder ser mensurado de forma confiável e puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, ativo ou passivo relacionado. Alguns exemplos mais comuns de Ativo Intangível são os Softwares, Marcas e Patentes, Direitos Autorais, etc.

Na última unidade do Módulo, estaremos adereçando com maiores detalhes o caso do Intangível, que segue sendo um desafio para a Contabilidade e seus profissionais, por sua dificuldade de mensuração.

2.2 Passivo: definições, reconhecimento e mensuração

O passivo representa a segunda categoria dos componentes patrimoniais de uma entidade qualquer e, como explica Kam (1986), são obrigações de determinada organização, que exigem dela a transferência de ativos ou execução de serviços a outras entidades no futuro, sendo resultado de transações ou eventos passados. O CPC 00 também explana acerca do assunto, normatizando que o Passivo, “é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos”.

As características fundamentais de um passivo são que este grupo representa um conjunto de obrigações presentes da entidade, que irão demandar sacrifício futuro para sua liquidação e que representam obrigações decorrentes de transações e eventos do passado. Se qualquer uma destas características não for visualizada no fenômeno estudado, esse passivo não poderá ser reconhecido. (HENDRIKSEN; BREDA, 1999)

Especificamente sobre a Mensuração dos Passivos, Iudícibus (2010) aponta que a questão principal não está em sua mensuração, mas sim no momento de reconhecer a obrigação e registrá-la, sendo o reconhecimento do passivo a incorporação ao balanço patrimonial de uma entidade um item que se enquadra como mensurável, relevante e precisa, e que se enquadre na própria definição de passivo.

Os estudiosos revelam que o desafio maior para o profissional contábil para mensurar um passivo seria o momento de reconhecê-lo e registrá-lo. Para reconhecê-lo, é necessário preencher alguns requisitos: satisfazer a definição de passivo; ser razoavelmente estimado; ser relevante; e ser preciso (FASB, FAS 5).

Na mensuração de obrigações monetárias, na maioria dos casos, “a avaliação corrente da dívida é determinada por contrato ou acordo” (HENDRIKSEN; BREDA, 1999, p. 413). Já no caso de obrigações não monetárias, Hendriksen e Breda (1999, p. 415) discorrem que estas devem ser “expressas em termos de preços predeterminado ou convencionados referentes a bens ou serviços específicos. Portanto, o valor monetário dos bens e serviços poderia variar, mas não sua quantidade ou qualidade”.

Atualmente fala-se muito do Valor Justo (Fair value) como sendo o padrão desejado para mensuração dos componentes patrimoniais. Segundo o CPC 46, o valor justo representa o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela

transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para Barth (2006), o valor justo deve ser aplicado no contexto do objetivo primordial de relatórios financeiros, que é para ajudar os investidores e outros usuários das demonstrações contábeis na tomada de decisões econômicas. Segundo o CPC 00, o valor justo representa o montante pelo qual um determinado item poderia ser transacionado entre participantes dispostos e conhecedores do assunto numa transação sem favorecimentos, ou seja, a busca pelo valor mais acertado conforme a conveniência do credor e devedor, numa transação em que nem o comprador e nem o vendedor podem impor suas vontades.

Quando estudamos Passivo, geralmente associamos àquelas contas de maior frequência nas demonstrações financeiras, como é o caso das obrigações com Fornecedores, Salários a pagar, Empréstimos e Financiamentos a pagar, entre outras. Mas, em tempos de discussões sociais no âmbito nacional e internacional, destaco ainda aqui os passivos ambientais, estes, que representam dívidas para com terceiros, resultantes de impactos causados ao meio ambiente, como, por exemplo, indenização de terceiros em função dos efeitos de danos ambientais ou obrigações de criar meios de compensação para minimizar danos ambientais (CARVALHO, 2009).

De maneira objetiva, o IBRACON (2011, p.2), através da publicação da NPA 11, esclarece que um passivo ambiental representa “toda agressão que se praticou ou pratica contra o Meio Ambiente e consiste no valor de investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial”. Para reconhecimento de um passivo ambiental, existem três principais critérios a serem levados em consideração, de acordo com a Internacional Accounting Standards (IAS) 37, sendo que: a entidade deve ter uma obrigação presente legal e implícita, com o uso dos recursos naturais (evento passado); é provável que ocorra a saída de recursos para liquidar o passivo ambiental; e o valor do passivo ambiental possa ser estimado com segurança.

Mais uma vez a Contabilidade age como ferramenta gerencial para aplicação de uma política sustentável nas organizações, o que, conforme teorias a serem estudadas na próxima unidade do nosso E-book, é fundamental para a legitimação da empresa no mercado e a continuidade de suas atividades.

2.3 Despesas, Receitas, Perdas e Ganhos: definições, reconhecimento e mensuração.

O estudo dos elementos acima é importante por serem estes os itens que compõem diretamente a Demonstração do Resultado do Exercício. São itens que possuem influência direta na capacidade de lucro da entidade. Toda a atividade operacional das organizações será norteadas a partir destes componentes patrimoniais. Começaremos a discussão pela Receita.

Assim como os demais conceitos estudados na Teoria Contábil, a definição de Receita segue em evolução e complementação. Mas é possível elencar algumas definições de autores e órgãos técnicos.

A definição trazida no livro Contabilidade Introdutória, publicado por uma Equipe de Professores da USP em 1979, consegue atender, de maneira ampla e de fácil entendimento, a noção principal de despesa: “a entrada de elementos para o ativo, sob forma de dinheiro ou direitos a receber, correspondentes, normalmente à venda de mercadorias, de produtos, ou à prestação de serviços” (p. 46). Essa definição de receita está relacionada às atividades operacionais (principais) da organização. Mas, para além das receitas operacionais, temos as chamadas financeiras, decorrentes dos juros bancários e descontos obtidos. E ainda outras receitas (não-operacionais) ocasionadas por ganhos eventuais.

Sprouse e Moonitz (1962, p. 43) afirmam que a “receita de uma empresa durante um período de tempo, representa uma mensuração do valor de troca dos produtos (bens ou serviços) durante aquele período”. Hendriksen e Breda (1999) sugerem uma definição de receita que a caracteriza por meio de algumas dimensões básicas, a saber:

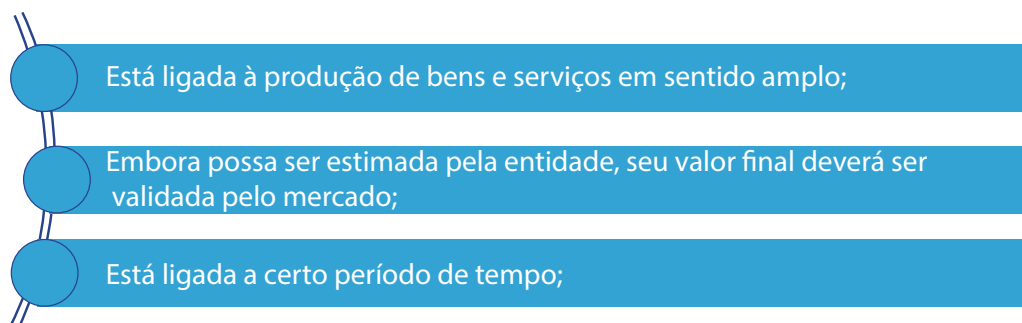


Figura 06 – Elementos que compõem a identificação de uma Receita
Fonte: Adaptado de Hendriksen e Breda (1999, p. 153)

Apesar de agora estarmos discutindo origens dos conceitos e definições, ao falarmos em Receita, somos remetidos à visão aplicada dos elementos com os quais estamos trabalhando desde o início do curso quando iniciamos os estudos sobre os métodos das partidas dobradas, noções de crédito e débito, etc. – tudo isso estudado em Contabilidade Introdutória, no primeiro período do curso. Observando abaixo a DRE (Modelo padrão retirado do E-book de Contabilidade Introdutória elaborado pelos professores Dra. Lorena de Andrade Pinho e Dr. Joseilton Silveira da Rocha), conseguimos visualizar as receitas, e então os conceitos trabalhados se tornam mais próximos.

	RECEITA BRUTA
(+)	Vendas de Produtos
(+)	Vendas de Mercadorias
(+)	Prestações de Serviços
	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA
(-)	Devoluções de Vendas
(-)	Abatimentos
(-)	Impostos e Contribuições Incidentes sobre Vendas
=	RECEITA LÍQUIDA
	(-) CUSTOS DAS VENDAS
(-)	Custo dos Produtos Vendidos
(-)	Custo das Mercadorias
(-)	Custo dos Serviços Prestados
=	LUCRO (OU PREJUÍZO) BRUTO
	(-) DESPESAS OPERACIONAIS
(-)	Despesar com Vendas (Frete, Seguros sobre vendas, etc.)
(-)	Despesas Administrativas
	(+/-) RECEITAS / DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS
(-)	Despesas Financeiras (desconto financeiro concedido)
(+)	Receitas Financeiras (desconto financeiro obtido)
(-)	Variações Monetárias e Cambiais Passivas
(+)	Variações Monetárias e Cambiais Ativas
	OUTRAS RECEITAS E DESPESAS
(+)	Resultado da Equivalência Patrimonial
(+)	Vendas de Bens e Direitos do Ativo Não Circulante
(-)	Custo da Venda de Bens e Direitos do Ativo Não Circulante
=	LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
(-)	Provisão para Imposto de Renda
(-)	Provisão para Contribuição Social
=	LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES
(-)	Debêntures, Empregados, Participações de Administradores, Partes Beneficiárias, Fundos de Assistência e Previdência para Empregados
=	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Figura 07 – Demonstração do Resultado do Exercício
 Fonte: Pinho e Rocha (2017, p. 122).

Uma vez que identificamos o elemento Receita, como vimos, decorrente de alguma venda ou serviço prestado, o próximo desafio para a Contabilidade está em mensurar este componente. Afinal, a divulgação desta na Demonstração (conforme vimos) depende também de uma informação quantitativa, lograda pela atribuição de valor ao elemento estudado. A mensuração do valor da Receita está diretamente relacionada ao valor de troca do produto ou serviço prestado, ou seja, o valor de fluxo de dinheiro recebido, derivado da transação que origine a receita.

Seguindo nosso estudo dos componentes patrimoniais relacionados ao resultado do período das entidades, não seria possível discutir geração de receita sem a definição da despesa. As despesas representam os sacrifícios de bens ou serviços para que haja a obtenção da Receita. Isso mesmo! Para que uma organização exerça suas atividades operacionais, uma série de gastos ocorre. E esses dispêndios são as próprias despesas, representam o esforço para que ocorra a receita.

Por exemplo, para que a venda ocorra (e, logo, uma Receita com Vendas), a empresa irá ter gastos com fretes, com salário do vendedor, com publicidade e propaganda. Todos esses gastos são despesas, pois ocorrem para que a própria receita chegue para a organização. Além das Receitas com vendas, claro, temos outras operacionais, como as administrativas (despesas com energia elétrica, telefone, salário da administração, aluguel, etc.). Ainda podemos citar as Despesas não-operacionais e Despesas Financeiras.

Apesar de não se configurar como uma despesa, é importante destacar o Custo da Mercadoria Vendida ou do Serviço Prestado. Esse elemento representa um dos mais importantes para a geração da receita, uma vez que, para que a atividade principal ocorra, é necessária a aquisição desse custo. O exemplo mais comum é a questão do estoque de mercadorias. Perceba que, na realização da venda, a empresa troca algo com o cliente. Recebe determinado valor pela venda (Receita) e entrega algo que inicialmente lhe custou determinada quantia (baixa no estoque).

Além das Receitas e Despesas, existem na organização o que se denomina como “itens extraordinários”: os ganhos e as perdas. Os ganhos são elementos positivos, enquanto as perdas, negativas. E os mesmos se diferenciam da receita e despesa, por representarem itens não recorrentes e que são derivados da atividade principal da organização ou não. Os ganhos e perdas influenciam do mesmo modo no Ativo e Patrimônio Líquido da entidade, porém são “imprevisíveis”.

2.4 Patrimônio Líquido

Seguindo o estudo dos componentes patrimoniais, chegamos ao Patrimônio Líquido, esse elemento de natureza especial que representa de maneira geral as obrigações que a empresa possui para com seus sócios e/ou acionistas. É no Patrimônio Líquido (PL) que estão classificadas as conhecidas contas Capital Social, as reservas, e os Lucros os Prejuízos Acumulados.

De maneira técnica e direta, o CPC 00 explica ser o Patrimônio Líquido, “o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos”. E isso nos remete ao que foi visto em Contabilidade Introdutória, quando trabalhamos que a situação patrimonial líquida de uma entidade é encontrada ao subtrairmos do ativo, os passivos que compõem o patrimônio da organização.

Entretanto, existem diferentes possíveis visões acerca do Patrimônio Líquido, que são trabalhadas por Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 140-141), a tabela abaixo resume bem essas óticas por meio das Teorias que as sustentam:

Teoria	Visão Geral
Teoria do Proprietário	“o Patrimônio líquido, como diferença entre ativo e passivo, pertence ao proprietário”.
Teoria da Entidade	“O Patrimônio líquido, em si, na continuidade, pertence à entidade. O próprio acionista não pode, a qualquer momento, retirar-se da sociedade, levando sua parcela de patrimônio, havendo prazos e regras para isso acontecer”.
Teoria dos Fundos	“Segundo essa teoria, o Ativo é o somatório das aplicações que foi possível fazer pela utilização dos recursos provindos de terceiros e de capitais próprios”.
Teoria do Comando	“Segundo essa teoria, os administradores têm possibilidade de comando somente sobre aquela parcela do patrimônio que pode ser movimentada por meio de uma simples orientação da administração profissional, sem precisar de autorização expressa dos acionistas ou do conselho de administração”.

Quadro 08 – Teorias associadas ao Patrimônio Líquido
 Fonte: Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 140-141)

Como sempre, os conceitos básicos que trabalhamos em Contabilidade vêm cercados de contribuições teóricas, mas, em essência, pode-se dizer que o Patrimônio Líquido é o “resultado final de todo o esforço feito pela entidade para alocar seus ativos (e passivos), da forma mais eficiente e lucrativa possível” (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2009, p. 142).

Os grupos de contas principais que formam o Patrimônio Líquido, de acordo com a Lei 11.638/07, que já contempla os alinhamentos das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), são:

- Capital Social (Integralizado);
- Reservas (de Capital, de Lucros, Estatutária, etc.);
- Ajustes de Avaliação Patrimonial;
- Ações em Tesouraria; e
- Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Especificamente acerca das Reservas, o CPC 00 considera que a constituição das mesmas ocorre, por vezes, por exigência do estatuto social da organização ou por motivos legais. As reservas oferecem aos sócios/acionistas da entidade uma maior proteção em relação à possibilidade de prejuízos frente aos investimentos realizados por esses. Outras reservas podem ser constituídas por questões legais que tragam às organizações, isenções ou reduções no recolhimento de impostos.

Assim como os demais componentes patrimoniais, a classificação e organização fidedigna das contas do Patrimônio Líquido representam informações importantes para a tomada de decisão dos usuários, sendo os credores atuais e potenciais grandes interessados nessas informações. É importante ressaltar que, de acordo com o pronunciamento contábil que disserta sobre o PL, as transferências ocorridas para tais reservas representam apropriações derivadas dos lucros acumulados e, portanto, não se configuram como despesas.

2.5 Dimensões do Lucro

De maneira prática, quando discutimos lucro, vem à cabeça a ideia do resultado líquido encontrado pela entidade ao fim do seu exercício social, resultado esse divulgado por meio da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Mas como esse conceito foi formado, existem diferentes âmbitos para o estudo do que chamamos de lucro? A seguir vamos debater o embasamento teórico e a evolução desse componente tão importante para as organizações.

Quando estudamos a vida financeira e patrimonial de uma organização comercial, espera-se que consigamos gerar informações para entender a saúde financeira desta organização, pois é isso que garante sua continuidade. O lucro, em qualquer organização comercial, serve como norte para decisões de investimentos e financiamentos e influencia a percepção desta entidade frente a todos os seus stakeholders.

A partir desse contexto, profissionais e estudiosos da contabilidade acreditam que a mensuração do resultado de uma empresa é a função central da contabilidade (MOST, 1982; MCCULLERS; SCHROEDER, 1982). Isso porque o fornecimento de uma medida de lucro como indicador de desempenho de uma empresa é a preocupação central ao se estudar e analisar as informações financeiras divulgadas pelas empresas durante seu exercício social (HENDRIKSEN; BREDÁ, 1999).

Um dos fatores que assegura o desenvolvimento e continuidade de uma entidade são os investimentos realizados pelos seus credores, que possuem os recursos necessários para investir e decidem investir ou não a partir da percepção de um ambiente de confiança e expectativas positivas. De modo que as empresas devem operar da melhor maneira possível para garantir retornos e bons resultados aos investidores, e todo esse processo é de responsabilidade da Contabilidade, que deve garantir que esses resultados sejam divulgados de maneira fidedigna.

A decisão dos investimentos por parte dos credores e sócios é feita com base em indicadores de desempenho da empresa, sendo que a maior destes irão utilizar-se do lucro para verificar o quanto o resultado está remunerando o capital investido. (SOUTES; SCHVIRK, 2006).

Como todos os elementos estudados pela contabilidade, a definição de lucro passa por diversas mudanças, uma vez que tal conceito vai sendo incrementado por novas demandas e situações presentes no mercado. O economista Adam Smith traz uma das definições seminais de lucro, como sendo o montante que poderia ser consumido sem reduzir o capital investido pelos credores (sócios/acionistas) da empresa. Através dessa percepção, Smith ressaltava a manutenção da riqueza dos sócios.

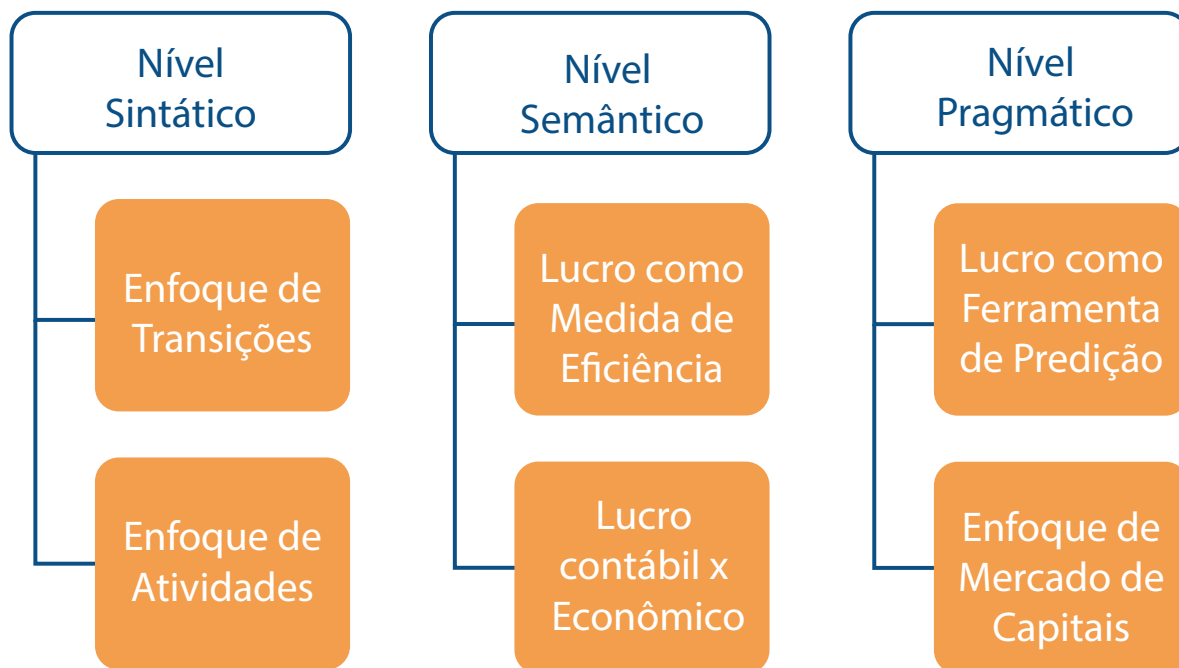
Para Hicks (1946, p. 175), o lucro é a “quantia que uma pessoa pode consumir durante um período de tempo e estar tão bem no final no período como estava no início”. Solomons (1961) define lucro como a quantia pela qual o patrimônio líquido aumentou durante o período, com os devidos ajustes sendo feitos para qualquer novo aporte de capital contribuído por seus donos ou para qualquer distribuição feita pela empresa para seus proprietários.

Hendriksen e Breda (1999) corroboram que a principal preocupação no momento da divulgação das informações financeiras de uma organização está no fornecimento de uma medida de lucro como indicador de desempenho.

A definição de lucro vem sido debatida ao longo dos anos, mas um único conceito ainda não é capaz de atender todas suas finalidades. Os autores examinam o lucro por diversos

conceitos nos níveis estrutural (sintático), interpretativo (semântico) e comportamental (pragmático).

Figura 08 – Dimensões do Lucro
Fonte: Elaborado a partir de Hendriksen e Breda (1999).



Os conceitos de lucro no nível sintático (estrutural) são considerados por meio de regras e convenções que devem ser lógicas e coerentes, muito embora possam não se ajustar perfeitamente às noções de lucro dos economistas. O nível sintático apresenta mensurações pelo enfoque de transações e de atividades, sendo o enfoque nas transações o mais adotado pelos profissionais contábeis e envolve o registro de variações de valores de ativos e passivos somente quando resultam de transações, sejam elas internas ou externas.

As principais vantagens deste enfoque são: os componentes do lucro líquido podem ser classificados de diversas maneiras (por produto, clientes), tornando a informação mais útil para a gestão; oferece uma base para determinação dos tipos e quantidade de ativos e passivos existentes no fim do exercício; pode-se fazer com que os demonstrativos se articulem uns aos outros (aumentando o nível de compreensão das demonstrações).

A mensuração do lucro pelo enfoque de atividades supõe que o lucro ocorre quando se realizam certas atividades ou eventos, e não só como resultado de transações específicas. A principal diferença entre ele e o enfoque das transações é que este último é baseado no processo de divulgação que mede um evento externo, enquanto o enfoque de atividades baseia-se num conceito real de atividade ou evento em um sentido mais amplo.

Entretanto, ambos os enfoques são incapazes de refletir a realidade na mensuração do lucro, pois dependem das mesmas relações estruturais de conceitos que não possuem contrapartida no mundo real. (HENDRIKSEN; BREDA, 1999).

Os conceitos de lucro no nível semântico são derivados da teoria econômica. Neste enfoque, os lucros representam o funcionamento eficiente da empresa, considerando as relações com realidades econômicas subjacentes, isto é, observa sua relação com a realidade econômica. Primeiramente, o lucro é apresentado como medida de eficiência e está refletido no SFAC 1: “a divulgação financeira deve fornecer informações sobre o desempenho financeiro de uma empresa em um período”. Todos os investidores/acionistas se preocupam com a eficiência da administração, pois os dividendos correntes e o uso do capital aplicado para a geração de fluxos de dividendos futuros dependem dela.

O segundo enfoque no nível semântico do lucro está no contraste entre lucro contábil e lucro econômico. Essa classificação dos lucros merece maior atenção. Guerreiro (1991, p. 06) define o lucro contábil como “o resíduo derivado do confronto entre a receita realizada e o custo consumido”. Enquanto o lucro econômico seria a “quantia máxima que a firma pode distribuir como dividendos e ainda continuar tão bem ao final do período como estava no começo” (p.06).

Hendriksen e Breda (1999) fazem algumas críticas ao lucro contábil, relatando que este ainda não se encontra claramente formulado, porque não há base teórica permanente para o cálculo, e afirmam que a simples apresentação do lucro contábil, sem demais informações e características financeiras, não representa uma informação tão útil aos acionistas, no que se refere ao processo de tomada de decisão, uma vez que esse lucro possui várias limitações.

Existem algumas diferenças básicas fundamentais entre o lucro econômico e o contábil, dentre elas se destacam a objetividade do lucro contábil em oposição ao econômico, que é mais subjetivo. Segundo Guerreiro (1991), o lucro contábil é mais objetivo:

- é apurado através do confronto entre receitas realizadas pelas vendas e custos consumidos;
- avalia os ativos pelos custos originais;
- tem seu patrimônio líquido aumentado pelo lucro;
- dá ênfase aos custos;
- não reconhece ganhos não realizados no período analisado;

- não efetua ajuste em função de mudanças nos níveis de preços dos bens na economia;
- relaciona o lucro à condição de distribuição de dividendos;
- não reconheceria o goodwill;
- e utilizaria regras e critérios dogmáticos.

O lucro econômico, por sua vez, seria mais subjetivo:

- seria apurado pelo incremento;
- os ativos são avaliados pelo valor presente do fluxo de benefícios futuros;
- o lucro é derivado do patrimônio líquido da entidade;
- dá ênfase aos valores e não aos custos;
- reconhece ganhos realizados e não realizados;
- contempla ajustes efetuados devido a mudanças nos níveis de preços dos bens da economia;
- relaciona o lucro à condição de aumento da riqueza, independentemente da condição de distribuição de dividendos;
- reconhece o goodwill; e
- utilizaria regras e critérios econômicos (GUERREIRO, 1991).

Diante dessas definições, o lucro pode ser entendido como o excedente gerado pela empresa que pode ser utilizado desde que não comprometa a potencialidade de quem o gerou, ou seja, o seu capital inicial (que nada mais é do que o investimento dos sócios da empresa).

Os conceitos de lucro no nível pragmático se relacionam com o processo de tomada de decisão dos investidores e credores, com as reações dos preços de títulos à divulgação do lucro em mercados organizados, com as decisões de investimentos por parte dos gestores e com as reações de feedback dos contadores e administradores. No nível pragmático, o lucro possui enfoque preditivo e enfoque no mercado de capitais, buscando entender o uso que os investidores fazem desse lucro.

Como ferramenta de predição, o SFAC 1 diz que “investidores, credores e outros indivíduos se preocupam com a aferição dos fluxos líquidos de caixa possíveis da empresa, mas que frequentemente recorrem ao lucro para ajuda na avaliação da capacidade de geração de resultados, predição de lucros futuros, ou avaliação do risco de investimento na empresa

ou empréstimo de dinheiro a ela”. Hendriksen e Breda (1999) concluem que, portanto, há uma relação entre lucro e fluxos de caixa, inclusive dos pagamentos feitos aos proprietários. Isso influencia diretamente no processo decisório gerencial desses usuários.

O enfoque no mercado de capitais examina o possível impacto dos dados de lucro sobre o mercado de títulos como um todo. Os primeiros estudiosos do assunto foram Ball e Brown (1968), que obtiveram resultados dizendo que os preços de títulos variam na mesma direção dos lucros contábeis. Mais tarde, Foster (1977) utilizou os mesmos moldes de Ball e Brown para analisar os dados quadrimestrais e taxas de retorno diárias de ações, além de desenvolver a expectativa de lucros quadrimestrais.

Ainda sobre a relação lucro x preço das ações, Ohlson (1995) definiu o valor de uma empresa como sendo o somatório do valor contábil do patrimônio líquido da companhia com o valor presente dos lucros residuais (anormais) esperados. O modelo de Ohlson estabelece uma ligação entre o lucro contábil, patrimônio líquido contábil e o valor de mercado da empresa, e, por incorporar as variáveis contábeis como determinantes do valor da empresa, incentivou discussões teóricas e exames empíricos sobre o papel da contabilidade e suas informações no processo de avaliação (IUDÍCIBUS; LOPES, 2004).

Após delimitação do conceito, parte-se a mensuração do lucro com posterior divulgação nas demonstrações financeiras. Essas demonstrações não devem representar apenas fatos passados e presentes de uma empresa, mas ser também instrumentos de predição e análise de tendências futuras. O interesse dos investidores, portanto, está em conhecer as perspectivas futuras, só que isso não significa a substituição de demonstrações; eles decidem com base em informações e expectativas sobre o futuro, porém acompanham e conferem com base no velho custo original.

O objetivo essencial da divulgação dessas demonstrações é, segundo Hendriksen e Breda (1999), o fornecimento de informações que permitam que os investidores sejam capazes de prever os fluxos futuros de caixa da empresa. A informação, para ser útil, necessita ser relevante (oportuna) e confiável (verificável).

A função do lucro se relaciona ao objetivo dos respectivos usuários e ele pode, dentre outras funções, ser útil para avaliação do desempenho da empresa; análise do desempenho de administradores; projeção e estimação de fluxos de caixa futuros; verificação do comportamento de sua variabilidade ou persistência, de modo a delimitar níveis de incerteza e fatores de risco futuro; e confirmar políticas e mensurações realizadas pela empresa.

Nesse contexto, muitas pesquisas foram realizadas buscando-se relacionar a informação contábil com os preços das ações. Esse tema tem muita relevância no âmbito contábil, pois a análise da relação entre informação contábil e o mercado de capitais pode facilitar a previsão de fluxo de caixa futuro das empresas e auxiliar na determinação do risco e retorno esperados (BEZERRA; LOPES, 2004).

Ball e Brown (1968) são considerados os pioneiros no desenvolvimento de trabalhos na linha de pesquisa que tenta relacionar a informação contábil com o mercado de capitais. Os autores investigaram se o lucro contábil apresentado nas demonstrações contábeis anuais refletia apenas fatores já incorporados aos preços das ações ou se o anúncio dos lucros agregava valor informativo para o mercado de capitais (BEZERRA; LOPES, 2004). Dentre as conclusões a que chegaram, os autores comprovaram a existência do conteúdo informativo das demonstrações contábeis e do impacto na divulgação do lucro contábil.

Após o trabalho desses autores, vários outros trabalhos replicaram seus estudos em outros países no intuito de verificar se o comportamento dos preços em relação aos lucros seria o mesmo em outros mercados (BEZERRA; LOPES, 2004). Foster (1977), por exemplo, elaborou um trabalho nos mesmos moldes descritos no trabalho de Ball e Brown, apenas diferenciando a utilização de dados fornecidos pelos demonstrativos quadrimestrais e taxas de retorno diárias das ações.

Seguindo a linha iniciada por Ball e Brown (1968), Beaver, Clarke e Wright (1979) demonstraram em seu trabalho a existência de uma relação entre a magnitude da variação nos lucros e a variação no retorno. Também Beaver, Lambert e Morse (1980), nos moldes do trabalho anterior, investigaram a relação de magnitude na variação dos lucros contábeis e a variação das taxas de retorno esperadas.

Ainda Beaver (1968) utilizou a Variância dos Retornos Anormais (VRA) como mecanismo de avaliação do conteúdo informativo do anúncio anual dos lucros contábeis, partindo do princípio de que o anúncio dos lucros alteraria a expectativa de fluxo de caixa futuro das empresas e, em contrapartida, o mercado reagiria, alterando os preços. O autor confirmou que a informação contábil possui conteúdo informacional capaz de alterar as expectativas de retornos futuros e o volume de negociações.

Em outro trabalho, Lev (1989) avaliou diversos estudos sobre o lucro contábil e sua importância para os investidores. Board e Walker (1990), por sua vez, investigaram a relação entre o lucro e o retorno das ações entre os anos de 1965 e 1982. Por fim, Collins, Pincus e Xie (1999) investigaram o nível de relacionamento entre o lucro e os retornos das

ações, concluindo que o lucro contábil vem ao longo do tempo perdendo sua capacidade de previsão dos fluxos de caixa futuros devido, dentre outras razões, à alta tecnologia e aos ativos intangíveis. As conclusões desse estudo foram refutadas por Brown, Lo e Lys (1999), que consideraram que os valores utilizados no estudo de Collins, Pincus e Xie (1999) não sofreram nenhum tratamento em relação às escalas.

O debate acerca dos métodos de mensuração também se encontra no âmbito do resultado das organizações. O lucro pode ser mensurado pelo preço histórico dos fatores. Esse critério considera o lucro da entidade como uma extensão do lucro contábil convencional, sem, no entanto, incluir variações de riqueza. Entretanto, a não consideração dos efeitos da inflação é uma das maiores falhas da contabilidade, pois apurar o valor de um lucro considerando moedas de momentos diferentes como se fossem absolutamente iguais, considerando uma estabilidade monetária inexistente, apresenta um problema para a questão da qualidade da informação emitida e, claro, relevância para tomada de decisão.

Não há, claro, uma taxa de inflação perfeita, mas fugir do problema sem considerá-la não é a melhor solução. Muitas empresas perdem com mensuração de lucros exagerados ao longo do tempo, pois essa situação gera tributação acima da normalmente legislada, dentre outras consequências. A avaliação do ativo realizada a custo corrente corrigido, então, surgiu a fim de aprimorar o modelo da contabilidade a custo histórico, partindo da lógica de mensuração do lucro como a diferença entre o caixa que entra pela mercadoria vendida e o caixa que será dispensado na aquisição da mercadoria que substituirá a vendida, em vez do caixa saído (MARTINS, 2000). Essa forma, entretanto, continua não considerando todos os eventos futuros, expectativas e transações futuras, mas é muito útil em certos casos nos quais as empresas a utilizam para práticas gerenciais.

Outra forma de mensuração do lucro seria por meio de equivalentes correntes a caixa, que fornece uma melhor base para decisões por parte dos administradores sob a perspectiva do custo de oportunidade, no entanto apresenta como limitação o fato da inexistência de mercado para alguns ativos possuídos pela empresa.

A mensuração do lucro com base nos preços correntes de entrada incluirá ganhos e perdas decorrentes da posse de ativos bem como o lucro operacional normal. Já o lucro calculado como custo de valor presente, utiliza uma taxa de desconto apropriada para cálculo dos valores dos ativos, mas apresenta como limitação a grande subjetividade na formação das taxas de descontos ideais. Por fim, o cálculo do lucro, considerando o valor de mercado da empresa, tem o benefício de que as expectativas do mercado substituem as expectativas dos indivíduos. Este método de mensuração, porém, só funciona quando

há um valor de mercado disponível, ou seja, quando as empresas são negociadas na bolsa, preferencialmente (HENDRIKSEN; BREDA, 1999).

Essas formas são todas complementares entre si, em vez de meras alternativas umas às outras. E todas são úteis, cada uma para determinados usuários em determinadas condições, “não havendo nenhuma que, sozinha, consiga se cercar das qualidades que satisfaçam a todos” (MARTINS, 2000, p. 29).

O que se cobra hoje da contabilidade é que os números da contabilidade tradicional, a custo histórico, nada tem a ver com os valores presentes. A hipótese da adoção de uma forma de avaliação não implicaria o abandono das demais, muito pelo contrário. Nada melhor, pois, para uma empresa. Os lucros da empresa podem ser medidos, portanto, não só pelo custo histórico tradicional, mas também pelo valor corrente (reposição), valor líquido de realização e valor presente dos caixas futuros, dentre outros; e todos ao mesmo tempo e todos se interligando e se complementando (MARTINS, 2000).

Essas discussões acerca da melhor escolha de mensuração do lucro geram diversos trabalhos e conclusões ao longo dos anos. A seguir, veremos as principais ideias sustentadas pelos estudiosos da Teoria da Contabilidade.

Solomons (1986) afirmou que a utilização do conceito de lucro está ligada a três funções, pelo menos: tributação; base de cálculo para dividendos; e guia para política de investimento. Essa última é a que se pretende atender ao divulgar o lucro para os diversos usuários da empresa.

Já Riahi-Belkaoui (2004, apud SANTOS et al. 2011) esclarece que o lucro é visto como base para tributação governamental; como um direcionador para a tomada de decisão e investimentos, servindo como um elemento de predição; e como um determinante na política de distribuição de dividendos da empresa. Segundo o autor, o lucro é visto como um guia para a tomada de decisão porque se pode admitir que os investidores procuram maximizar o retorno do capital investido; portanto, o lucro pode ser utilizado para estimar a capacidade de pagamento de fluxos de dividendos futuros (fluxo de caixa), bem como pode ser utilizado para auxiliar na previsão de lucro e eventos econômicos futuros.

Pesquisas nacionais, como a de Pimentel (2015), analisam o papel do risco no coeficiente de resposta ao lucro (ERC) no mercado de capitais brasileiro. Através de um estudo empírico baseado em dados anuais de uma amostra de 212 empresas listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA), no período de 1995 a 2013, os resultados obtidos sugerem que a relação lucro-retorno é afetada negativamente

pelo risco total e por efeitos não lineares dos lucros inesperados e é afetada positivamente pela persistência dos lucros.

Santos e Cavalcante (2014) avaliaram em sua pesquisa, o efeito da adoção dos International Financial Reporting Standards (IFRS) no Brasil sobre a relevância informacional do lucro contábil das firmas de capital aberto. Os resultados obtidos indicaram que a adoção dos IFRS no Brasil: aumentou a capacidade associativa do lucro contábil; reduziu a níveis não significantes a tempestividade informacional; e não surtiu efeitos sobre o conservadorismo condicional. Com resultado final, concluiu-se que não é possível afirmar que a adoção dos IFRS no Brasil contribuiu com o aumento da relevância informacional do lucro contábil das firmas que negociam suas ações no mercado de capitais.

Guerreiro (1991) argumenta que a teoria e a prática deveriam caminhar para um consenso em torno de um único conceito de lucro econômico. Coerente com essa ideia, Iudícibus (2010) narra que “no âmago de todas as teorias para a mensuração dos ativos, se encontra a vontade de que a avaliação represente a melhor qualificação possível dos potenciais de serviços que o ativo apresenta para a entidade”.

Para perspectivas futuras sobre essa discussão, Fuji (2004, p. 42) acredita ser necessário “repensar alguns conceitos e técnicas tradicionais utilizados na Contabilidade, calcados no conservadorismo e objetividade, presentes desde a crise de 1929”.

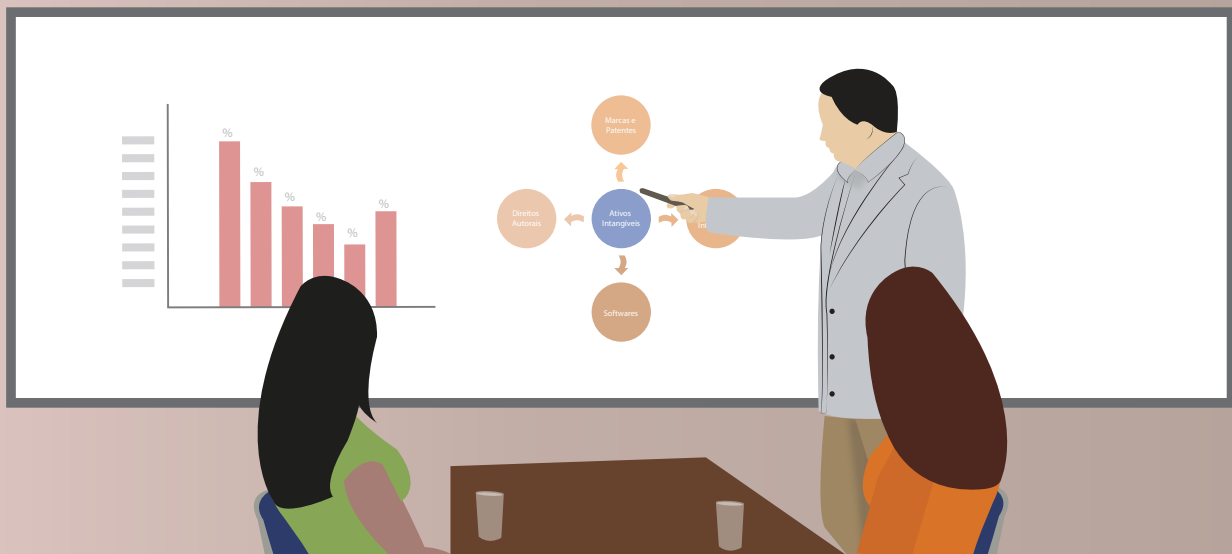
Nesse contexto, Martins (2000, p. 36) afirmou que

precisamos dominar mais essas concepções todas porque muito do que se diz e escreve contra a contabilidade como ainda é praticada é, pelo menos na nossa opinião, por falta dessa visão integral e abrangente que realmente mostra toda a complementaridade existe entre elas. Precisamos ter às mãos as análises de prós e contras de cada uma delas, a relação custo/benefício do nosso ponto de vista e, o mais importante, do ponto de vista do usuário. Ele precisa, praticamente, de todas elas.

O autor ressalta que, independente do critério que se utilize para mensurar o lucro, em última instância, no longo prazo, lucro é o valor que a empresa desembolsou para adquirir o ativo que vendeu e o valor que ingressou, confrontando-os.

RESUMO DA UNIDADE

Enquanto ferramenta para tomada de decisões gerenciais, a Contabilidade tem como objetivo central oferecer informações financeiras e patrimoniais das entidades, de maneira relevante, fidedigna, completa e de qualidade. Para isso, o reconhecimento dos itens que compõem o seu patrimônio, é essencial. Afinal de maneira prática, entender os bens, direitos e obrigações de uma organização, é fundamental para que a mesma continue exercendo suas atividades com resultados positivos ao fim do período. Entretanto, para que isso seja feito na prática, é necessário que tais itens sejam corretamente identificados, avaliados e evidenciados. É justamente nesse momento que a Teoria da Contabilidade possui um papel central em estabelecer as possibilidades de mensuração e divulgação dos itens patrimoniais que irão compor o patrimônio das organizações. E, como vimos, diversos podem ser os critérios utilizados, estes, por sua vez, têm sido atualizados e apresentados de diferentes maneiras a partir dos novos estudos realizados e demandas apresentadas pelas organizações atuantes no mercado e investidores que possuem interesses nessas informações financeiras.



Unidade III – Tópicos Especiais em Teoria da Contabilidade

Na primeira unidade do nosso E-book, estudamos como a Contabilidade se desenvolveu enquanto ciência por meio da formulação das teorias em seus períodos normativo e positivo, e as contribuições de cada uma dessas abordagens. Na segunda unidade, entendemos um pouco mais sobre as construções conceituais dos componentes que compõem o patrimônio das organizações, objeto de estudo da Contabilidade.

Nesta última unidade, estaremos discutindo alguns temas que atualmente estão no centro dos estudos acerca da Teoria da Contabilidade. A perspectiva é contextualizar tais questões e apresentar os estudos e suas contribuições até então sobre os assuntos expostos.

3.1 Mensuração e evidenciação: o problema dos intangíveis e a mensuração do resultado em face das flutuações de preço

Uma das questões mais complexas que a Contabilidade enfrenta atualmente é o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis. Esse tema ressalta a importância da criação de mecanismos contábeis mais eficazes para a mensuração e evidenciação das novas fontes de riqueza empresariais (DIAS FILHO, 2000).

De acordo com o CPC 04 (R1), um ativo intangível é aquele ativo não monetário identificável sem substância física. Ou seja, que não é possível tocar. Ativo esse controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade. Dentre os principais exemplos temos:

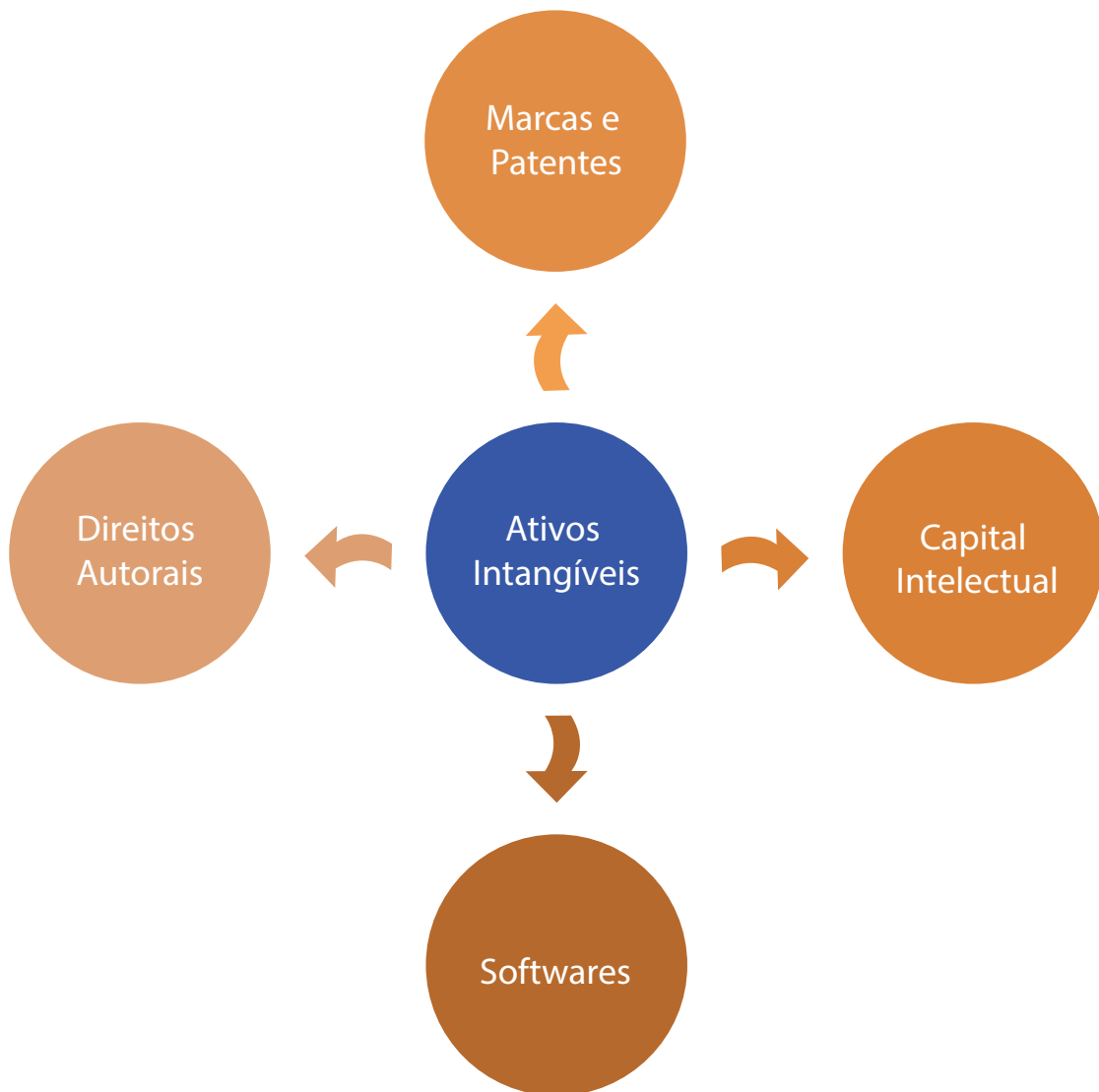


Figura 09 – Ativos Intangíveis
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Na sociedade tecnológica e globalizada atual, os ativos intangíveis passaram a representar um valor expressivo na composição da riqueza das entidades e são essencialmente responsáveis pela criação de valor nas empresas. Se pararmos para analisar as organizações mais valiosas do mundo, possuem como maior fonte de riqueza ativos intangíveis, como é o caso da Google, Microsoft, Facebook, etc. É caso também das startups, novos modelos de negócios, frutos da sociedade tecnológica e globalizada.



Sabendo um pouco mais

“[A compra da startup brasileira de mobilidade urbana 99 pela gigante chinesa Didi fez com que diversos agentes do ecossistema empreendedor voltassem seus olhos ao Brasil. A expectativa dos especialistas, agora, está em que mais recentes negócios inovadores nacionais se tornem “unicórnios”: startups avaliadas em mais de um bilhão de dólares.

“Eu acho que veremos mais unicórnios não só por essa compra da 99, mas pela profissionalização do mercado. A aquisição é apenas a ponta do iceberg: o início de nosso ecossistema se fortalecendo e mostrando cada vez mais resultados para o mercado”, afirma André Ghignatti, diretor da WOW Aceleradora.

“Eu sou otimista em relação ao Brasil e acredito que a gente vem amadurecendo muito nosso ecossistema. Temos estruturas mais sólidas e a qualidade do empreendedor brasileiro deu um salto nos últimos anos”, completa Mauricio Benvenuti, sócio da plataforma StartSe. “Entendemos mais sobre como fazer negócios, usando conceitos de economia compartilhada e de tecnologia, e mais empreendimentos brasileiros possuem abrangência internacional.]”

Fonte: <https://exame.abril.com.br/pme/brasil-pode-ter-10-unicornios-no-futuro-veja-quais-sao-eles/>.

Entretanto, reconhecer o valor de um ativo intangível (marca, sendo o exemplo mais comum) é ainda uma tarefa de difícil realização. Um dos fatores mais críticos na sua identificação diz respeito à dificuldade no seu reconhecimento, isso porque existe um grau muito elevado de subjetividade. Para Hendriksen e Breda (1999), por exemplo, os ativos intangíveis devem passar pelos mesmos testes de reconhecimento aplicados aos ativos tangíveis. Se passarem por esses testes, os intangíveis deverão ser evidenciados. Esses autores citam o SFAC 5, o qual afirma que um item deve ser reconhecido quando corresponder à definição apropriada e quando for, ao mesmo tempo, mensurável, relevante e preciso.

De acordo com o International Accounting Standards Board (IASB), por meio do IAS 38, um ativo intangível deve atender a dois requisitos, quais sejam: deve ser confiavelmente mensurado e deve ser capaz de gerar benefícios econômicos futuros para a empresa. Já conforme o CPC 04, o reconhecimento de um bem como ativo intangível está condicionado a que a entidade demonstre que esse bem satisfaz, os requisitos de definição de ativo intangível e os critérios de reconhecimento dos ativos intangíveis, que se constituem em que seja provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo sejam gerados em favor da entidade e que o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.

Alguns estudos defendem a mensuração dos ativos intangíveis pelo custo de aquisição (como os autores do Accounting Research Study – ARS 3), enquanto outros advogam por métodos distintos, mas o importante é a mensuração dos ativos de forma que o patrimônio líquido da entidade represente efetivamente o valor atual da empresa. Ou seja, que este seja representado de maneira fidedigna e represente de fato o valor que a empresa possui.

Mas até o momento, mesmo com toda a importância destacada aos ativos intangíveis, a teoria contábil ainda não ofereceu critérios universais para a sua mensuração e tampouco estabeleceu instrumentos de identificação confiáveis e que tenham sido considerados aptos a serem padrões para o seu reconhecimento. E por conta dessa lacuna, as demonstrações contábeis têm perdido relevância durante a análise de mercado por investidores, por não serem capazes de evidenciar informações relativas a ativos intangíveis, que seria uma das causas das grandes diferenças entre os valores de mercado e contábil das empresas.

A essa diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, chamamos de Goodwill, e o mesmo existe a partir do momento em que os ativos de uma entidade, ao funcionarem como um grupo, produzem um retorno acima daquilo que seria considerado normal (goodwill gerado internamente). Mas, nessa situação, ele não é contabilizado. Ressalte-se, não é contabilizado em virtude da dificuldade intrínseca de sua mensuração, não pelo fato de não existir.

Quando há a efetiva transação de aquisição de uma entidade, surge a possibilidade de uma avaliação do seu montante de forma objetiva, resultante da diferença entre o valor patrimonial avaliado a preços de mercado da participação adquirida e o valor efetivamente pago por ele. Nesse caso, o goodwill é conhecido como tendo sido adquirido e é, segundo o CPC 15, contabilizado (Martins et al., 2010). Ou seja,

enquanto não houver alguém pagando por ele, o goodwill não é registrado pela contabilidade, por ausência de transação específica e de um custo de aquisição objetivamente verificado.

A aplicação dos tradicionais princípios de contabilidade geralmente aceitos é que leva ao surgimento do goodwill, que nada mais é do que a diferença entre o que vale a empresa como um todo, funcionando, e a soma algébrica do valor de mercado dos elementos patrimoniais contabilizados. O seu valor está relacionado com a capacidade de geração de lucros da empresa e é obtido pela diferença entre o valor pago e o valor contábil dos ativos líquidos da entidade adquirida, enquanto que as normas internacionais adotaram o cotejo entre o valor pago e o valor justo da entidade adquirida.

Percebemos que as questões relacionadas ao Ativo Intangível são de fato complexas pela dificuldade de identificá-lo e mensurá-lo. A divulgação desse componente patrimonial, porém, só será melhor quando se dispuser de um procedimento seguro de valoração dos componentes do ativo intangível e um caminho possível para se atingir esse objetivo seria a criação de métodos mais adequados para a valoração dos intangíveis, que segue, todavia, sem uma uniformização, assim como a divulgação da informação contábil referente a esses ativos, que está presente na literatura e nos debates acadêmicos há algum tempo e se prolonga sem uma solução de consenso.

O IASB corrobora com esse cenário ao mencionar a mensuração de maneira facultativa dos ativos intangíveis (IAS 38) e de propriedades para investimento (IAS 40). Apesar dos avanços realizados pelo IASB, muitas IFRS (que tem como um dos seus objetivos aumentar a comparabilidade das demonstrações contábeis) permitem certo grau de flexibilidade na escolha de práticas contábeis quanto ao grau de reconhecimento, à mensuração e à evidenciação dos relatórios financeiros.

Essa flexibilização resulta nas denominadas escolhas contábeis. As escolhas contábeis possibilitam a seleção de um método contábil em relação a outro igualmente válido e que conduzirá os administradores à possibilidade de optarem por métodos contábeis que melhor representem seus interesses particulares, podendo impactar na comparabilidade e na ausência de padronização na mensuração e evidenciação contábeis. Essas possibilidades de gerenciamento existem para que as empresas que estejam sob diferentes modelos de negócios, e/ou influências institucionais ou ambientais possam ter a opção de buscar um método que melhor represente a sua atividade específica (WATTS, 1992).

Motivados por essas escolhas contábeis possíveis e a influência das mesmas no resultado alcançado pelas empresas ao longo dos anos, inúmeros modelos de avaliação de ativos intangíveis foram elaborados a fim de estabelecerem uma maior uniformização no processo de mensuração desse componente, colaborando com o desenvolvimento do tema e destacando a importância da discussão entre os estudiosos.

De acordo com Schmidt e Santos (2002), o método de avaliação de ativos intangíveis mais antigo é o apresentado por Lawrence R. Dicksee em 1897, e baseia-se na aplicação de um fator multiplicador sobre o lucro líquido retido corrente, mas apresenta limitações como a utilização do lucro líquido como base de mensuração, em vez do fluxo de caixa, dentre outros. Um outro método, conhecido como Nova Iorque, datado de 1898, é bastante similar ao modelo anterior, propõe que o lucro líquido seja obtido pela média dos últimos cinco anos, em vez da utilização do lucro líquido corrente.

Um outro método desenvolvido em 1904 foi o Método de Hatfield, um modelo residual e o primeiro a utilizar a metodologia do valor presente líquido para obter o valor da empresa como um todo e, por dedução, do valor dos intangíveis, sendo considerado o precursor dos atualmente utilizados, representando um grande avanço na sua época. Porém apresenta muitas limitações, como a não definição de qual seria o critério de avaliação a ser adotado em relação aos ativos intangíveis.

O método do “Q” de Tobin, desenvolvido pelo economista James Tobin, compara o valor de mercado e o custo de reposição dos ativos da empresa, eliminando os efeitos de diferentes formas do ativo e se sujeitando às mesmas variáveis externas que influenciam o valor de mercado. Outro método desenvolvido foi o Valor Intangível Calculado (VIC), desenvolvido pela NCI Research, empresa atuante no ramo da indústria farmacêutica, estabelece que o valor dos ativos intangíveis é igual à capacidade de uma empresa de superar o desempenho de outras empresas do setor (SCHMIDT; SANTOS, 2002).

Outro modelo, denominado de market-to-books values (diferença entre o valor contábil e o valor de mercado das ações), apresentado pela primeira vez por Kaldor, em 1966, não avalia uma empresa em sua totalidade, em vez disso, busca registrar cada um de seus ativos por um valor apropriado aos padrões nacionais e internacionais sob os quais as demonstrações financeiras foram preparadas. E o modelo da Razão entre o valor de mercado o valor contábil, que se assemelha a um indicador, quase eliminando os fatores exógenos, é utilizado para comparar a evolução da empresa ao longo de um determinado período ou com outras entidades.

No Brasil, apesar dos avanços com a Lei nº 11.638/07, apenas com a publicação do CPC 04/2008 foi que se obteve maior formalização do tratamento de ativos intangíveis e surgiram normas mais claras para elucidar questões de reconhecimento de ativos intangíveis adquiridos e gerados internamente. Contudo, ainda há muitas lacunas a serem preenchidas, especialmente na determinação de métodos e técnicas exatas e recomendadas sobre o tema para avaliar a vida útil de um bem intangível, bem como mensurar seu valor.

A adoção de uma definição padrão de intangíveis seria a primeira questão, portanto, a ser investigada e desenvolvida, para que o processo que se inicia com a identificação e culmina com a evidenciação seja possível. A consequência dessa falta de evidenciação realista é perceptível quando os usuários se deparam com empresas cujo valor patrimonial (divulgado nas demonstrações) é bastante diferente do valor que o mercado se mostra disposto a pagar (possível de se perceber pelo preço das ações negociado na bolsa de valores).

Esse item é tão difícil e específico que, apesar de ser estudado com afinco há mais de um século, não é possível chegar sequer a uma definição única. Os processos de reconhecimento e mensuração desses ativos também são complexos e a busca por um padrão tem o objetivo de evitar a adoção de práticas muito diferentes que dificultem o processo de análise e avaliação de empresas e também a comparação entre elas.

Partindo da premissa de que o mérito das informações contábeis depende da capacidade que elas tenham de ser úteis aos usuários, fornecendo informações que possam auxiliar na adoção das melhores decisões, a contabilidade precisará se adaptar para corresponder às expectativas deles, principalmente no que se refere a metodologias de mensuração, padrões de identificação e ênfase na evidenciação e suas novas necessidades, como o caráter social (DIAS FILHO, 2000).

Para que possamos entender melhor e exemplificar tópicos que são levados em consideração na discussão do Ativo Intangível, temos a figura do Capital Intelectual. O Capital Intelectual faz parte do patrimônio das entidades e pode ser conceituado como um grupo dos ativos intangíveis decorrentes do conjunto de evoluções tecnológicas, conhecimento humano, sistemas de informações, experiências, entre outros atributos que contribuem para agregar valor aos produtos e serviços das organizações. Apesar de se ter o conhecimento da importância de se evidenciar o capital intelectual, tal evidenciação ainda não é promovida pela contabilidade e algumas lacunas como

a determinação do real valor da empresa continuam a não ser evidenciadas nas demonstrações financeiras.

Edvinsson e Malone (1998) estabeleceram uma comparação do capital intelectual a uma árvore, tendo recebido certo destaque na literatura sobre o tema. De acordo com esses autores, as partes visíveis da árvore, troncos, galhos e folhas, representariam a empresa como é conhecida pelo mercado. Os frutos seriam os lucros; e as raízes, que estão abaixo da superfície, representariam o valor oculto, nem sempre relatado pela contabilidade. Para que a árvore floresça e produza bons frutos, ela precisa ser alimentada por raízes fortes e saudáveis. Essas raízes seriam o capital intelectual na visão deles.

O termo “capital intelectual”, atualmente composto pelo capital humano, pelo capital estrutural e pelo capital do cliente (que devem se manter atrelados para agregar valor à empresa), foi criado em 1969, pelo economista John Kenneth Galbraith, na obra *Capital Intelectual*, e recuperado mais tarde, em 1998, por Leif Edvinsson, em obra com o mesmo título. Posteriormente se tornou um dos elementos mais importantes de geração de riqueza das entidades e sua identificação, mensuração, avaliação e evidenciação dependem de uma compreensão do que se entende por capital intelectual e de uma definição consensual (PACHECO, 2005).

A seguir temos uma cronologia do período de 1968 a 1998, adaptada da tese de doutorado de Silva (2006), intitulada “O capital intelectual e as formas alternativas de sua mensuração pelas empresas: um estudo ilustrativo em uma empresa de calçados da Paraíba”:

- 1986 - Karl E. Sveiby, consultor sueco, publicou “The Know-how Company”, sobre a gestão de ativos intangíveis.
- 1990 - O termo “capital intelectual” foi cunhado na presença de Thomas Stewart, membro do conselho de editores da revista *Fortune* e um dos pioneiros na pesquisa do tema.
- 1991 - A Skandia AFS, uma seguradora sueca, criou o primeiro cargo corporativo com responsabilidade sobre o capital intelectual, designando Leif Edvinsson para vice-presidente.
- 1994 - Stewart foi o autor da matéria de capa da *Fortune*, denominada “Intellectual Capital”.
- 1995 - A Skandia levou a público o seu primeiro relatório sobre o capital intelectual.

Nesse contexto, a necessidade de desenvolvimento de mecanismos eficazes de mensuração do componente Capital Intelectual, para que as organizações possam gerenciar seus recursos, foi ressaltada. Isso porque é por meio da mensuração é possível demonstrar o valor real das organizações, expressar o seu valor de mercado presente e avaliar se a empresa tem um futuro promissor, podendo atrair a atenção dos investidores.

Outras contribuições da mensuração do capital intelectual ainda podem ser listadas, como o aumento do potencial informativo da contabilidade; a canalização correta dos recursos para investimentos em capital humano e estrutural; a facilitação da escolha do investidor; e a identificação, para a própria empresa, do seu potencial no presente e das perspectivas de benefícios futuros, contribuindo para o crescimento da organização. Existe, contudo, uma dificuldade ainda latente na mensuração desse componente do intangível devido à subjetividade e complexidade inerente ao próprio elemento.

Desde a década de 1990, o capital intelectual se tornou alvo de importantes estudos na área contábil para buscar formas de identificá-lo e mensurá-lo. Mas não existem medidas oficialmente reconhecidas para a avaliação do capital intelectual. Alguns modelos desenvolvidos são bons esforços na busca de instrumentos que possibilitem a aproximação do real valor da empresa, mas ainda não podem ser considerados soluções para o problema da mensuração adequada do valor do capital intelectual. Apesar de não nos aprofundarmos no estudo desses modelos, vale a pena citá-los:

O modelo de Sveiby desenvolveu uma metodologia para a mensuração do capital intelectual na qual dividiram-se os ativos em tangíveis e intangíveis com o apoio de um relatório anual, mostrando suas evoluções. Já o método Navegador do capital intelectual, proposto por Stewart, é representado por um gráfico do tipo radar, que fornece uma visão coerente dos indicadores financeiros e não-financeiros em relação às diferentes perspectivas da empresa, representando a visão do capital intelectual por vários ângulos.

Existem bons avanços no campo da identificação e mensuração do capital intelectual, mas os métodos de mensuração desenvolvidos ainda não trouxeram respostas e alternativas mais consistentes, de forma que se possa afirmar que a contabilidade atual já se apresenta preparada para atuar na mensuração do capital intelectual de forma adequada e satisfatória.

Diante desse cenário, Iudícibus (2004 apud PACHECO, 2005, p.79) resumiu a expectativa presente em relação ao capital intelectual: “[...] o que se espera em relação ao capital intelectual, ainda que sua apropriação e seus relatórios sejam caracterizados por um grau maior de liberdade, é que exista um determinado nível de uniformidade na sua apropriação”.

Isso porque o valor da empresa não se restringe à soma dos valores de seus ativos tangíveis, mas se refere também à soma dos valores dos ativos intangíveis: o talento dos empregados, o conhecimento dos processos de produção flexíveis e de alta qualidade, a rede de distribuição, a fidelidade dos clientes, a imagem dos produtos, o valor da marca, entre outros. O valor da empresa é definido, pois, como “aquele que os potenciais adquirentes estão dispostos a pagar pela compra do patrimônio líquido de uma empresa, logo um valor de negociação” (MARTINS, 1992, p. 146).

Alguns desafios da contabilidade em relação ao capital intelectual foram citados por Dzinkowski (1998) em Silva (2006), como aumentar a participação dos intangíveis nas demonstrações financeiras de forma a suprir as defasagens de informação entre os ativos tangíveis e intangíveis; enfrentar a necessidade de maior transparência de informações sobre as empresas, tanto no que se refere aos ativos tangíveis como em relação aos intangíveis; e ser capaz de mensurar, a longo prazo, o retorno sobre os investimentos nas habilidades das pessoas, bases de informação e das capacidades tecnológicas da organização.

3.2 As consequências econômicas da Informação Contábil

Já sabemos que a contabilidade pode fornecer informações úteis que influenciam a tomada de decisão e o comportamento dos investidores no mercado de capitais. Vimos inclusive estudos que comprovam isso. Quando discutimos acerca da Qualidade da Informação gerada pela contabilidade, sempre falamos de algumas características para que esta seja de fato útil, conforme visto em Contabilidade Introdutória.

É necessário que as Demonstrações Financeiras apresentadas pela Contabilidade sejam confiáveis, relevantes, compreensíveis e passíveis de comparabilidade. É a partir do atendimento de tais características que a Contabilidade consegue atender seu objetivo maior: fornecer informações econômicas e financeiras de maneira estruturada e útil para usuários externos e internos das diversas entidades presentes na sociedade.

A Informação Contábil é, portanto, um norte para as decisões de credores e gestores das organizações. E essas informações divulgadas podem ser trabalhadas à luz dos modelos de precificação de ativos e do desenvolvimento e premissas da Hipótese do Mercado Eficiente. São estes dois o foco deste nosso tópico da Unidade.

Conforme destacamos várias vezes, ao se divulgar informações financeiras por meio da contabilidade, busca-se atender as necessidades dos usuários destas informações, “o que por sua vez, depende muito da natureza das atividades econômicas e das decisões com as quais os usuários estão envolvidos” (HENDRIKSEN; BREDA, 1999, p. 114).

Conclui-se que, além das preocupações de cunho financeiro e contábil, é importante, para o cumprimento da função da contabilidade, conhecer o ambiente econômico, legal e social em que os padrões bases da profissão são estabelecidos.

Conhecer o ambiente em que a contabilidade está inserida também é importante, pois é esse ambiente econômico que proporciona aos profissionais contábeis a precificação de ativos e direitos de propriedade, mais tarde elencados no Balanço Patrimonial da Organização. Os pesquisadores têm estudado o ambiente da contabilidade a partir de várias óticas, dentre elas a política, financeira e, por fim, econômica. (HENDRIKSEN; BREDA, 1999).

Atualmente, as grandes economias mundiais apresentam um viés privado em sua maioria, de modo que as empresas atuam de maneira livre sem influência governamental. Frente a essa conjuntura, o FASB afirma que a função da divulgação de informações financeiras é “fornecer informação útil para os que tomam decisões a respeito de empresas e sobre investimentos ou empréstimos a empresas”. Dentre os usuários da informação, é possível identificar proprietários, clientes, fornecedores, gestores, e vários outros, que apresentam distintos interesses. Porém o próprio FASB propõe que existe um interesse em comum: identificar a capacidade de geração de fluxos de caixa que sejam favoráveis.

O mercado de capitais é onde se concentram um dos mais importantes usuários da divulgação financeira, os acionistas. A contabilidade seria o meio de disponibilizar informações relevantes para tais agentes, informações que formam um sistema de contabilidade capaz de fornecer critérios de tomada de decisão através da interação entre os dados contábeis e as variáveis de preço de mercado. (BEAVER; KETTLER; SCHOLLS, 1970)

Hendriksen e Breda (1999) explicam que os pesquisadores da área contábil se interessam pelo mercado de capitais, pois as observações das reações do mercado à informação contábil ofereciam uma forma até então inexistente de testar teorias contábeis. Inicialmente, os estudos nos mercados acionários voltavam-se para atender a utilidade da informação para investidores individuais.

Porém outra linha de estudo surge tirando o foco da teoria do bem-estar apenas do investidor e trabalha com o bem-estar da sociedade, do mercado como um todo. Esse último enfoque sugeriu dois objetivos para a contabilidade: primeiro, ele suscita uma necessidade de informação para permitir uma alocação ótima de recursos entre produtores; e segundo, destaca a informação como necessária para permitir que os

investidores mantenham as carteiras de títulos que sejam as melhores possíveis do ponto de vista de sua preferência, combinando risco e retorno.

A forma pela qual esses objetivos podem ser alcançados tem sido tema de pesquisa há muito tempo, tendo como uma constatação inicial a de que as variações de preços nos mercados de capitais seriam não correlacionadas, ou seja, começou-se a notar que as respostas do mercado para certos procedimentos “eram contraditórias ao esperado conforme preconizado pelas regras contábeis existentes à época” e esse tipo de questionamento inquietou os acadêmicos de modo a buscarem verificar se os números contábeis possuíam ou não conteúdo informacional relevante para o mercado de capitais (CARDOSO; MARTINS 2004).

Então, motivado na busca por essa verificação, o professor da Universidade de Chicago, Eugene Fama, afirmou que essa ausência se devia à eficiência dos mercados no sentido de que os preços dos títulos refletiam integralmente as informações disponíveis de forma não viesada (FAMA, 1970). Nenhuma informação relevante, portanto, seria ignorada pelo mercado, dando origem ao que ficou conhecido como Hipótese do Mercado Eficiente (HME).

A HME foi uma das consequências do avanço da Teoria de Finanças ocorrido na década de 50 e início da década de 60, principalmente após a publicação dos trabalhos de Joel Dean (1951) e Modigliani e Miller (1958), e proporcionou à contabilidade a possibilidade de verificação do relacionamento entre os números contábeis e as variáveis econômicas. Essa hipótese é utilizada em pesquisas empíricas com o objetivo de identificar e medir o impacto da informação contábil na formação do preço dos ativos financeiros no mercado, pois daria suporte para explicação dos efeitos que as informações tidas como relevantes exercem sobre o preço dos títulos negociados. Ressalte-se que informações relevantes são todas aquelas que podem ter algum impacto nos preços dos títulos, inclusive as informações contábeis (CARDOSO; MARTINS, 2004).

Em suma, essa hipótese implica preços de mercado em equilíbrio, como se todos os agentes do mercado tivessem as mesmas informações, o mesmo nível de aversão ao risco e a mesma capacidade de interpretação e precificação da informação. Explicando mais analiticamente, a eficiência de mercado, preconizada pela HME, implica que os preços refletem o conteúdo da informação imediatamente ou num tempo muito curto, de modo que o mercado se encontrará totalmente precificado ao recebimento de um conteúdo informacional relevante, absorvendo-o completamente.

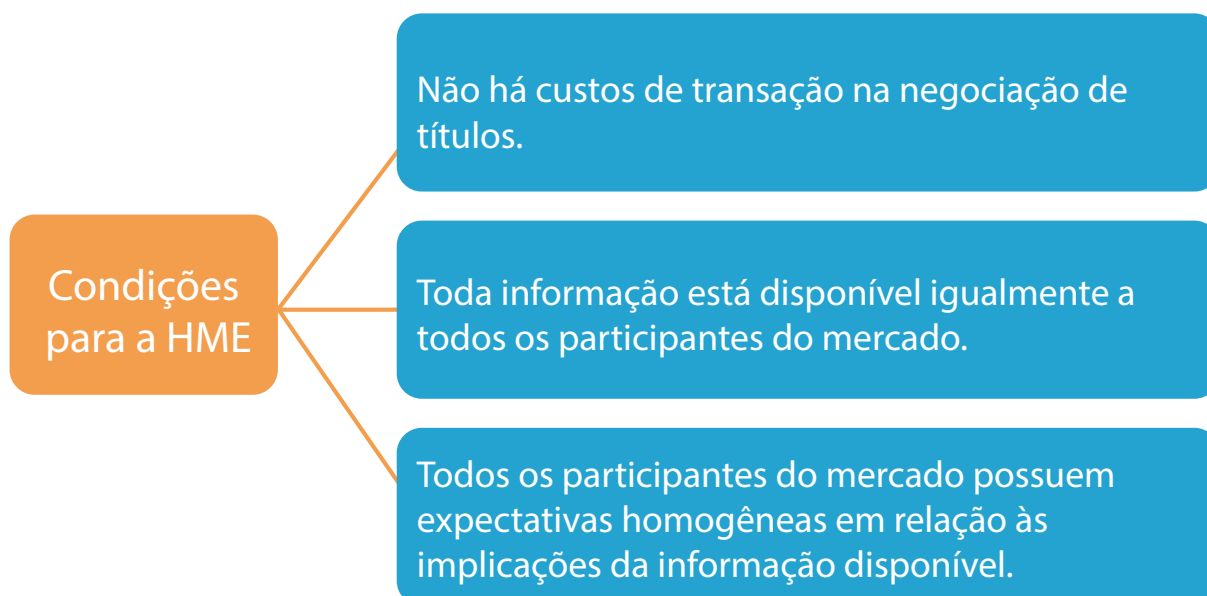


Figura 10 – Modelo Teórico da Hipótese do Mercado Eficiente (HME)

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Esse processo resulta em lucros anormais iguais a zero ao longo do tempo, o que significa dizer que resulta conseqüentemente em lucros econômicos iguais a zero; ou seja, se o mercado precificar a informação prontamente, não será possível obter retornos acima do esperado de forma consistente ao longo do tempo e, com o surgimento de novas informações relevantes que altere a expectativa do mercado sobre determinado título, o preço desse título se ajustará a essa informação imediatamente (CARDOSO; MARTINS, 2004).

A afirmação de que a média dos lucros anormais e conseqüentemente dos lucros econômicos tende a zero ocorre porque, se o mercado for eficiente em relação a um conjunto de informações, um investidor poderá até obter lucros acima da média do mercado em determinadas transações, por sorte; mas ao longo do tempo não é razoável se esperar que ele obterá sorte sempre, pois, após muitas transações, esse investidor deve apurar o mesmo lucro que o mercado (após diversas perdas e ganhos) e, portanto, não terá lucro anormal (CARDOSO; MARTINS, 2004).

Essa eficiência de mercado é afirmada por Fama (1970), quando declarou que um mercado eficiente seria aquele no qual os preços sempre refletem prontamente a informação disponível. Ou seja, nenhuma informação relevante é ignorada pelo mercado e, se relevantes, são refletidas no preço em equilíbrio dos títulos.

Nesse contexto, Lopes (2001) propôs um suposto relacionamento qualitativo entre a informação contábil e a eficiência de mercado. O autor narra que, quando surge uma

informação relevante num mercado eficiente, a resposta desse mercado é rápida e imediata e ele é capaz de avaliar as informações, inclusive as notas explicativas e outras evidenciações complexas; contudo, quando ocorre o surgimento de uma informação relevante num mercado não eficiente, a resposta não é rápida e o mercado não consegue avaliar a informação e nem é capaz de interpretar evidenciações mais complexas.

Por outro lado, se informações irrelevantes surgirem num mercado considerado eficiente, esse mercado simplesmente não reagirá a essas informações; mas, se surgirem num mercado não eficiente, o resultado será inconsistente, pois podem, conforme Cardoso e Martins (2004), ocorrer diversas situações, até mesmo reações indevidas sobre informações irrelevantes.

As condições teóricas suficientes para que o mercado seja eficiente requerem que não existam custos de transação na negociação de títulos (segundo Cardoso e Martins (2004), se o custo da obtenção da informação for superior à utilidade esperada, então a informação não será obtida, portanto não será considerada na precificação do ativo); que toda informação disponível esteja igualmente acessível a todos os participantes do mercado, sem custos; e que todos os participantes do mercado possuam expectativas homogêneas em relação às implicações da informação contábil (em função dessa simetria informacional e do lucro anormal com média igual a zero, Fama (1970) denominou o modelo da HME de “jogo justo”). Segundo Jensen (1978), um mercado pode ser dito eficiente em relação à determinada informação quando é impossível a obtenção de lucros extraordinários usando essa informação para negociar.

A eficiência de mercado possui duas partes, sendo a primeira relacionada à velocidade de reação do mercado e a segunda, à adequação da reação. No que tange à velocidade de reação, parece haver uma conclusão de que os mercados reagem a novas informações com rapidez; porém, relativamente à adequação, há algumas dúvidas ainda pairando, principalmente quanto à definição do que seria adequada, já que demanda uma explicação difícil num mundo de opiniões diferentes e diversos pontos de vista (HENDRIKSEN; BREDA, 1999).

Nesse cenário, ainda resta muita pesquisa a ser realizada, porém, como passo inicial e diante das diversas formas de informações e dos diversos tempos de precificação dessas informações, elas têm sido classificadas em três categorias: as que podem ser obtidas apenas por meio da observação dos preços (preços de períodos passados), já que preços esperados não podem ser observados no mercado; as que estão publicamente disponíveis, incluindo os preços dos títulos; e as que incluem todas as informações existentes: os preços passados, as informações publicamente disponíveis para o mercado

e as informações privilegiadas (que podem ser obtidas somente por alguns participantes do mercado). Essa classificação leva a três formas de eficiência de mercado: fraca, forte e semiforte, consideradas inicialmente por Fama (1970).

A forma fraca da Hipótese do Mercado Eficiente (HME) é composta somente pelo histórico de preços e presume que os preços correntes dos títulos refletem completamente as informações implícitas na sequência passada dos próprios preços (HENDRIKSEN; BREDA, 1999), fazendo com que as variações nos preços dos títulos sejam aleatórias em relação à informação disponível antes das variações. Em outras palavras, as sequências dos preços passados não contêm nenhuma informação sobre os preços futuros e não é possível obter ganhos extraordinários apenas conhecendo preços passados, pois a variação dos preços é independente dos preços passados. O mercado não reagirá a menos que descubra algo que não conhecia até o dia ou momento anterior.

Hendriksen e Breda (1999) afirmam que não se pode provar que o mercado seja eficiente, olhando para o passado, usando o benefício do conhecimento do passado e apontando momentos em que o mercado estava errado.

Como exemplo de teste para verificar se a forma fraca da HME poderia resultar em retornos extraordinários, Cardoso e Martins (2004) sugeriram analisar se os analistas de mercado de capitais, que acreditam que os movimentos dos preços passados dos títulos contêm informações relevantes sobre os comportamentos futuros, estariam ricos.

A forma forte, por sua vez, implica saber se informações relevantes para a formação do preço são monopolizadas por investidores e parte do pressuposto de que toda informação relevante disponível no mercado está refletida nos preços dos títulos, ou seja, os preços refletem integralmente tanto a informação privilegiada quanto toda a informação publicamente disponível. Essa forma, contudo, não possui evidências de que seja verdadeira, pois, pela própria definição, a informação privilegiada não estaria disponível ao público, não ficando clara como iria refletir integralmente nos preços de mercado.

Conforme Hendriksen e Breda (1999), a informação privilegiada poderia se incorporar aos preços por pelo menos duas maneiras: quando os indivíduos, na posse da informação privilegiada, demandarem mais por determinado título, fazendo seu preço subir e conseqüentemente tornando pública a informação; e quando esses mesmos indivíduos, possuidores de informação privilegiada, aumentassem significativamente seu volume de negócios em um determinado título, causando desconfiança de que haveria informação positiva ou negativa relativa a esses títulos e fazendo com que, ainda sem saber

precisamente qual informação seria, esses outros participantes reagissem à informação. A informação não se tornaria pública nesse caso, mas as implicações decorrentes dela tornar-se-iam públicas e seriam incorporadas aos preços.

Em relação à contabilidade no desempenho do seu papel social, essa forma forte da HME implica que a contabilidade deve tentar fazer com que a informação relevante se torne pública tão logo possível, a fim de evitar utilização vantajosa por alguns indivíduos, que podem vir a alcançar retornos extraordinários, enquanto outros sairiam perdendo, gerando uma transferência de riqueza de alguns investidores para outros e provocando uma alocação de recursos menos do que ótima (mercado não eficiente).

A terceira e última forma da HME é a semiforte, que se situa entre as formas forte e fraca. Essa forma parte da premissa que os preços dos títulos refletem integralmente as informações publicamente disponíveis. Essa forma inclui os preços passados e as informações disponíveis, excluindo as informações privilegiadas. Para que o mercado seja eficiente nessa forma, os preços devem refletir instantaneamente as informações relevantes, ou seja, todos os indivíduos participantes do mercado de capitais estariam a par de todas as informações publicamente disponíveis.

Segundo Lopes (2002, p. 03), a forma semiforte é aquela na qual “os preços no mercado devem refletir toda a informação disponível imediatamente, eliminando qualquer oportunidade para resultados anormais”. Essa forma é considerada a mais próxima da realidade e é geralmente aceita por muitos países, mas algumas anomalias já têm sido listadas, suscitando algumas dúvidas acerca da eficiência de mercado nesse nível. Algumas dessas anomalias parecem estar relacionadas aos títulos negociados menos frequentemente no mercado ou aos que possuem difícil interpretação (DYCKAN; MORSE, 1986).

Um exemplo de novas situações que geram dúvidas como essa foi citado por Hendriksen e Breda (1999), ao relatarem que o professor George Foster, de Stanford, havia descoberto que um conhecido crítico da contabilidade, chamado Briloff, era capaz de empurrar os preços a novos mínimos permanentes com a publicação de seus artigos, ainda que as informações utilizadas por ele já fossem de domínio público.

Contudo, não havendo alternativas mais bem articuladas no momento e já que o saldo das evidências ainda pende a favor da eficiência, considera-se que o mercado é eficiente no nível semiforte (FOSTER, 1977).

Algumas observações, entretanto, devem ser feitas acerca da forma semiforte de eficiência. Ela pressupõe somente que toda informação publicamente disponível esteja incorporada nos preços dos títulos; e a eficiência de mercado não significa o mesmo que clarividência por parte dos participantes, apenas que o mercado reflète os melhores palpites de todos os participantes, com base nas informações disponíveis naquele momento.

A HME explica o efeito de informações relevantes sobre os preços de títulos, porém, para testar a eficiência do mercado ou a relevância da informação, é necessário dispor de um modelo teórico que explique quais seriam os fatores que determinam os preços dos títulos em equilíbrio. Um modelo que possua poucos parâmetros e alto poder de predição, por exemplo, teria boa capacidade de explicação, como é o caso do modelo de formação de preços de ativos (Capital Asset Pricing Model – CAPM), que se caracteriza por considerar apenas os parâmetros de risco e retorno e por possuir uma capacidade de predição considerada satisfatória.

Lopes e Iudícibus (2012, p. 87), conceituam o CAPM (Capital Asset Pricing Model) como “o resultado interpretativo do modelo de mercado, e implica o preço de equilíbrio de títulos negociados num mercado eficiente, especificando a relação entre risco e taxas de retorno requeridas quando esses títulos são mantidos em carteiras diversificadas”. O CAPM fornece um dos principais dados para a avaliação de ativos, que, adicionado às informações contábeis disponíveis para o mercado, compõe uma parcela das ferramentas empíricas para se testar a relevância da informação contábil na avaliação de ativos.

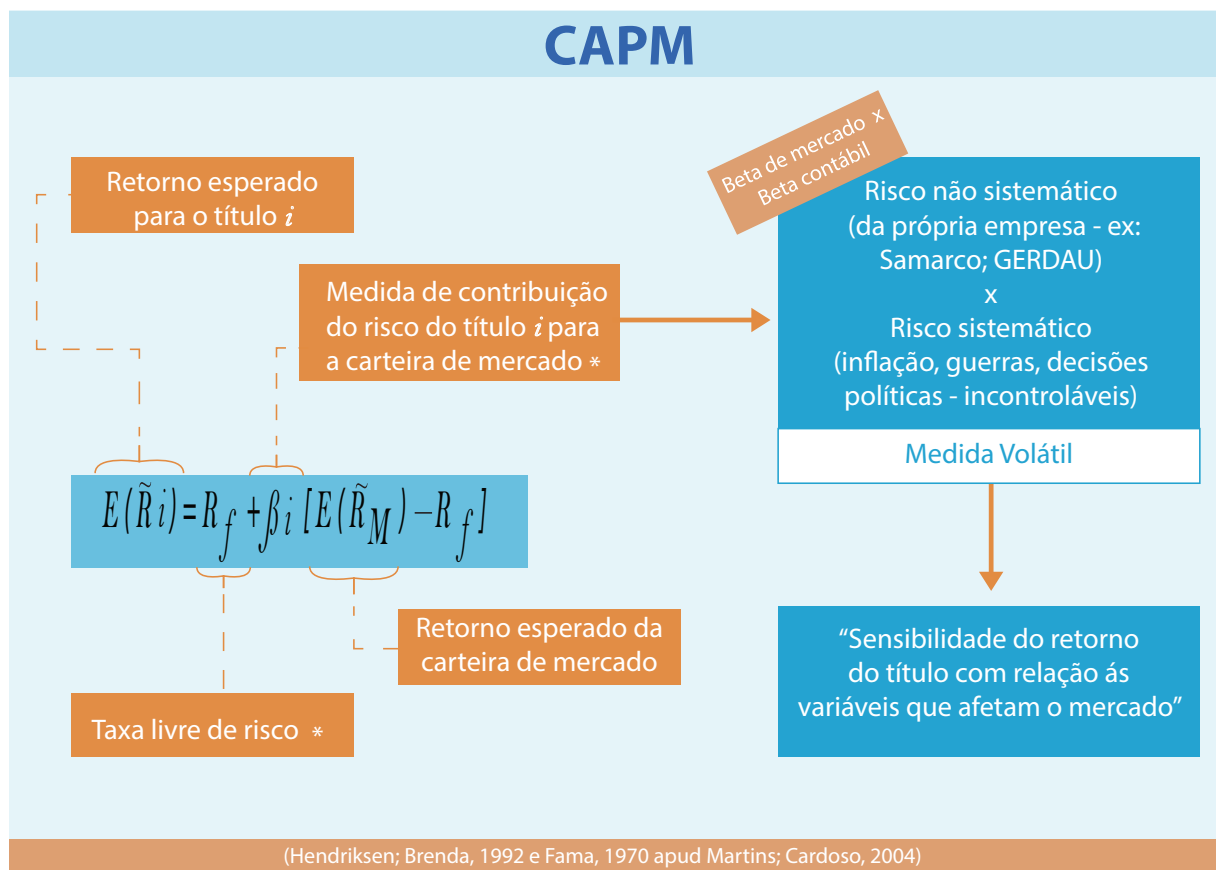


Figura 11 - Modelo Matemático CAPM (Capital Asset Pricing Model)
Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Martins e Cardoso (2004, p. 91)

De maneira mais simples, no CAPM, o valor da entidade é dado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, dado pelas taxas de retorno requeridas para a entidade e que são expressas pelo modelo. Caso as informações contábeis alterem expectativas sobre o futuro da entidade, as taxas de retorno requeridas também serão alteradas, implicando alterações de preços correntes.

Conforme Cardoso e Martins (2004), algumas das premissas do CAPM seriam:

- os investidores buscam maximizar a utilidade esperada de suas riquezas através de escolhas de carteiras de títulos com base em seus retornos e desvios-padrão;
- os mercados funcionam em uma concorrência perfeita; não existem custos de transação nem impostos;
- os investidores possuem aversão ao risco (e a percepção ao risco é homogênea entre os investidores);
- as expectativas dos investidores em relação aos ativos são homogêneas quanto aos horizontes futuros e retornos futuros;
- existem ativos livres de risco aos quais os investidores têm acesso;
- as operações individuais de investidores de compra e venda de títulos não afetam os preços de mercado; e
- os investidores são racionais e preferem mais consumo, em qualquer período, a menos, e são indiferentes quanto à forma de financiamento desse consumo.

Além do modelo CAPM, foram desenvolvidos ao menos mais dois outros modelos teóricos de avaliação de empresas que são constantemente utilizados em testes empíricos com o propósito de verificar a relevância da informação: o modelo de Ohlson e o modelo de Feltham e Ohlson.

O modelo de Ohlson (1995) é, segundo Martins e Cardoso (2004), de grande utilidade para a pesquisa empírica da teoria positiva da contabilidade, pois sugere que o valor de mercado do patrimônio líquido de uma entidade seja função de variáveis contábeis atuais e futuras, além de incluir outras informações que podem afetar os resultados contábeis no futuro. É um modelo teórico que estabelece a ligação entre o lucro contábil, patrimônio líquido e valor de mercado das empresas e parte de três premissas básicas, sendo a primeira referente ao pressuposto de que o valor de mercado do patrimônio líquido de uma empresa é função dos dividendos futuros esperados, descontados a uma taxa de retorno esperada.

A segunda premissa fundamental para o modelo é que o resultado contábil a ser considerado pode divergir do lucro contábil publicado, pois a variável contábil lucro do modelo deve estabelecer uma relação denominada de lucro limpo (CSR – Clean Surplus Relation). Segundo essa premissa, todas as alterações no valor contábil do patrimônio líquido que não forem relacionadas com transações entre entidade e seus acionistas devem necessariamente passar pelo resultado do período em questão.

Esse modelo desenvolvido por Ohlson implicou na utilização dos lucros residuais como parâmetros de processo de mensuração de valor de mercado, resultando numa função que considera a soma entre o valor contábil do patrimônio líquido e o valor presente dos lucros residuais esperados como sendo o valor de mercado do patrimônio líquido de uma entidade.

Portanto, nesse modelo, os lucros residuais, assim como os dividendos, definem o valor de mercado da entidade e o problema da avaliação da empresa é, em última análise, o de determinar as características da variável aleatória dependente no modelo, o valor patrimonial (CARDOSO; MARTINS, 2004). Ressalte-se que os lucros anormais futuros independem da normatização que a contabilidade segue, desde que sejam baseados no lucro limpo (o modelo que a contabilidade segue é irrelevante, pois, para a determinação do valor de mercado).

Dadas as premissas citadas, Ohlson (1995, p. 669) considera que “o valor de mercado é igual ao valor contábil ajustado pela rentabilidade corrente medida pelos lucros anormais e ajustado por outras informações que modificam a predição de rentabilidades futuras”. A importância desse modelo é que ele é passível de teste empírico, pois todas as suas variáveis são observáveis, e estabelece como o valor de mercado é relacionado com variáveis contábeis (consideradas endógenas, como o valor do patrimônio líquido, do lucro residual) e variáveis exógenas (por exemplo, outras informações contábeis que ainda podem afetar a contabilidade).

Feltham e Ohlson (1995), por sua vez, expandiram o modelo de Ohlson, fazendo a separação dos ativos líquidos em ativos líquidos operacionais e financeiros, sob a premissa de que “os ativos financeiros e os resultados financeiros estão num mercado perfeito, portanto o valor contábil e o valor de mercado são iguais” (CARDOSO; MARTINS, 2004). As contribuições desse modelo se referem à dinâmica das informações; introdução de um parâmetro nas equações que mede o conservadorismo da contabilidade; e introdução de parâmetros de crescimento de lucros e patrimônio líquido.

Esse modelo implica que o valor da empresa independe de suas atividades financeiras, pois parte da premissa de que o valor presente líquido dessas atividades (financeiras)

é igual a zero. Ou seja, nesse modelo, o valor de mercado do patrimônio líquido seria igual ao seu valor contábil mais o valor presente dos resultados operacionais (apenas, pois o valor presente dos resultados financeiros é igual a zero) anormais futuros esperados. Em suma, no modelo de Feltham e Ohlson, o valor da empresa independeria do comportamento dos ativos financeiros e da política dos dividendos.

3.3 Teoria Contratual da Firma e Teoria do Agente

Neste terceiro tópico da nossa Unidade, iremos conhecer e explicar de maneira concisa a chamada Teoria Clássica ou Contratual da Firma e, conseqüentemente, do Agente. Dentro da Teoria do Agente temos um problema chamado conflito de agência.

Berle e Means (1932) foram pioneiros na discussão da Teoria dos Contratos. A base fundamental que poderia nortear o entendimento do conflito de agência entre o principal (acionista) e o agente (executivo). A Teoria dos Contratos destacava que a dinâmica de uma organização gira em torno dos contratos (formais ou informais). Mais tarde, Beaver (1968, p. 77) ressalta a importância dos contratos: “a fixação de contratos na organização empresarial faz que a estrutura contratual seja determinante nas políticas e práticas contábeis adotadas”.

Jensen e Meckling (1976) contribuíram com o desenvolvimento da teoria positiva através da noção da Teoria do Agente, onde se afirmava o pressuposto de que o indivíduo (agente) age em função de interesses pessoais, em detrimento do outro, objetivando maximizar sua riqueza. O próprio autor, após pesquisa, encontra como resposta a discussão de estruturas de remuneração alternativas para minimizar o problema do conflito de agência.

Uma empresa é composta por indivíduos que possuem contratos com uma entidade legal. E tais indivíduos possuem objetivos muitas vezes voltados a maximizar seus próprios interesses dentro da Organização, conforme explicam Watts e Zimmerman (1986). A teoria da agência se baseia nessa relação em que uma parte (o principal) delega trabalho a outra (o agente), que executa este trabalho.

A teoria busca resolver problemas que podem ocorrer nas relações entre essas partes. O primeiro problema é aquele que surge quando há conflito entre os objetivos do principal e do agente e é difícil (ou caro) para o principal verificar o que está sendo realizado. O segundo problema de agência ocorre quando o agente e o principal têm diferentes atitudes frente ao risco e, portanto, optam por diferentes ações (EISENHARDT, 1989).

A Teoria dos Contratos aplica-se às organizações com o escopo de tentar diminuir os conflitos de agência. Machado et al. (2012) discorrem que a Teoria dos Contratos vê

a empresa como um “nexo de contratos” que buscam intermediar os diversos agentes econômicos, sendo que cada um destes possui sua parcela de responsabilidade no processo organizacional e é remunerado por isso.

No caso da Teoria da Agência, o agente é contratado pelo principal para realizar determinadas funções e recebe por isso. Portanto, uma contratação eficiente objetiva congruência de interesses, diminuição dos conflitos de agência e conseqüentemente redução do comportamento oportunista do administrador, desconsiderando os interesses do acionista.

Iudícibus e Lopes (2004) afirmam que, para um bom funcionamento das empresas, é necessária a existência de um equilíbrio dos contratos fixados nas mesmas. Porém alguns problemas práticos com respeito à execução e imposição desses contratos podem ocorrer. O primeiro deles é a informação imperfeita. Essa situação ocorre quando os agentes não conhecem as ações dos outros agentes. O segundo problema a ser levado em consideração ocorre quando as informações são incompletas, ou seja, alguma das partes da empresa não recebe orientação ou não entende claramente quais suas funções e/ou objetivos a serem logrados. Ambas as situações podem levar a empresa a uma situação grave financeira e gerencial.

Sunder (1997) explica que a contabilidade possui cinco funções no que tange à coordenação dos diversos contratos que existem entre os agentes de uma organização. São elas:

mensurar a contribuição de cada um dos participantes nos contratos; mensurar a fatia que cada um dos participantes tem direito do resultado da empresa; informar aos participantes a respeito do grau de sucesso do cumprimento dos contratos; distribuir informação para todos os potenciais participantes em contratos com a empresa para manter a liquidez de seus fatores de produção; distribuir algumas informações como conhecimento comum para reduzir o custo da negociação dos contratos. (SUNDER, 1997, p. 103)

Um exemplo dos papéis da contabilidade na Teoria Contratual da Firma é a remuneração variável. Medida em que parte da remuneração dos administradores está relacionada ao desempenho das organizações, o que os fazem parte dos interessados no sucesso destas e, portanto, buscam alinhar seus interesses com os dos acionistas, reduzindo desta maneira os conflitos de agência. (IUDÍCIBUS; LOPES, 2004). Outro exemplo é o uso do conservadorismo como característica da informação contábil. Isso também minimiza os conflitos de agência e seus custos, pois evita que os investidores se sintam prejudicados por informações que englobam projeções de cenários otimistas fictícios.

É de fundamental importância à Contabilidade dar suporte, gerencialmente, à harmonia do contrato entre firma e seus gestores. A Contabilidade ajuda a manter um equilíbrio entre as relações criadas pelos contratos, pois é por meio dela que ocorre o monitoramento destes contratos, conforme explicitam Dantas, Paulo e Medeiros (2013).

3.4 Novos delineamentos teóricos em Contabilidade

3.4.1 Teorias Semióticas

Sempre estamos reforçando que um dos grandes propósitos da contabilidade é comunicar aos seus usuários informações que sejam relevantes e atendam às necessidades destes, através da representação fidedigna dos fenômenos no mundo dos negócios. Para cumprir esse objetivo, a contabilidade utiliza uma série de procedimentos e vocabulário técnico específico.

Adelberg (1979) defende que a linguagem contábil deve ser empregada como um instrumento que garanta uma comunicação eficiente, havendo consenso entre as partes que envolvem o processo de comunicação das informações financeiras quanto às regras sintáticas e semânticas que presidem a elaboração das demonstrações (DIAS FILHO, 2001). Riahi-Belkaoui (1995), nessa mesma linha de pensamento, explica que a ideia da Contabilidade como linguagem repousa em dois elementos: símbolos e regras gramaticais. Os símbolos são representados pelos objetos linguísticos utilizados para identificar conceitos específicos; e as regras gramaticais são mecanismos sintáticos para “criar os dados contábeis”. O autor explica que é necessário garantir que a comunicação das informações contábeis aos seus usuários seja realizada com êxito, e isso depende da inteligibilidade das mensagens contidas nos demonstrativos e da maneira como estas são apreendidas por esses usuários.

Enquanto linguagem de negócios, a contabilidade assume um papel de facilitar a percepção das principais características de determinados eventos econômicos, garantindo aos usuários informações otimizadas e úteis para o processo de tomada de decisão. Para conseguir representar os eventos econômicos relevantes de maneira acurada, é necessária fidelidade de representação (DIAS FILHO, 2009).

Com base em diversos estudos e autores clássicos, a contabilidade se estabelece então como um processo de comunicação. Iudícibus (2010, p. 26) afirma que o

processo de comunicação contábil “implica o reconhecimento dos tipos de informação necessária para cada principal usuário da informação contábil e avaliação da habilidade dos usuários em interpretar a informação adequadamente”.

A partir dessa visão, é possível perceber uma relação próxima da Contabilidade com a Comunicação, isso, porque, conforme ressalta Dias Filho (2009), a Teoria da Comunicação pode aprimorar o processo de evidenciação contábil, uma vez que é formada por elementos também presentes no processo contábil (fonte, emissor, mensagem, canal e receptor). Mas, no sistema contábil, os eventos econômicos representam a fonte da informação, o profissional contábil é o emissor, que, após visualizar e identificar os fatos, codifica-os em relatórios contábeis, que são o canal da informação, ou seja, o meio de divulgação aos receptores, os usuários da informação.

A Teoria da Comunicação, de acordo com Gouveia (2010), foi formulada por Claude Shannon (1948), que buscava delinear um modelo para solução de problemas de otimização dos custos presentes durante o processo de transmissão dos sinais. Na literatura, predomina-se a noção de que a função primordial da comunicação é influenciar o comportamento do receptor da mensagem, de tal maneira que, se isso não ocorre, o processo da comunicação se mostra falho.

Nessa ótica, Berlo (1999) narra que, para que a comunicação ocorra com êxito, é necessário levar em consideração todos os elementos que compõem o processo, elementos como: os objetivos do emissor e do receptor, níveis de conhecimento sobre o assunto comunicado, contexto cultural em que se encontram, compatibilidade do canal utilizado para envio da mensagem, entre outros. Essa mesma orientação serve para a contabilidade, uma vez que, no processo de comunicação dos fenômenos econômicos, os relatórios (canal) não terão utilidade se não atendem os objetivos dos usuários, ou guiam suas decisões (DIAS FILHO, 2009).

Existe, então, a necessidade de conhecer a natureza dos problemas de comunicação. Shannon e Weaver (1946) propõem que os problemas ocorrem em três níveis A, B e C. Os problemas de nível A (técnico) buscam entender com que precisão os símbolos da comunicação são transmitidos; os problemas de nível B (semântico) verificam com que precisão os símbolos transmitidos atendem o significado esperado; finalmente, os problemas de nível C (eficácia) analisam com que eficácia o significado recebido afeta o comportamento da forma desejada (GOUVEIA, 2010).

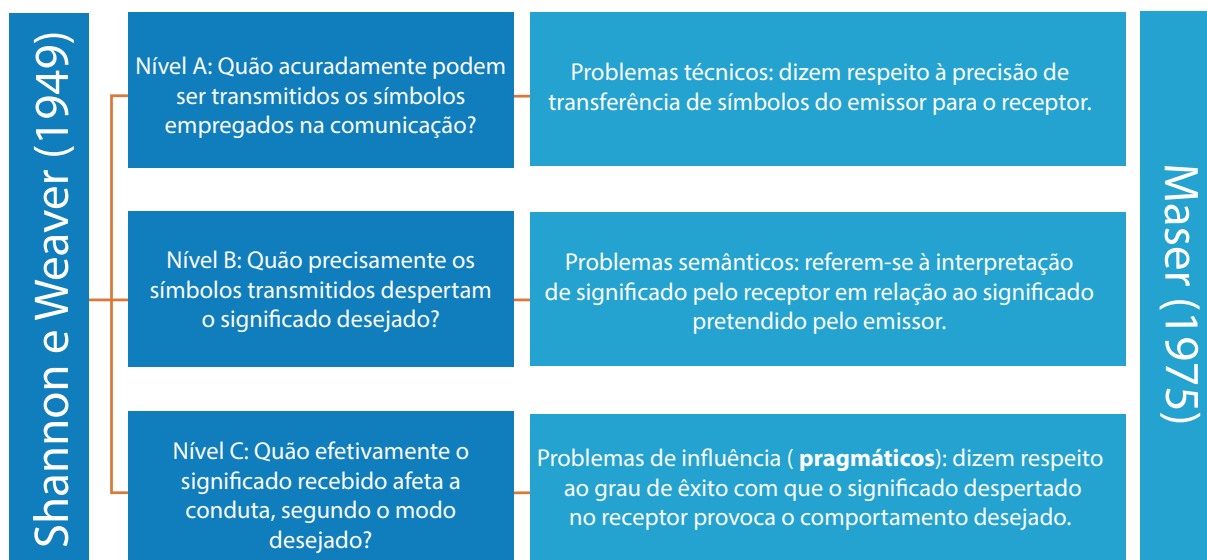


Figura 12 – Problemas no Processo de Comunicação
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Dias Filho (2001) explica que, no nível técnico, a preocupação é em garantir uma fiel reprodução dos símbolos que representam a mensagem a ser comunicada, o que envolve o canal, ruídos, etc. No nível semântico, o objetivo é assegurar que o receptor interprete a mensagem da maneira que o emissor quis passá-la, ou seja, trata da precisão com que os símbolos traduzem o significado desejado. Finalmente, na esfera pragmática, o objetivo é garantir que as mensagens encaminhadas gerem efeitos conforme os que são desejados. Claramente, todas as esferas da comunicação estão interligadas. O ato comunicativo se desenvolve, portanto, através de modelos do processo de comunicação.

Como o propósito da contabilidade é comunicar as informações de natureza econômica para seus diversos interessados, vários pesquisadores associaram a contabilidade à Teoria da Comunicação para aprimorar o processo de evidenciação contábil. Chambers (1966), por exemplo, se destaca em discorrer acerca da contabilidade como um processo de comunicação e os possíveis problemas associados às regras nas dimensões sintática, semântica e pragmática.

Bedford e Baladouni (1962) desenvolvem um trabalho seminal, apresentando um modelo de processo de comunicação contábil composto por: eventos econômicos da empresa (fonte), o contador (emissor), as demonstrações financeiras (canal) e os usuários (destinatários). Ao modelo, os autores incorporam os conceitos de fidelidade (grau de correspondência entre os significados pretendidos pelo contador e aqueles entendidos pelos usuários), significância (grau de relevância e adequação dos eventos econômicos da representação contábil) e feedback (ocorre para verificar se a mensagem foi codificada da maneira desejada) (DIAS FILHO, 2009).

Para interpretar o modelo do processo de comunicação contábil, Bedford e Baladouni estabeleceram dois estágios: dimensão da observação e dimensão da produção. Dias Filho (2001) explica que, na observação, tem-se o recebimento dos dados sobre os eventos econômicos, a decodificação destes e a seleção dos que devem ser comunicados nas demonstrações financeiras; já a dimensão da produção é constituída pela codificação e transmissão das mensagens aos diversos usuários.

A Teoria da Comunicação trouxe diversas contribuições para o campo científico da contabilidade vista como linguagem dos negócios, trazendo à tona possíveis problemas na comunicação contábil em seus níveis sintático, semântico e pragmático. No nível sintático, a pesquisa se desenvolveu buscando verificar se os signos utilizados na evidenciação dos fenômenos contábeis se articulam logicamente. No nível semântico, a preocupação foi avaliar se os termos utilizados na evidenciação adquirem significados desejados pelos emissores das informações contábeis. E no nível pragmático, o objetivo da comunicação foi aplicado para verificar a influência da informação no comportamento do destinatário, uma vez que é papel da contabilidade influenciar na tomada de decisão dos seus usuários.

Dentro da Teoria da Comunicação, a Semiótica surge como um dos encaminhamentos e assuntos a serem debatidos. Santaella (1983, p. 13) explica que “a Semiótica é a ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e sentido”. É a área do conhecimento que observa os símbolos e seus significados no processo comunicativo e na própria linguagem, sendo esta formadora dos sistemas sociais e históricos representantes do mundo. Eco (2000, p. 05), por sua vez, narra que a semiótica reflete tudo o que pode ser tido como um signo, sendo signo aquilo que numa “base de uma convenção social previamente aceita, possa ser entendido como algo que está no lugar de outra coisa”.

A semiótica (ciência dos signos) assume papel de grande importância no mundo das ciências, conforme explica Morris (1976). Isto porque ela pode ser um instrumento de aperfeiçoamento da linguagem das ciências. Santaella (1983) salienta que a contribuição da semiótica vai além da discussão dos problemas de natureza comunicativa, pois está apta também a fornecer elementos necessários para a compreensão da natureza comunicacional dos fenômenos sociais e humanos.

Na contabilidade, autores como Chambers (1966) e Ijiri (1975) apresentam trabalhos ligados à semiótica, utilizando conceitos da Teoria dos Signos para explicar as reações dos usuários da contabilidade às informações contábeis divulgadas. Chambers (1966)

utiliza a semiótica para explicar o processo contábil nas etapas de observação, descrição, registro e resumo dos fenômenos econômicos. O autor ainda afirma que as informações contábeis são fruto de interpretações individuais dos diversos usuários e que essas informações podem ser enviesadas quanto há falha no processo de reconhecimento dos fenômenos, por exemplo (DIAS FILHO, 2009).

Peirce (1999), um dos fundadores da semiótica moderna, afirma que o signo é alguma coisa que representa algo para alguém, sob algum aspecto ou circunstância, sendo que este poder de representação não decorre de uma relação natural entre quem fala e o significado, mas sim de um consenso social. Partindo dessa ideia, entende-se que os signos são influenciados pelo sistema de crenças e valores que são inerentes à sociedade.

No contexto contábil, os sinais são importantes por representarem a informação fornecida ao usuário tomador de decisão. Dias Filho (2009) ressalta a necessidade dessa informação por agregar valor às decisões e explica que os signos usados na informação contábil devem possibilitar percepções claras e fieis dos fenômenos econômicos, de modo a aproximar o usuário do acontecimento.

A semiótica ofereceu bases conceituais para o avanço da pesquisa em contabilidade, avaliando a eficácia desta enquanto linguagem dos negócios. A primeira contribuição está no próprio conceito de signo. Nesse sentido, Dias Filho (2001, p. 194) explica que, na evidenciação contábil, o signo só atua como facilitador da comunicação “se conseguir despertar na mente do receptor outro signo que se relacione com os eventos que se pretendeu representar”. Tal conceituação tem relação direta com a mensuração contábil enquanto procedimento de atribuição de signos às propriedades dos objetos e/ou eventos econômicos.

Outra contribuição da semiótica para a contabilidade está na asserção de que os dados contábeis informados só são úteis se representam de maneira fidedigna os eventos econômicos ocorridos. Essa ideia traz à discussão as limitações da informação contábil, clareando as possibilidades que levam os símbolos utilizados para a evidenciação contábil não apresentarem significados desejados. Dias Filho (2001) afirma que isso ocorre por conta dos fatores que influenciam a interpretação dos signos, como as experiências anteriores do usuário da informação, o contexto social vigente em determinados ambientes e suas características, etc. O autor destaca que a semiótica proporciona base para discussão das regras sintáticas, semânticas e pragmáticas sob as quais as informações contábeis devem ser produzidas. Ou seja, se os signos escolhidos pelo emissor da informação possuem conexões lógicas e são compreensíveis; ou se os signos utilizados não conseguem representar a relevância dos fenômenos econômicos ocorridos.

Na dimensão pragmática, a semiótica analisa a relação entre os signos e seus intérpretes. Acerca da evidenciação contábil, a semiótica é importante por explicar como os signos podem influenciar o comportamento dos indivíduos, remetendo à preocupação do FASB em avaliar a informação contábil a partir dos objetivos desejados por esta, tendo como referência as decisões que ela irá subsidiar.

Resumidamente, a principal contribuição da Semiótica para a eficácia da evidenciação contábil se materializa quando se entende que o conhecimento de que o receptor carece para otimizar suas decisões decorre da percepção que ele possua dos eventos econômicos. Mas essa percepção está associada à capacidade do emissor da informação em perceber características relevantes dos eventos econômicos e atribuir-lhes símbolos que consigam de formar mensagens significativas (DIAS FILHO, 2001, p. 195).

A Semiótica associada à contabilidade ainda é um assunto recente e pouco explorado no Brasil. Mas é possível citar o estudo publicado por Dias Filho e Masayuki (2001), apresentaram um artigo com reflexões sobre a dimensão semiótica da análise de balanços, buscando identificar em que medida a teoria semiótica pode contribuir para a formulação de diagnósticos mais qualificados sobre a situação econômico-financeira das entidades. Os resultados encontrados na literatura confirmam que a análise de balanços pode servir à otimização de decisões de crédito, mas que esta função deve ser executada preocupando-se com a qualidade dos dados utilizados e interpretação dos fenômenos econômicos retratados.

Além desse estudo, encontra-se o de Martinez (2004), que trata dos ruídos na comunicação entre a contabilidade e seus usuários, com o objetivo de identificar tais ruídos e apresentar alguns esforços para conseguir maior fidelidade no processo de comunicação das informações contábeis.

3.4.2 Teoria Institucional

No início do nosso E-book, estudamos acerca da evolução da pesquisa e da Teoria da Contabilidade, ao passar pelas fases normativas e positivas. Vimos ainda que a partir dos anos 60, trabalhos como o de Beaver (1968), Ball e Brown (1968), Jensen (1976) e Watts e Zimmerman (1986), inseriram a Contabilidade num novo patamar científico, trabalhando assuntos como a Hipótese do Mercado Eficiente, o CAPM, a Teoria da Agência, A Teoria dos Contratos, entre outros.

Seguindo sua evolução enquanto Ciência Social Aplicada, Moura e Dias Filho (2010) completam que a Contabilidade iniciou sua interação com diferentes bases e áreas do

conhecimento, surgindo assim a Teoria Institucional, com base no pensamento weberiano e autores da Psicologia Social.

As mudanças nos contextos social e econômico do fim do século XX despontavam a necessidade de entender a Contabilidade e as empresas como organismos que faziam parte de um ambiente e que interagem com este. Os pesquisadores então despertam a preocupação de entender a contabilidade no seu contexto organizacional e social, assumindo uma visão subjetiva dos fenômenos contabilísticos e procurando compreender as interações que ocorrem entre estes. Burchell et al. (1980) esclarecem que nessa nova abordagem institucional, os dados contabilísticos são utilizados como informações que influenciam decisões para além de internas e impactam diretamente na sociedade.

Para Major e Vieira (2009), este momento representa a inserção da pesquisa da contabilidade entra numa fase interpretativa, onde a preocupação será compreender a natureza social das práticas contábeis. A ideia sustentada é a de que os procedimentos da contabilidade são frutos sociais e, portanto, influenciam e são influenciados pelos atores sociais neles envolvidos.

Neste novo contexto, a contabilidade migra de um estado extremamente técnico e procedimental, voltado apenas para o negócio em si, e começa a ser vista como um conjunto de práticas que envolvem aspectos sociológicos relacionados com todo o ambiente em que atua, buscando revelar e conciliar a vida das organizações ao contexto em que estas operam.

Burchell et al. (1980) explicam que a visão da contabilidade como prática institucional leva a um melhor entendimento do papel que ela desempenha nas organizações e das cobranças que surgirão para a profissão futuramente. Hopwood e Miller (1994) revelam que, a partir do seu despontamento no campo contábil, a teoria institucional, em pouco mais de uma década, transformou o entendimento da contabilidade, sendo responsável por essa visão atual que considera a Contabilidade como uma prática social e institucional.

Sob esse enfoque, a contabilidade é estudada como um conjunto de rotinas e procedimentos dentro das instituições, formada por hábitos que irão nortear e dar sentido às ações de determinados grupos de pessoas nessas instituições (MAJOR; VIEIRA, 2009).

A contabilidade passa a ser tratada não apenas como um corpo de conhecimentos criado para atender necessidades isoladas de empresas específicas, mas sim

um mecanismo que reflete o sistema sociocultural de uma sociedade e se une ao conjunto de normas existentes de atuação que são precisas para atribuir legitimidade à organização (MEYER; SCOTT, 1992). A partir dessa visão institucional, a contabilidade não é mais vista apenas como um instrumento de caráter exclusivamente técnico destinado a dar base às decisões econômicas, mas, mais que isso, um conjunto de práticas de caráter social e institucional, definidas em função do sistema cultural e do conjunto de valores sociais prevaletentes em determinado contexto (HOPWOOD; MILLER, 1994).

A institucionalização ocorre quando os valores sociais são tidos como regras no pensamento e ação dos componentes da organização e/ou indivíduos da sociedade como um todo (MEYER; ROWAN, 1992). Dias Filho e Machado (2008) afirmam que a teoria institucional ressalta essa necessidade de articulação em torno das regras e crenças institucionalizadas pelas organizações que pretendem ter suporte e querem ser percebidas como legítimas.

O processo de institucionalização de uma prática, como, por exemplo, a adoção contínua de método contábil específico, é constituído por três etapas sequenciais: habitualização, objetificação e sedimentação (TOLBERT; ZUCKER, 1999 apud DIAS FILHO; MACHADO, 2004).

A habitualização diz respeito ao desenvolvimento de comportamentos (atitudes) que sejam padrões para a resolução de problemas e à associação destes comportamentos a estímulos do próprio indivíduo. Ainda de acordo com os últimos autores supracitados, a segunda etapa (objetificação) ocorre quando os modelos já estão bem posicionados no ambiente organizacional e aceitos pelos agentes, revelando que alcançaram uma espécie de concordância social entre os tomadores de decisão no tocante a sua validade.

E a última fase, a Sedimentação, é caracterizada pela total divulgação e adoção dos arranjos e modelos institucionalizados entre os indivíduos significativos e pela perpetuação desta prática por um período de tempo consideravelmente longo. Para o alcance desse nível institucional, é necessário que haja no ambiente um apoio continuado entre os indivíduos, correlação positiva com os resultados desejados e baixa resistência por grupos contrários.

Burns e Scapens (2000) apontam que são possíveis três enfoques da Teoria Institucional a serem utilizados na pesquisa contábil: Nova Economia Institucional, Velha Economia Institucional e Nova Sociologia Institucional.



Figura 13 – Enfoques da Teoria Institucional
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Burns e Scapens (2000).

A Nova Economia Institucional tem como base de análise os custos de transação. Williamson (1985) explica que os custos de transação podem ser vistos como o dispêndio de recursos utilizados para planejar, adaptar e fiscalizar as interações entre os agentes econômicos. Nessa visão institucionalista, os indivíduos podem ser considerados componentes da estrutura organizacional e, segundo North (1990), pela ótica de análise dos custos de transação, os indivíduos envolvidos no processo econômico criam processos institucionais para estruturar as interações humanas, o que possivelmente gera certo grau de imperfeição nos mercados, uma vez que o comportamento humano não é simétrico.

Já a Nova Sociologia Institucional busca analisar as organizações, e não mais a transação, examinando as alterações em relação a práticas formais institucionalizadas, que procuram uma legitimidade externa, contribuindo para a compreensão das relações entre a organização e o ambiente no qual está inserida. Burns e Scapens (2000) citam Meyer e Rowan (1992), abordando que, nessa vertente da Teoria Institucional, trabalha-se a questão da legitimidade de estruturas formais racionalizadas.

Na sociedade moderna, “as estruturas organizacionais formais se desenvolvem em contextos altamente institucionalizados, o que faz com que as estruturas passem a refletir os mitos de seus ambientes institucionalizados em vez das exigências técnicas de eficiência”. (REIS, 2008, p. 41).

Dessa ideia de que as organizações se estruturam a partir de exigências do ambiente, ou refletem uma realidade socialmente construída, desenvolve-se o conceito do isomorfismo institucional. Wood Jr. (1995, p. 295) define isomorfismo institucional como “o processo que leva organizações em determinado setor a parecer-se com outras, com as quais partilham as mesmas condições ambientais”.

De maneira simples, o isomorfismo diz respeito ao processo em que as empresas começam tomar atitudes e decisões similares, já que isso é algo obrigatório, ou vem “dando certo” para outras empresas. Ou seja, as empresas começam a adotar as mesmas estratégias e ações, no nosso contexto, ambientais, para se manterem no mercado. Segundo DiMaggio e Powel (1991), citados por Dias Filho e Machado (2004), o fenômeno do isomorfismo se dá a partir de três mecanismos: isomorfismo coercitivo, mimético e normativo.

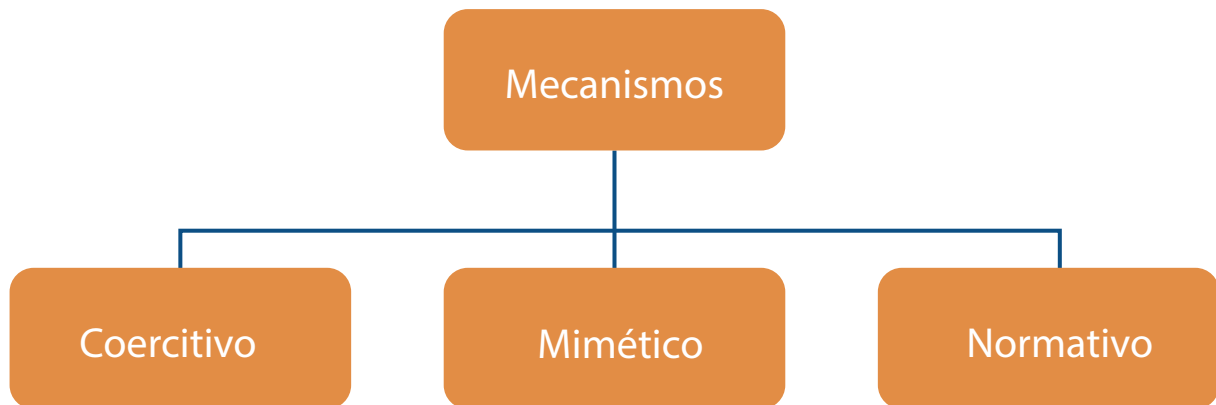


Figura 14 – Mecanismos do Isomorfismo
 Fonte: Elaborado com base em Dias Filho e Machado (2004).

O isomorfismo coercitivo é resultante de pressões políticas e de problemas de legitimidade, é consequência de uma legislação comum às empresas de determinado ambiente ou ainda de expectativas culturais da sociedade como um todo. O isomorfismo mimético ocorre quando as organizações percebem que em outras empresas, certas práticas organizacionais e/contábeis se provaram bem-sucedidas, e, portanto, é interessante copiá-las. O isomorfismo normativo associa-se à capacidade de verificação de até que ponto o poder/ação de certas entidades profissionais inibem ou estimulam a adesão a certos métodos contábeis (DIMAGGIO; POWELL, 1991 apud DIAS FILHO; MACHADO, 2004).

Ainda na Teoria Institucional, destaca-se a Velha Economia Institucional, que, segundo Reis (2008), é desenvolvida internamente nas empresas e tem como objetivo principal avaliar a harmonia comportamental de grupos de indivíduos no interior das organizações, por meio da visão de todo o processo de mudança. O autor cita Ribeiro e Scapens (2006) afirmando que a Velha Economia Institucional estuda as chamadas “micro-instituições”, avaliando as relações entre os indivíduos internos das empresas, “tendo por objetivo analisar os comportamentos que produzem uma nova realidade social, que após um processo de mudança, possa ser considerada institucionalizada” (REIS, 2008, p. 35).

Na sociedade atual, as organizações se relacionam fortemente com o meio em que estão inseridas, levando em consideração a percepção das suas atividades pela sociedade e os impactos sociais e até ambientais causadas por elas. Ao incorporarem práticas e procedimentos vistos como racionais, tais organizações tornam-se mais legitimadas e, assim, ganham mais fôlego para disputar recursos em seu ambiente. Exemplos de como as empresas estão atentas àquilo que a sociedade valoriza numa empresa é a própria adoção de práticas contábeis no que diz respeito à divulgação de demonstrações contábeis voluntárias, fazendo com que mantenham uma boa imagem frente aos stakeholders e até melhores retornos nos lucros.

Pesquisas em contabilidade que buscam entender a adoção desses mecanismos voluntários de evidenciação contábil tomam como base a Teoria da Legitimidade. Sob essa ótica, tem-se que as empresas estariam dispostas a investir tempo e recurso na emissão de informações de caráter social, por buscarem estabelecer uma relação saudável entre suas atividades e as expectativas da sociedade em que atuam. Dias Filho (2009) afirma que essa preocupação entre estabelecer um contrato entre as empresas e a sociedade se estende aos primeiros teóricos contratualistas, como Locke, Hobbes e Rousseau, mas, através de um “contrato social”, a empresa estaria operando na sociedade e esse contrato é que permitiria seu desenvolvimento e sobrevivência a partir do momento que a empresa gerasse benefícios econômicos e sociais.

A hipótese sustentada pela Teoria da Legitimidade é que as empresas tendem a se esforçar para serem percebidas como organizações que exercem suas atividades em consonância às expectativas dos stakeholders (clientes, fornecedores, credores). Matthews (2003) explica que a contabilidade é uma ferramenta de divulgação e exposição das práticas organizacionais, e por isso também é utilizada para evidenciar as práticas sociais e assim demonstrar à sociedade como um todo que está em consonância com os valores compartilhados por ela.

A contabilidade representa, então, a tentativa estratégica da organização em demonstrar alinhamento de interesses com seus stakeholders. Dias Filho (2009) explica que um exemplo do uso da contabilidade está em seus relatórios que podem fornecer informações financeiras para contrapor-se a notícias negativas, ou desviar a atenção da população de determinada área ou ação da organização.

Essa noção de que a contabilidade é influenciada pelas pressões da sociedade pode também ser vista na discussão ambiental que se tem desde o fim do século XX. Essa crescente preocupação com o meio ambiente gerou uma pressão nas organizações e governos para pensarem no desenvolvimento sustentável. Ou seja, desenvolvimento em que seja possível usar os recursos naturais para as atividades organizacionais, mas sem prejudicar a geração futura. A contabilidade também responde a essas pressões, servindo

às empresas como aparato para geração de informações socioambientais que elenquem todos os impactos e investimentos da empresa em questões ambientais, de maneira voluntária.

A Teoria Institucional e Teoria da Legitimidade vieram suprir uma necessidade de posicionamento das empresas frente às questões socioambientais que estão em evidência na sociedade atual, principalmente após os problemas ambientais e sociais se mostrarem agravados após o início do século XX. A Contabilidade ganhou, então, uma função de divulgar e demonstrar as ações nesse sentido, executadas pelas empresas, para que sigam as suas atividades econômicas, ao mesmo tempo que demonstram atenção à comunidade em que se inserem.

Uma das maneiras dessa divulgação pela Contabilidade é o próprio Balanço Social (demonstração citada anteriormente ao discutirmos Regulação Contábil) e os relatórios sociais apresentados pela empresa. Estudos já comprovam os impactos da divulgação dessas informações socioambientais na vida empresarial das organizações.

O trabalho de Hogner (1982) é precursor da associação entre a Teoria da Legitimidade e a divulgação voluntária de informações sociais pelas empresas. O autor realizou um estudo de caráter empírico analisando a mudança nas informações contidas nos relatórios contábeis e identificou que alterações de representação nas respostas às demandas da sociedade ao longo dos anos estudados.

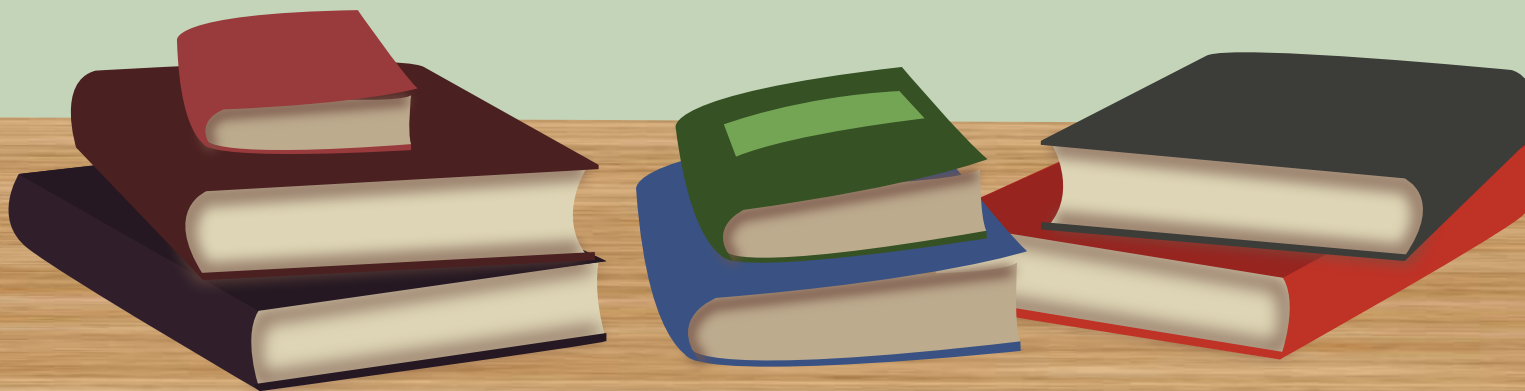
Patten (1992), por exemplo, constatou um aumento significativo no volume de evidenciações de caráter ambiental realizadas por empresas do setor petrolífero após desastre ecológico em 1989. Gray et al. (1995), por sua vez, concluíram em seu estudo que, quanto mais as empresas se viam pressionadas pela comunidade para alterarem suas políticas de uso e preservação de recursos naturais, mais elas investiam em evidenciações ambientais.

Esses são autores seminais do estudo socioambiental em Contabilidade, e vejam que, na época, os escândalos ambientais e os agravantes climáticos não eram tão frequentes como os atuais. A Contabilidade no momento atual precisa se aprofundar e aperfeiçoar ainda mais para que consiga divulgar para a sociedade informações reais e importantes que demonstrem a importância dada pelas empresas ao tema, e ações tomadas por essas para mitigarem os impactos ambientais por vezes causados ao meio em que desenvolvem suas atividades operacionais.

É nítida a importância de associar a Contabilidade a tais temáticas em nossas pesquisas e práticas contábeis, uma vez que somos, para além de cientistas e contadores, seres sociais, éticos e dependentes do ambiente do qual fazemos parte.

RESUMO DA UNIDADE!

A Contabilidade tem sido estudada a partir de diversas óticas e áreas do conhecimento. Muito se evoluiu desde os primeiros registros e norteamientos do que seria a técnica contábil. Apesar disso, há muito ainda a ser estudado. Diversos são os desafios encontrados pelos profissionais da Contabilidade e demais usuários da mesma. Entretanto, como ciência social aplicada, a Contabilidade segue sendo influenciada por seu contexto e, portanto, evoluindo com o mesmo. Nessa nossa última unidade, vimos alguns dos temas que estão em alta na discussão acadêmica contábil e que se mostram como temáticas desafiadoras para os estudiosos, ao mesmo tempo que se despontam como bons assuntos a serem pesquisados, como é o caso do ativo intangível e a interferência das informações contábeis no mercado de ações, que influenciam diretamente no “valor” das empresas. Além disso, trabalhamos algumas novas teorias que dão suporte à inserção da Contabilidade em temas importantes como as questões ambientais e sociais, tão presentes no nosso século. Espera-se que a apresentação desses tópicos gere motivação para novos pesquisadores e profissionais que consigam enxergar a função da contabilidade de maneira mais holística e como parte de um mecanismo e contexto bastante complexo e totalmente interligado.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Goreth Miranda; EL HAJJ, Zaina Said. Mensuração e Avaliação do Ativo: uma revisão conceitual e uma abordagem do Goodwill e do ativo intelectual. **Caderno de estudos**. [online]. n.16, p.01-16, 1997.

ANTHONY, Robert N. **Management accounting: text and cases**. 4. ed. Homewood, Ill.: Irwin, 1970.

BACCI, João. **Estudo Exploratório sobre o Desenvolvimento Contábil Brasileiro: uma Contribuição ao Registro de sua Evolução Histórica**. 2002. 175p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2002.

BALL, R. J.; BROWN, P. An empirical evaluation of accounting income numbers. **Journal of Accounting Research**, 6 (Autumn), p. 159-178, 1968.

BARTH, Mary E. Including Estimates of the Future in Today's Financial Statements. **Accounting Horizons**, v. 20, n. 3, p. 271-285, set. 2006.

BEAVER, W. H. The information content of annual earnings announcements. **Journal of Accounting Research** Empirical Research in Accounting: Selected Studies, supplement to v. 6 , p. 67-92, 1968.

_____ ; CLARKE, R.; WRIGHT, F. The association between unsystematic security returns and the magnitude of earnings forecast errors. **Journal of Accounting Research**, v. 17, p. 316-340, 1979.

_____ ; KETTLER, P; SCHOLLES, M. The Association between Market Determined and Accounting Determined Risk Measures. **The Accounting Review**, v. 45, n. 4, p. 654-682, 1970.

_____ ; LAMBERT, R.; MORSE, D. The information content of security prices. **Journal of Accounting and Economics**, v. 2, p. 3–28, 1980.

BEDFORD, Norton M.; BALADOUNI, Vahe. A communication theory approach to accounting. **Accounting Review**, v. 37, n. 4, p. 650-659, Out. 1962.

RIAHI-BELKAOUI, Ahmed. **The linguistic shaping of accounting**. Westport, Connecticut London: Quorum Books, 1995.

_____. **Accounting theory**. 4. ed. London: Business Press, Thomson Learning, 2000.

BERLE JR., Adolph A.; MEANS, Gardiner C. **The modern Corporation and private property**. New York: Macmillan Company, 1932. p. 182-183.

BERLO, David K. **O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática**. Tradução Jorge Arnaldo Fontes. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BEZERRA, Francisco Antônio; LOPES, Alexsandro Broedel. Lucro e Preço das Ações. In: IUDÍCIBUS, Sérgio; LOPES, Alexsandro B. (Org.) **Teoria Avançada da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. **Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as sociedades por ações. Diário Oficial da União. Brasília. 1976.

_____. **Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial da União. Brasília. 2007

BROWN, S.; LO, K.; LYS, T. Use of R2 in accounting research: measuring changes in value relevance over the last four decades. **Journal of Accounting and Economics**, v. 28, p. 83-115, 1999.

BOARD, J. G. L.; WALKER, M. Intertemporal and cross-sectional variation in the association between unexpected accounting rates of return and abnormal returns. **Journal of Accounting Research**, v. 28, n.1, p. 182-192, 1990.

BORGERTH, Vania Maria Da Costa. **Sox: Entendendo a Lei Sarbanes-Oxley: um caminho para a informação transparente**. . São Paulo: Thomson Learning, 2007.

BUESA, Natasha Young. A Evolução Histórica da Contabilidade como ramo do Conhecimento. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**, v.1, n.1, 2010. Disponível em: <http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdfs/natasha_adm.pdf>. Acesso em: 09 de ago. 2018.

BURNS, J.; SCAPENS, R. W. Conceptualizing management accounting change: an institutional framework. **Management Accounting Research**, v. 11, Issue 1, p. 3-25, 2000.

CANNING, John B. **The economics of accountancy**. New York: The Ronald Press, 1929.

CARDOSO, R. L.; MARTINS, V. A. Hipótese de Mercado Eficiente e Modelo de Precificação de Ativos Financeiros. In: IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A. B. **Teoria Avançada da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

CARDOSO, Ricardo Lopes et al. Influências da Positive Accounting nos programas de mestrado em contabilidade: uma análise bibliométrica da produção acadêmica de 2002 a 2005. In: **Brazilian Business Review**, Vitória, v. 4, n. 2, 2007.

CARDOSO, R. L. et al. Regulação da contabilidade: teorias e análise da convergência dos padrões contábeis brasileiros aos IFRS. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n.4, p. 773-799, 2009.

CAREY, John L. **The rise of the accounting profession**. New York: American Institute of Certified Public Accountants, 1970.

CARVALHO, G. M. B. **Contabilidade Ambiental: teoria e prática**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. CFC. **Resolução CFC nº 1055/05**. Conselho Federal de Contabilidade, 2005.

CHAMBERS, R. **Accounting, evaluation and economic behavior**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1966.

COLLINS, D.; PINCUS, M.; XIE, H. Equity valuation and negative earnings: the role of book value equity. **The Accounting Review**, v. 74, p. 29-61, 1999.

COSTA, André Galindo da. **Frei Luca Pacioli: o pai da contabilidade**. Escola de Contas TCM SP. 2016. Disponível em: <<http://www.escoladecontas.tcm.sp.gov.br/artigos/286-frei-luca-pacioli-o-pai-da-contabilidade-2>>. Acesso em 15 ago. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. CPC, 2011. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em 08 nov. 2018.

_____. **CPC 04 (R1) – Mensuração do Valor Justo**. CPC, 2010. Disponível em < http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/187_CPC_04_R1_rev%2012.pdf>. Acesso em 29 nov. 2018.

_____. **CPC 46 – Ativo Intangível**. CPC, 2012. Disponível em <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/395_CPC_46_rev%2012.pdf>. Acesso em 27 nov. 2018.

DANTAS, José Alves; PAULO, Edilson; MEDEIROS, Otávio Ribeiro de. Conservadorismo condicional na indústria bancária brasileira em situações de maior percepção de risco. **Revista universo contábil**, Blumenau, v.9, n.2, p.83-103, abr./jun. 2013. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/3126>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

DEAN, Joel. **Managerial Economics**. New York: Prentice-Hall, 1951. p. xiv, 621.

DEFOND, Mark L.; JIAMBALVO, James. Debt covenant violation and manipulation of accruals. **Journal of Accounting and Economics**, v. 17, issue 1-2, p. 145-176, 1994.

DELOITTE. **Normas internacionais de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

DIAS FILHO, José Maria. A Linguagem Utilizada na Evidenciação Contábil: uma análise de sua compreensibilidade à luz da Teoria da Comunicação. **Caderno de Estudos**, São Paulo, FIPECAFI, v.13, n. 24, p. 38-49, jul./dez. 2000.

DIAS FILHO, José Maria. **Características qualitativas da informação contábil**: o problema da compreensibilidade à luz da teoria semiótica e da comunicação. 2001. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, São Paulo, 2001.

_____. Novos delineamentos teóricos em contabilidade. In.: RIBEIRO FILHO, José Francisco et al. (Org.). **Estudando teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

_____; MACHADO, L. H. B. Abordagens da pesquisa em contabilidade. In: IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A.B. **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

DIAS FILHO, J. M.; NAKAGAWA, M. Análise do processo da comunicação contábil: uma contribuição para a solução de problemas semânticos, utilizando conceitos da teoria da comunicação. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 12, n. 26, p. 42-57, 2001.

DYCKMAN, T. R.; MORSE, D. **Efficient Capital Markets and Accounting**: a critical analysis. 2. ed. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice Hall, 1986.

VARELA, Patrícia S.; COSTA, Raquel da R.; DOLABELLA, Maurício M.. Balanço Social: demonstrativo da função social da empresa. **Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n.2, p. 28-35, set. 1999.

ECO, Umberto. **Tratado geral de semiótica**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

EDVINSSON, Leif; MALONE, Michael S. **Intellectual Capital**: realizing your company's true value by finding its hidden brainpower. New York: Harper Business, 1998.

EDWARDS, E. O.; BELL, P. W. **The Theory of Measurement of Business Income**. Berkeley, Calif.: University of California Press. Emminghaus. 1961.

EISENHARDT, Kathleen M. Building Theories from Case Study Research. **The Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, Oct. 1989.

EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. **Contabilidade Introdutória**. Atlas: São Paulo, 1979.

ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade**: IFRS versus normas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2009.

FAMA, E. Efficient Capital Markets: a review of theory and empirical work. **The Journal of Finance**, New York, v. 25, n. 2, p. 28-30, May 1970. Papers and Proceedings of the Twenty-Eighth Annual Meeting of the American Finance Association.

FELTHAM, G. A; OHLSON, J. A. Valuation and Clean Surplus Accounting for Operating and Financial Activities. **Contemporary Accounting Research**, v. 11, n. 2, p. 689-732, 1995.

FERNANDES, Tania M. da C. B. M. Ativo e sua mensuração. **Caderno de estudos**. v. 10, n. 18, p.1-12, mai-ago, 1998.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. FASB. **Statement of Financial Accounting Standards No. 5**. 1975. Disponível em: <<https://www.fasb.org/pdf/fas5.pdf>>.

_____. **Statement of Financial Accounting Standards No. 1**. 1978. Disponível em: <https://www.fasb.org/jsp/FASB/Document_C/DocumentPage?cid=1218220132541&acceptedDisclaimer=true>.

FREIRE FILHO, Marcelo Rossas. **Evidenciação dos conceitos e práticas de Governança Corporativa e Responsabilidade Social nas empresas mais antigas do Novo Mercado**. 2008. Monografia (Graduação em Contabilidade). Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2008.

FRIEDMAN, M. **The methodology of positive economics**: essays in positive economics. Chicago: Phoenix Books, 1953.

FUJI, Alessandra Hirano. O conceito de lucro econômico no âmbito da contabilidade aplicada. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, USP, v. 15, n. 36, p. 74-86, set./dez. 2004.

FOSTER, G. Quarterly Accounting Data: time series properties and predictive-ability results. **The Accounting Review**, v. 52, p. 1-21, 1977.

GASPARETTO, Antonio. **Ato de Navegação**. São Paulo: Infoescola, 2010. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/ato-de-navegacao/imprimir/>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

GERON, Cecília Moraes Santostaso. **Evolução das práticas contábeis no Brasil nos últimos 30 anos**: da Lei 6.404/76 à Lei 11.638/07. 2008. 300f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara. **Uma incursão pela abordagem de pesquisa em contabilidade no Brasil fundamentada em teorias semióticas e da comunicação**. 2010. 122f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, São Paulo, 2010.

GRAY, R. H. et al. The Greening of Enterprise: an exploration of the (non) role of environmental accounting and environmental accountants in organisational change. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 6, n. 3, p. 211-239, 1995.

GUERREIRO, Reinado. Mensuração do resultado econômico. **Caderno de Estudos**, São Paulo: FINECAFI, n. 3, p. 1-11, set. 1991.

HEALY, Paul M. The effect of bonus schemes on accounting decisions. **Journal of Accounting and Economics**, v. 7, issue 1-3, p. 85-107, 1985.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. van Trad. Antônio Sanvicente. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HICKS, James R. **Value and capital**. 2. ed. Londres: Oxford University Press, 1946.

HOGNER, R. H. Corporate Social Reporting: eight decades of development at US steel. **Research in Corporate Performance and Policy**, v. 4, p. 243-50, 1982.

HOLTHAUSEN, Robert W.; LARCKER, David F.; SLOAN, Richard G. Annual bonus schemes and the manipulation of earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 19, issue 1, p. 29-74, 1995.

BURCHELL, Stuart et al. The roles of accounting in organization and society. **Accounting, Organizations and Society**, Great Britain: Elsevier, v. 5, n. 1, p. 5-27, 1980.

_____; MILLER, Peter. **Accounting as Social and Institutional Practice**. Melbourne, Australia: Cambridge University Press, 1994.

IBRACON. Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. **NPA 11 - Balanço e Ecologia**. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detPublicacao.php?cod=124>>. Acesso em: 05/10/2018.

IJIRI, Y. **The Foundations of Accounting Measurement: a mathematical, economic and behavioral inquiry**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1967.

_____. **Theory of Accounting Measurement**. Studies in Accounting Research. Sarasota, Florida: American Accounting Association, 1975.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; LOPES, A. B. (Org.). **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

_____.; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da Contabilidade para o nível de graduação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Internacional Accounting Standards. IAS. **Standard 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets**. Disponível em: <http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/consolidated/ias37_en.pdf> Acesso em: 05/10/2018.

_____. **IAS 38 Intangible Assets**. Disponível em: <<https://www.iasplus.com/en/standards/ias/ias38>> Acesso em: 10/10/2018.

JENSEN, M. Some Anomalous evidence regarding market efficiency. **Journal of Financial Economics**, v. 6, Issues 2-3, p. 95-101, June/Sept. 1978.

JENSEN, M.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

KABIR, Humayun. Positive accounting theory and science. **Journal of Centrum Cathedra**, v. 3, n. 2, p. 136-149, 2010.

KAM, V. **Accounting theory**. United States of America: John Wiley & Sons, 1986.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanco Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das Revoluções Científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1962.

LEV, B. On the usefulness of earnings and earnings research: lessons and directions from two decades of empirical research. **Journal of Accounting Research**, v. 27 (Supplement), p. 153-192, 1989.

LEWELLEN, Wilbur, LODERER, Claudio; MARTIN, Kenneth. Executive compensation and executive incentive problem. **Journal of Accounting and Economics**, n. 9, p. 287-310, 1987.

LIMA, Sérgio Henrique de Oliveira; OLIVEIRA, Francisco Durval; COELHO, Antonio Carlos Dias. Regulação e Regulamentação na Perspectiva da Contabilidade. In: XIV CONGRESSO USP: Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2014.

LOPES, A. B. **A relevância da informação contábil para o mercado de capitais: o modelo de Ohlson aplicado à Bovespa**. 2001. 308f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, São Paulo, 2001.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2007.

LOSS, G. R. Contribuições à teoria da regulação no Brasil: fundamentos, princípios e limites do poder regulatório das agências. In: ARAGÃO, A. S. de. (Org.). **O poder normativo das agências reguladoras**. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 109-130.

MACHADO, D. G. et al. Informações no processo gerencial: um estudo das escolhas contábeis nas empresas de energia elétrica da BM&FBovespa. In: CONVIBRA ADMINISTRAÇÃO, 9., 2012, Brasília. **Anais...** Brasília: CONVIBRA, 2012.

MACNEAL, Kenneth. **Truth in accounting**. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1939.

MAJOR, Maria João; VIEIRA, Rui. (Org.) **Contabilidade e Controlo de Gestão: teoria, metodologia e prática**. Lisboa: Escolar, 2009.

MARCIANO, Liégine Maiara Santos. **A Lei Sarbanes-Oxley e seus efeitos em empresas brasileiras**. 2015. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Ciências Aplicadas, UNICAMP, Campinas, SP2015.

MARTINEZ, A. L. **Analisando os analistas**: estudo empírico das projeções de lucros e das recomendações dos analistas de mercado de capitais para as empresas brasileiras de capital aberto. 2004. folhas Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2004.

MARTINS, Eliseu. **Contribuição à Avaliação do Ativo Intangível**. 1972. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, São Paulo, 1972.

_____. Por que o Balanço não Fornece o “Valor da Empresa”? IOB - Informações Objetivas. **Temática Contábil e Balanços**. Ano XVII, No. 18, p.143-146, 1992.

_____. Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica. **Caderno de estudos**, São Paulo, n. 24, p. 28-37, dez. 2000.

_____. **Contabilidade de Custos**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. Normativismo e/ou Positivismo em Contabilidade: qual o Futuro? **Revista de Contabilidade e Finanças**, São Paulo: USP, n. 39, p. 3–6, Set./Dez. 2005.

MARTINS, G. S. et al.. Gestão de operações no Brasil: uma análise do campo científico a partir da rede social de pesquisadores. **RAE-eletrônica**. v. 9, n. 2, 2010.

MATTESSICH, R. **Critique of accounting**: examination of the foundations and normative structure of an applied discipline. Westport: Quorum Books, 1995.

MATTHEWS, D. H. Environmental management systems for internal corporate environmental benchmarking. *Benchmarking: an international journal*, v. 10, n. 2, p. 95-106, 2003.

MCCRAW, Thomas K. **Regulatory agencies**, *Encyclopedia of American Economic History*. Editada por Glenn Porter. New York: Scribners, 1980.

MCCULLERS, Levis D.; SCHROEDER, Richard G. **Accounting theory**: text and readings. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 1982.

MEIGS, Walter B.; JOHNSON, Charles E. **Accounting**: the basis for business decisions. New York: McGraw Hill, 1962.

MEYER, J. W.; SCOTT, W. Richard (Ed.). **Organizational environments: ritual and rationality**. Londres: Sage, 1992.

_____; ROWAN, Brian. Institutionalized organizations: formal structure and myth and ceremony. In: MEYER, J. W.; SCOTT, W. Richard (Ed.). **Organizational environments: ritual and rationality**. Londres: Sage, 1992.

MILLER, Petter; HOPPER, Trevor; LAUGHLIN, R. The New Accounting History: an introduction. **Accounting, Organizations and Society**, Great Britain, v. 16, n. 5/6, p. 395-403, 1991.

MODIGLIANI, F.; MILLER, M.H. The Cost of Capital, Corporation Finance and the Theory of Investment. **American Economic Review**, n. 48, v. 3, p. 261-297, 1958.

MORRIS, Charles W. **Fundamentos da teoria dos signos**. Trad. Paulo Alcoforado e Milton José Pinto. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

MOST, Kenneth S. **Accounting theory**. 2. ed. Columbus, Ohio: Grid, 1982.

MOURA, Fábio Viana de; DIAS FILHO, José Maria. Pesquisa em Contabilidade, Teoria Institucional e Análise de Conteúdo – Interfaces e Sinergias. In: **EnANPAD**, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

NIYAMA, J. K. (Org). **Teoria Avançada da Contabilidade**. São Paulo. Atlas, 2014.

NORTH, Douglass C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 1990.

OHLSON, J. H. Earnings, book values, and dividends in equity valuation. **Contemporary accounting research**, v. 11, n. 2, p. 661-687, 1995.

PACHECO, Vicente. **Mensuração e divulgação do capital intelectual nas demonstrações contábeis: teoria e empiria**. 21. ed. Curitiba: Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, 2005.

PATON, William Andrew. **Accounting Theory: with special reference to the corporate enterprise**. New York: The Ronald Press, 1922.

PATTEN, Dennis M. Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: a note on legitimacy theory. **Accounting, Organizations and Society**, v. 17, Issue 5, p. 471-475, July 1992.

_____ ; LITTLETON, A.C. Monograph No. 3. **An introduction to corporate accounting standards**. American Accounting Association, 1940.

PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

PIMENTEL, Renê Coppe. Lucros Inesperados, Retorno das Ações e Risco no Mercado de Capitais Brasileiro. **Revista de Contabilidade e Finanças**, São Paulo, USP, v. 26, n. 29, p. 209-303, set-dez. 2015.

PINHO, Lorena de Andrade; ROCHA, Joseilton Silveira da. **Contabilidade Introdutória I**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2017.

POPPER, Karl. R. **A lógica da Investigação científica**. São Paulo: Abril, 1980. Coleção Os Pensadores.

REIS, Luciano Gomes dos. **A influência do discurso no processo de mudança da contabilidade gerencial: um estudo de caso sob o enfoque da teoria institucional**. 2008. 187f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, São Paulo, 2008.

RIBEIRO FILHO, José Francisco et al.. Evolução da Contabilidade Financeira na Perspectiva Emancipatória de Erich Fromm: o processo de construção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP. **Sociedade, contabilidade e gestão**, v. 4, n. 1, p. 5-20, 2009.

SÁ, Antônio Lopes de. **A Evolução da Contabilidade**. São Paulo: Thomson-Iob, 2006.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTOS, L. P. G. et al. Efeito da lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade & Finanças**, v. 56, n. 22, p. 174- 188, 2011.

SANTOS, Mateus Alexandre Costa dos; CAVALCANTE, Paulo Roberto Nóbrega. O Efeito da Adoção dos IFRS sobre a Relevância Informacional do Lucro Contábil no Brasil. **Revista de Contabilidade e Finanças**, São Paulo, USP, v. 25, n. 66., p. 228-241, set-dez. 2014.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **Avaliação de Ativos Intangíveis**. São Paulo: Atlas, 2002.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SHANNON, Claude Elwood; WEAVER, Warren. **The mathematical theory of communication**. Urbana: University of Illinois Press, 1946.

SILVA, Letícia Medeiros. **A Influência da Lei Sarbanes-Oxley e do Código Civil Brasileiro nos Controles Internos de Empresas Localizadas no Brasil**. 2007. 155p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Unisinos, São Leopoldo, RS, 2007.

SILVA, Luiz Antonio Coelho da. **O capital intelectual e as formas alternativas de sua mensuração pelas empresas: um estudo ilustrativo em uma empresa de calçados da Paraíba**. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Trabalho e Economia de Empresas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

SILVA, Ricardo Luiz Menezes da. **Adoção completa das IFRS no Brasil: qualidade das demonstrações contábeis e o custo de capital próprio**. USP. São Paulo, 2013.

SMITH, R.; LIPIN, S.; MAJ, A. How general electric damp fluctuations in its annual earnings. **Wall Street Journal**, 3 November, A-1, 1994.

SOLOMONS, David. Economic and accounting concepts of income. In: **Accounting Review**, v. 36, n. 3, p. 383, jul. 1961, p. 383.

_____. **Making accounting policy**. Oxford University Press, 1986.

SOTHE, A.; KROENKE, A.; BEZERRA, F.A Evolução do Conhecimento Contábil nos Artigos Científicos da Revista de Contabilidade e Finanças sob a visão Epistemológica de Ludwik Fleck. **Enfoque: Reflexão Contábil**, UEM Paraná, v. 30, n. 2, p. 83-97, maio/agos. 2011.

SOUTES, Dione Olesczuk; SCHVIRK, Eliandro. Formas de mensuração do lucro e reflexos no cálculo do ROA. **Brazilian Business Review**, Vitória-ES, v. 3, n. 1, p. 74-87, 2006.

SPACEK, Leonard. **A search for fairness. Financial reporting to the public**. Chicago: Arthur Andersen, 1969.

SPROUSE, Robert T.; MOONITZ, Maurice. **A tentative set of broad accounting principles for business enterprises**. New York: AICPA, 1962.

SUNDER, Shyam. **Theory of accounting and control**. Cincinnati, OH: South-Western, 1997. 212 p.

SWEENEY, Amy Patricia. Debt-covenant violations and managers' accounting responses. **Journal of Accounting and Economics**, v. 17, issue 3, p. 281-308, 1994.

TELES, Odenildo de Sá. O aperfeiçoamento da contabilidade frente ao desenvolvimento da economia brasileira. **Revista brasileira de contabilidade**, Brasília, n. 68, 1989.

TINOCO, Joao A. P. Avaliação patrimonial em contabilidade a valores de entrada e de saída. **Caderno de Estudos**, São Paulo, p. 1-11, out. 1992.

_____. **Contribuição ao estudo da contabilidade estratégica de recursos humanos**. 1996. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

TODA MATÉRIA. **Mercantilismo**. 2018. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/mercantilismo/>>.

WATTS, Ross L. Accounting choice theory and market-based research in accounting. **British Accounting Review**, v. 24, p. 235-267, 1992.

WATTS, Ross L.; ZIMMERMAN, Jerold L. Towards a Positive Theory of the Determination of Accounting Standards. **The Accounting Review**. v. 53, n. 1, p. 112-134, Jan., 1978.

_____. **Positive Accounting Theory**. New Jersey: Englewood Clifffes, 1986.

_____. Positive accounting theory: a ten year perspective. **The Accounting Review**, v. 65, n. 1, p. 131-156, jan. 1990.

WILLIAMSOM, O. E. **The economic institutions of capitalism**. New York: The Free Press, 1985.

WOOD JR., T. (Org.). **Mudança organizacional: aprofundando temas atuais em administração**. São Paulo: Atlas, 1995

ZIMMERMAN, Jerold L. Conjectures regarding empirical managerial accounting research. In: **Journal of Accounting and Economics**. Nova York: Elsevier, 2001.



Teoria da Contabilidade

O nosso objetivo é explanar e construir uma base teórica fundamental para o entendimento da Contabilidade enquanto ciência. Sendo assim, iremos estudar temas que vão desde os primeiros momentos de desenvolvimento do conhecimento contábil, passando por suas fases normativas e positivistas, e finalmente chegaremos em conceitos e temas estabelecidos no cenário atual, norteadores de todas as práticas contábeis aceitas. Os conteúdos estudados fortalecerão toda a prática e conhecimento contábil adquiridos por vocês até aqui, e além disso, servirão como norteadores para os próximos conteúdos estudados no curso.



PROGRAD
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO



Ciências Contábeis
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

